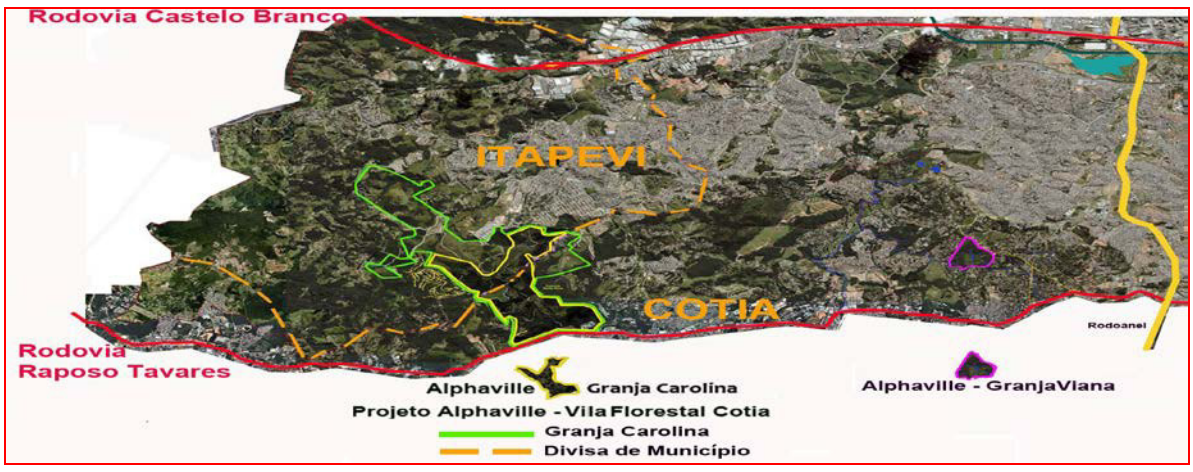
JOSÉ CARLOS DA SILVA

PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL EM UMA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA: O CASO DA GRANJA CAROLINA – COTIA/ITAPEVI-SP





UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA-UNESP RIO CLARO– SP

FEVEREIRO DE 2014

JOSÉ CARLOS DA SILVA

PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL EM UMA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA: O CASO DA GRANJA CAROLINA – COTIA/ITAPEVI-SP

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Campus de Rio Claro – da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

.

Orientadora: Profª. Drª. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA - UNESP RIO CLARO – SP

FEVEREIRO DE 2014

551.4+ Silva, José Carlos da
S586p Patrimônio natural e cultural em uma área de expansão urbana: o caso da Granja Carolina - Cotia/Itapevi / José Carlos da Silva. - Rio Claro, 2013
150 f. : il., fots., mapas

Trabalho de conclusão de curso (bacharelado - Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Orientador: Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

1. Geografia física - Aspectos ambientais. 2. Geografia urbana. 3. Impactos ambientais. 4. Impactos sociais. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

JOSÉ CARLOS DA SILVA

PATRIMÔNIO NATURAL E CULTURAL EM UMA ÁREA DE EXPANSÃO URBANA: O CASO DA GRANJA CAROLINA – COTIA/ITAPEVI-SP

Trabalho de Graduação apresentado ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas – Campus de Rio Claro – da Universidade Estadual Paulista, para obtenção do grau de Bacharel em Geografia.

Orientadora: Profª. Drª. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro

Banca Examinadora:

Profª. Drª. Bernadete Aparecida Caprioglio de castro

Prof. Drº. Paulo Roberto Teixeira de Godoy

Doutorando do PPGG-UnB – Rafael Fabrício de Oliveira

Prof. Drª. Solange Terezinha de Lima-Guimarães

Prof. Drª. Ana Tereza Caceres Cortez

DEDICATÓRIA

Á Marília Gruenwaldt em especial por tudo o que tem feito, pelas pesquisas em conjunto, orientações e ideias construtivas, pelas trocas e por acreditar no trabalho do Grupo Ecológico Calangos da Mata ao longo dos anos. Ao Prof. Dr. Aziz Nacib Ab'Sáber por fazer parte na nossa luta contra os desmandos da política local e por participar do meu processo de iniciação na academia, pelo incentivo e até uma certa cobrança para que eu seguisse nesse caminho. À minha orientadora Profª. Drª. Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro que se ofereceu para me orientar desde meu primeiro ano na Universidade. Ao Luan Vitor, meu filho e minha inspiração, aos meus pais, família e amigos que depositaram em mim confiança com carinho, compreensão e apoio. E também aqueles que não acreditaram que eu trilharia esse caminho do conhecimento.

AGRADECIMENTOS

A Marília Gruenwaldt e ao Prof. Aziz Nacib Ab'Sáber que me incentivaram a seguir a trajetória acadêmica e que me ajudaram com o Grupo Calangos da Mata no combate aos processos de especulação imobiliária em Cotia e Itapevi.

A minha Orientadora Profª. Drª. Bernadete, a Berna, que me orientou desde o início e acreditou em mim ao longo dessa trajetória acadêmica.

A Universidade Estadual Paulista – Unesp Rio Claro, por ter me oferecido as condições para que eu pudesse concluir o meu curso e realizar esse trabalho.

Ao Departamento de Geografia - DG e ao Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento – DEPLAN, pela competência com que sempre coordenaram o curso de Geografia. Apesar dos contratempos que envolvem os dois Departamentos pude absorver o que há de melhor no profissionalismo de cada um dos professores, os quais cito abaixo;

Aos meus professores Antônio Carlos Tavares, Bernadete Aparecida Caprioglio de Castro, ao Paulo Roberto Teixeira de Godoy, a Solange Teresinha de Lima-Guimarães, José Gilberto de Souza, Samuel Frederico, Iara Nocentini André, Plínio, Andreia Medinilha Pancher, Fabrício Gallo, Cenira Maria Lupinacci da Cunha, Samira Peduti Kahil (in memória), Fadel David Antônio Filho, Auro Mendes, Adriano Maia, Angelita Matos Souza, Adler Guilherme Viadana, Anderson L. H. Christofoletti, Darlene Aparecida Oliveira Ferreira, Elson Luciano Silva Pires, Enéas Rente Ferreira, Manuel B. Rolando Berríos Godoy, Roberto Braga, Sandra Elisa Contri Pitton, Sérgio dos Anjos, Silvana Maria Pintaudi, Silvia Aparecida Guarniéri Ortigoza, a Profª. Maria Bernadete Carvalho, Áurea Aparecida, a minha querida Chaluh professora de didática em 2009, a Juliana, Lara, o Chicão e tantos outros professores que fizeram parte da minha formação. Agradeço a todos pelas aulas, conversas, debates e orientações que ficarão sempre em minha memória como sinal da contribuição que prestaram à minha formação pessoal e profissional.

Ao Programa de Ensino Tutorial do qual fiz parte por três anos e que me proporcionou desenvolver, organizar e executar inúmeras atividades de cunho acadêmico tendo como Tutor o Prof. Paulo Roberto Teixeira de Godoy e depois o Prof. Samuel Frederico.

Aos profissionais técnico administrativos da Unesp, cujos nomes nem sempre aparecem, pelo trabalho diário que me possibilitou resolver os inúmeros problemas cotidianos ao longo do

curso e me sentir acolhido na instituição. Entre eles se destacam a Laura Silmara que desde os tempos da Rua 10 no Bairro do Santana sempre me atendeu com carinho, respeito e atenção profunda, que sempre procurou dirimir nossas dúvidas, a deixar em dia nossos documentos; a Nilza da Biblioteca que sempre me ajudou e indicou os livros necessários às minhas pesquisas e buscas, as dicas e doação de livros; a Bete do DEPLAN e a Rose do DG que em todas as ocasiões se puseram à disposição; a Rita de Cassia G. Shimizu do DG também sempre solicita e atenciosa; o Gilberto Donizeti Henrique, sempre amigo e companheiro, me ajudou nos mapas deste trabalho e do trabalho que encaminhei para o Programa de Pós Graduação; ao Carlos A. da Costa Prochnow do Laboratório de Clima com quem aprendi muitas virtudes da vida e obtive inúmeras informações sobre o funcionamento da Instituição; a Judite Antunes e Giovana Cristina Custódio com quem sempre pude contar na realização dos eventos e demais atividades do dia a dia no Departamento; ao Tiago José Borguezon que me ensinou muitas coisas e me ajudou com os programas de computador, formatação, me ajudou a salvar documentos etc, que sempre me deixou a par de muitas coisas boas da universidade; ao Henrique e a Telma da Administração que sempre me trataram com respeito e carinho em todas as ocasiões; a Mari, a Isabel Isler e Rosana do ERI-Escritório de relações Internacionais-, com quem conversei bastante sobre os intercâmbios, os Programas de Mobilidade Internacional; a Rosana das compras; ao Fábio e o pessoal do almoxarifado; o João do Patrimônio; os seguranças; a Taluama de Marchi que sempre foi firmeza na liberação da ASFAFI para a realização dos eventos culturais do PET e do CAEGE; o Valdir da manutenção e toda a equipe, responsáveis pelo bom funcionamento de muitos setores na universidade, entre eles o Miguel, o outro Miguel mano, o Ricardo, o França, o Júnior e tantos outros que não me recordo agora dos nomes mas que estão todos na lembrança como força atuante no campus.

A toda equipe da Biblioteca que sempre se puseram a disposição em todos os momentos em que necessitei de ajuda, a Nilza Harue Sartori sempre atenta e sabedora de todas as localizações de obras, livros, revistas, periódicos etc. Agradeço a Regina Maria Seneda, ao Sr. João já aposentado, mas que foi uma figura marcante também, a Mônica Picollo Bignami, Elisa dos Santos, Maurício Pinheiro, Roberto Souza Vilela, ao Renan Carvalho Ramos, o Alfa Ômega que sempre me ajudou com várias dicas e informações e um grande aprendizado; a Angela Ferraz, Cristina Marchetti Maia, Sílvia Dias Degaspari, Célia Aparecida Rufino da Silva, Gislaine Hermini Galasse, Jair Felix de Mendonça Filho, Josimeire Moura da Silva,

Rejane Bochi, Rosângela Aparecida Arnosti Bonatti, Suzi Helena W. Teixeira Silva, Ana Paula Santulo C. Medeiros, Adriana Aparecida Puerta, Diosnelice Pereira Camargo da Silva, Márcia Correa Bueno, Degasperi, Vivian Rosa Storti, Lucia Andrea C. M. Leite, Lucia Maria Cestaro, Monica Maria Caes e Silmara Aparecida Pereira fechando ai a equipe da biblioteca.

Aos Diretores Prof. Sebastião Carvalho da Geologia em 2008 quando ingressei, ao Prof. Antônio Carlos Simões Pião e seu Vice o Prof. Sérgio Roberto Nobre, grande figura que sempre acreditou em mim e me ajudou bastante em muitas ocasiões, me doou livros importantes; hoje é o atual Diretor do IGCE; agradeço também ao seu Vice, o Prof. Perinoto.

Ao Programa de Permanência Estudantil da Unesp – a Moradia Estudantil - que me possibilitou morar bem em um ambiente totalmente estruturado onde pude desenvolver inúmeras atividades e fazer uma gama de amigos que levarei para sempre em meu coração.

A AREX pela oportunidade de realizar parte de meus estudos na Universidade de Santiago de Compostela na Galicia – Espanha, através do Programa de Mobilidade Internacional para alunos de baixa renda, onde tive a oportunidade de aprender mais duas línguas, fazer amigos e ter contato com culturas das mais diferentes partes do mundo.

Ao Dirceu e família do "Sujinhos Bar" que me proporcionou a oportunidade de trabalho com confiança e amizade durante muitos anos como forma de me manter na Universidade, meu muito obrigado ao Dirceu, Everaldo e Orlando.

Aos amigos da vida desde a infância, Barrão, Cidão, Cavú, Piunga, Ratinho, Beto cachorrão, Dé bolinho, os irmãos Rocha, Rodrigo e Daniel, Elízio Menguele e os irmãos, Alemão e Ezequiel Peixe, Bodão, Luiz vovô e seu Tio Zé Antônio (em memória) Levi Zebrão, Lúcio, Nando, Português, seu Zé retratista, Nena, Paloma, James, Cristiano neguim, Tião, meu primo e irmão Tição – Rogério Negão.

A toda a galera da Vila Helena em Carapicuíba: Júlio Calango, Antônio Calango, Fernando Calango, Cavalo, Claudião Tatuagens, Patrícia Ramos, Luara, Juliana e Caio, Nego, Macica, Sílvio, Tio Nenzinho, Tia Emília, Tia Verônica, Tia Maria, Tia Lú pelão, Mairone, Musa, Tia Chanda, Tio Paulão, Tio Quim, Tio Abraão, a todos da Favela do Chiclete, da Favela do Buraco Quente, da rua do meio, Zé uva, Zezinho, Tia Maria mãe do Toninho e Zezinho (em memória), Nanã, Lú, Cida bocão, Renatinha, Lili, Edna, Elaine, Adriana, seu Tinim, Diego, Ramón, Tromba e Vaca, Liliane, Cumadi, Ivani, Leandro Lê, Sílvia e família, Dalmo (em memória), Paboi e Rogerinho, ao Grupo de samba Luz Divina e Novo Amanhecer, Miúra, Nina e família, Filé, Sirlei e família, Eliane, Serginho (em memória), Célia, Valéria

Perobinha, Andréia, Bena, Flávia neguinha, Kiko (em memória), Ceará dos Calangos (em memória), Claudião (Dinho).

A galera do Km 21, Dito Calango, Carmo, baixinho e família, Paty, Bruna e família.

Ao Núcleo de Consciência Negra na Usp por ter me proporcionado estudar para o vestibular e ser Coordenador e professor ao mesmo tempo, ao pessoal do cursinho Zé Antônio, Botinha, Lú, Adriana, Valéria, Mari Azoli, Rafa, Ayná, Mel, Zélia, Mamadou, Luiz, Joice Rufino, Daiane, Valtinho, Dona Graça e todos os professores atuantes no Núcleo.

Aos amigos da Universidade, o Mizu e Jane que conheci na Rodoviária de Rio Claro assim que desembarquei no dia da matrícula e o Fantoche, meus primeiros amigos da Rep. Sede, a **Moradia Estudantil da Unesp em especial a galera da casa 1** em peso, Capão, Frango, Acerola, Valdeon, Fiscal, Rambo, Araraquara, Wisk, Djalma, antigo morador junto com o Luiz Natividade, Alzeimer, firmeza o All, Royal, Ceará japonês, Rato, Kalot, Obama, Farinha, Darwin Farofa, Ruben peruano, Pega folgado, Tocantins, Tatuí, Didi Véi Loco o Oliver, Xena, Cafú o Cafubira, Mamadou, Marcelão Franzin agregado da casa, o Isca que também já foi agregado, e da Moradia em geral o Fabrício Oliveira –Itu -, grande guerreiro, aprendi muito com ele, Luiz Henrique o Saci, a Bárbara Prestes Murrinha, grande parceira essa menina, Pé Vermei a Aline Porto, Mônica Reis, Natália Tavares, Paty Maionese, Tassiane minha parceira de sempre também e sua irmã Bruna Bebe, Lu, Sussu, Tardeli, Tubinha, Tinha, Zé da 7, Pixote, Tatiane Basconi a Pek, Bolívia, Léia, Ferpa, Cacau, Urso, Sobrinho, Leandro, Niltinho, Euler, Fernanda Menezes a Fer da casa 6, Greg, Rick, Espeto, Delcinho agregado, Tati Treta a Zeca, Narizinho, Maira, Camilas da 2, Gli, Ibi, Menininho, Dani, Batom, Casinho (Léo), Vivi Colácio, Lohanne Lunardi a Ariel, Santa, Diego, Aline, Rebeca, Audrei, Michele, Bolacha, Valéria Cabeleira, Dinho, Slot, Cascão, Jorge, Blanka, Japonês, Araça, Hyank, Paula, Ferzinha, Gustavinho, Jamila, Josiana e Paty, Gabi Cassab, minha companheira de viagens, Monique, Alan Peterson com quem aprendi muito, Bruno Spadotto – Pira teimoso é quem teima com ele, Dito Curvina e família, Jé – Jéferson Corrêa, Yuri, Fábio de Araras, Marli, Vinão, Pedrão, Ripley, 2PI, Bruce Jiripoca, Renatão Slim, Mococa, Todo Japonês e a sua discografia regueira, De menor, Bruna, Israel brilhante, Renatão, Diego, Leide doidona, Paula Angélica, Felipe, Gordines, Sujão, Graziele Ost, Juliana Caciumara, Marcela Colombera, Nati, Vivi dançarina, Yuri do CAEGE, Mariana Prudenciato, Letícia Lucon, Ninho do PET, Iasmin Muqueca, Paulo Truff, Raquel Miojo,

Maçã, Aline Miranda, Charlene, Marcela Barone, Macia, Vitão, Raiza, Parafuso, Olívia Ricci, Olívia Gomes Murrinha, Jéssica casa 12, os Caiçaras da Enseada da Cajaiba que também me ensinaram muito outros valores que levarei para toda a vida. Em especial ao Veridiano, Rocha, Dinalva, Lúcia, Dona Iracema, Serginho, Zé Peru, Valdir, Luan, Japão, Meire, China, Seu Cecílio, Dona Santinha, Pelado, Dona Bidica, Seu Manoel, Pescoço, Juari, Lueni e as minhas princesinhas Laurinha, Mileny, Jamile e Vitória, e todos aqueles que não citei aqui sem querer cometer injustiças ou falta de consideração.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que eu pudesse concluir o curso de Geografia nas modalidades de Licenciatura e Bacharelado, em particular aos que colaboraram comigo ao longo da realização deste TCC, pela solicitude em me auxiliar.

Todos estão aqui lembrados de alguma forma, pois sem essas pessoas eu não teria experimentado a aprendizagem no mundo da Universidade nos corredores, demais espaços do campus, nas festas, reuniões, assembleias, plenárias, cafés Geográficos, discussões, viagens, acampamentos etc.

A todos meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

"Não devemos nos contentar com decisões provisórias, mas aspirar soluções definitivas."

Ditado germânico

SUMÁRIO

Introdução.....16

CAPÍTULO I

São Paulo: de Trilhas e Caminhos à Vilarejo ao Processo de Metropolização 25

CAPÍTULO II

Caracterização Histórica da Área de Estudo 30

2.1 A Cidade de Cotia 30

2.2. A Cidade de Itapevi.....33

2.3. O Bairro Quatro Encruzilhadas no Município de Itapevi.....37

2.4. A importância dos Aldeamentos na Região 43

CAPÍTULO III

Registros Sobre a Cultura Local.....55

3.1. Viagem no Espaço, no Tempo e na Paisagem com o Mapa de José Custódio de Sá e Faria e o Antigo Caminho de Itu 62

3.2. A Música Caipira, Memória e Patrimônio.....67

3.3. Festa das Três Cruzes e a Cruz da Memória: Considerações sobre a Vila das Três Cruzes e a Cultura Caipira Local.....72

3.4. O Carro de Boi na Vila das Quatro Encruzilhadas 75

CAPÍTULO IV

Considerações sobre o Planejamento Urbano e a Questão do Desenvolvimento 80

CAPÍTULO V

Pedido de Revisão do Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia 87

5.1. O Empreendimento como Gerador de Impactos Negativos 90

5.2. Vegetação Suprimida 92

CAPÍTULO VI

Expansão Urbana e Impactos Locais 103

CAPÍTULO VII

7. Considerações sobre o EIA-RIMA e as Audiências Públicas 113

7.1. O EIA/RIMA, o Licenciamento e a Avaliação Ambiental 118

7.2. O que é EIA/RIMA – Estudo e Relatório de Impacto Ambiental 119

7.2.1. EIA – Estudo de Impacto Ambiental 119

7.2.2. RIMA – Relatório de Impacto Ambiental 120

7.3. Atividades que Exigem o EIA/RIMA 122

7.4. A Diferença entre EIA (Estudo de Impacto Ambiental) e o RIMA (Relatório de Impacto Ambiental) 124

8. Considerações Finais 127

Anexos

Anexo 1. Jornal que trata sobre a Granja Carolina, Jornal Cotiatododia 135

Anexo 2. Parecer Aziz Ab'Sáber sobre o Novo Código Florestal 146

Anexo 3. Ofício do Grupo Calangos da Mata 153

9. Referências Bibliográficas 154

Pesquisa Eletrônica 159

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi analisar os impactos ambientais e sociais das políticas públicas e da especulação imobiliária sobre as áreas remanescentes de vegetação nativa na Granja Carolina. Com base na definição de Patrimônio Cultural e Patrimônio Natural, foi abordado o processo de formação dessa região oeste da metrópole, especificamente ao entorno da Granja Carolina situada entre os municípios de Cotia e Itapevi. A identificação desses problemas e a realização de um estudo sobre o modelo de ocupação e uso do solo urbano permitiu identificar seu grau de vulnerabilidade aos impactos trazidos pela expansão urbana. Para o entendimento de tais questões analisamos o projeto e o EIA/RIMA de um empreendimento imobiliário que se pretendia instalar na área de estudo. Entende-se também que o planejamento territorial deve conter o debate sobre a proteção do Patrimônio Cultural e Natural, questões também pertinentes no campo da Geografia.

Palavras chaves: patrimônio cultural. expansão urbana. Granja Carolina.

RESUMEN

El objectivo del trabajo fue analisar los impactos ambientales y sociales de las politicas publicas y de la especulación imobiliária sobre las áreas remanescientes de la vegetación nativa en la Granja Carolina. Con base en la definición del Património Cultural y Património Natural, fue abordado el proceso de formación desa región oeste de la metrópole, especificamente en lo entorno de la Granja Carolina situada entre los municipios de Cotia y Itapevi. La identificación deses problemas y la realización de un estudio sobre el modelo de la ocupación y el uso de lo solo urbano permitiu identificar su grau de vulnerabilidad a los impactos traydos por la expansión urbana. Para lo entendimiento de tais cuestiones analisamos lo proyecto y lo EIA/RIMA de um empreendimiento imobiliario que si pretendia instalar em la área de estúdio. Entendese también que el planejamiento territorial debe conter el debate sobre la protección del Património Cultural y Natural, cuestiones también pertinentes em el campo de la Geografía.

Palabras claves: património cultural. expansión urbana. Granja Carolina.

1. INTRODUÇÃO

Nosso trabalho é em primeiro lugar uma homenagem ao professor Aziz Nacib Ab'Saber que teve uma importante contribuição no início da realização dessa pesquisa nos idos de 2002/2003. O professor Aziz fez dos estudos profundos sobre a geografia do país as suas armas na defesa dos recursos naturais do país e não foi diferente no modo de atuação na área de estudos que aqui trataremos.

Ele costumava dizer que é preciso conhecer e respeitar a natureza para manter o equilíbrio do meio ambiente e que "a nossa inovação sempre vai ser na proteção do que a natureza faz". O professor Aziz costumava afirmar isso, para enfatizar que a maior contribuição da ciência para a humanidade é buscar formas de preservar a natureza e respeitar as pessoas e as comunidades que se inserem nesses ambientes.

Durante quase 70 anos dedicou seus estudos à Geografia, se tornando referência no assunto no país e internacionalmente, tendo recebido o Prêmio Unesco para Ciência e Meio Ambiente de 2001, entre outros tantos merecidamente. Considerado o principal Geomorfologista do país, Ab'Saber deixou um grande legado de intervenção na política ambiental do país com reconhecimento internacional. Com sérios problemas de saúde morreu em 2013 aos 87 anos, em sua casa na Grande São Paulo.

Foi uma perda lastimável para a Geografia do país mas com certeza sua obra continuará sendo referência na produção do conhecimento e na transformação do espaço assim como está sendo referência em nossa obra ora apresentada como uma monografia.

Este trabalho é fruto de longos anos de atuação do Grupo Ecológico Calangos da Mata nas cidades de Cotia e Itapevi-SP mas teve uma importante atuação e contribuição do nosso grande Geógrafo brasileiro, o professor Aziz e da artista plástica Marília Gruenwaldt, moradora da região estudada e que contribuiu imensamente com suas pesquisas que aqui publicamos em conjunto com o Grupo Ecológico Calangos da Mata surgido em 02/08/1991.

As discussões aqui apresentadas trazem à tona a polêmica dos últimos projetos idealizados para as cidades, denunciando os usos e abusos do território, unindo as questões de ordem cultural junto aos aspectos ambientais, assim também como das condições estruturais de mobilidade e qualidade de vida associadas a tais transformações.

As considerações apresentam um importante relato-síntese da pesquisa, evidenciando o papel de atuação do Geógrafo no Terceiro Mundo (Ab'Sáber), ao explicitar os conteúdos perversos da modernidade e do modo de produção capitalista no/pelo espaço urbano.

Denunciando o papel dos interesses corporativos, privados e individuais frente ao público e a coletividade, apresenta também denúncias à destruição da biodiversidade em razão da renda da terra, obtida por meios ilegais, ou através de mecanismos regulatórios suspeitos e de qualidade questionável.

O trabalho contribui ao destacar também a necessidade de uma *práxis* transformadora em seu sentido mais amplo, onde, cujo cientista social possui responsabilidade e deve praticá-la a fim de romper as amarras da ciência com a reprodução do *status quo*, ou seja, das inaceitáveis desigualdades e injustiças que nos espolia.

Essa monografia ratifica esforços de trabalho com a população local, mostrando a preocupação com os problemas apresentados, bem como as alternativas e esforços por um espaço geográfico capaz de condicionar uma vida digna e socialmente justa, via defesa do seu legado natural/cultural e uma participação efetiva destes agentes nos processos decisórios do território em que vivem.

O papel do Geógrafo deverá com seu engajamento e pluriatividade contribuir mais incisivamente com esses propósitos, a fim de denunciar e intervir nas atuações dos agentes estatais que reforçam o papel da especulação que é alimentada pela ação governamental, o que não resolve a questão habitacional e da qualidade de vida.

Evidentemente, não se espera esgotar o assunto, nem sequer empossar leituras definitivas para os processos. A intenção proposta neste trabalho é alimentar os processos em torno da implementação dos instrumentos de planejamento e gestão do território com a problematização da experiência vivida durante os anos de tentativa de implantação dos empreendimentos na área de estudo.

Nesse sentido a obra se torna indispensável para quem pensa em planejamento urbano ou zoneamento de espaços urbanos, seja à revelia de planos de uso e ocupação de solos urbanos ou políticas públicas de habitação e preservação, o que sugere uma ética na consolidação destas políticas que historicamente veem sendo implantadas sem o consentimento de quem vive o lugar e nele reproduz seus costumes, crenças e o imaginário.

A concretização do direito à cidade e à moradia passa pelo acesso concreto ao lugar, à terra urbanizada e ao bairro, assuntos que aqui debatemos amplamente na tentativa de elucidar questões de planejamento urbano com o diferencial dos serviços públicos das cidades envolvidas, no caso Cotia e Itapevi.

A dotação diferencial dos serviços públicos na cidade conduz à disputa das áreas consideradas melhores entre as diversas classes sociais e de renda. Nesse sentido o trabalho apresenta e aborda as contradições da expansão urbana na Grande São Paulo (Cotia e Itapevi), identificando os agentes propulsores da concentração fundiária – a especulação imobiliária.

Aponta também a segregação sócio espacial que vem ocorrendo em áreas de ocupação antigas causando a expulsão de moradores e destruindo o patrimônio tradicional local – pequena agricultura, artesanato, festas, cerimônias, danças etc.

O caso estudado (Granja Carolina) revela também o cenário de degradação ambiental causada pela densa ocupação da região ao longo da Rodovia Raposo Tavares, considerada atualmente um dos grandes eixos de expansão urbana na região oeste da grande São Paulo. Demos uma maior ênfase ao município de Itapevi porque Cotia será tratada em trabalho posterior com maior profundidade em função da nova configuração territorial em processo.

Abordando o debate da preservação dos Patrimônios Culturais e Naturais foi analisado nesse trabalho formas de organização e apropriação do espaço em função da especulação imobiliária apoiada pelos setores políticos dos municípios de Cotia e Itapevi na região metropolitana de São Paulo (RMSP).

Estas cidades são núcleos de adensamento e conflitos, que passam por um intenso fenômeno de marginalização/periferização, mas também com expansão de novas formas produtivas ligadas a metropolização e mais especificamente aos mecanismos de renda da terra (reserva de valor, especulação imobiliária e novas articulações urbanas associadas aos condomínios em áreas de reserva natural).

Para tal propósito foi de suma importância a análise dos Planos Diretores das duas cidades e o Zoneamento urbano das mesmas, além de levantamento bibliográfico específico sobre o assunto.

Para nós também foi fundamental realizar um estudo sobre as áreas de remanescentes da Mata Atlântica onde se insere a Granja Carolina e uma leitura mais detida nos dois últimos EIA/RIMAS propostos para a área de estudos além da análise de alguns diplomas legais.

Considerando as particularidades das cidades envolvidas no estudo e suas formas de organização, uso do território e o grau de vulnerabilidade a que estão sujeitos, foi proposto uma análise mais criteriosa dos projetos urbanísticos na região da Granja Carolina.

A área de estudo constitui um conjunto morfológico e paisagístico (Ab'Sáber) de extrema importância e como barreira natural contra os avanços do tecido urbano que tendem a corroer estes espaços através da especulação imobiliária, espaços compostos de ricos Patrimônios Culturais e Naturais que consideramos de extrema importância serem preservados mas não como reserva de valor como vem se constituindo diversas localidades em nosso país.

Ainda que se tenha iniciado o processo de proteção pela tentativa de tombamento da área, (CONDEPHAAT – protocolo 01450-2003, guichê 00849), não houve até o momento uma investigação sobre os anseios e as percepções da paisagem pela sociedade, pela população local sobre essas áreas.

Entendemos que a conservação do patrimônio histórico e cultural é importante para todo o conjunto da sociedade, o que reforça nossa tese de que deve haver o processo de gestão integrada desses espaços considerando a discussão proposta por Castro (2012) onde ela aponta que

> "A outra face do patrimônio cultural – aquela revestida pela identidade, pertencimento, memória, que é corporificada por homens e mulheres do/no cotidiano – apresenta-se como singularidade; se expressa através de saberes, práticas e representações que revelam conteúdos distintos" (CASTRO, 2012, p.41).

Além disso, para Castro (2012) [...] a cultura imaterial é algo que se manifesta de modo interno aos indivíduos e grupos, conformando certa identidade; e se externaliza de forma a delimitar espaços de memória e pertencimento (CASTRO, 2012, p. 42).

Neste contexto, uma das grandes questões que se formula diz respeito às consequências já bastante evidenciadas na área de estudo onde alguns impactos ambientais, sociais e culturais de tal processo de urbanização sobre as cidades envolvidas trouxeram prejuízos irreversíveis, dadas a constatação do acelerado desmatamento que vem atingindo de forma definitiva os espaços pertencentes ao cinturão verde da cidade de São Paulo.

As estratégias de planejamento, ordenação do território e política urbana têm se mostrado pouco eficazes para superar os efeitos negativos sócios espaciais nos limites dos municípios, sendo difícil compreender a manifestação do urbano.

No campo da política urbana, os primeiros anos do século XXI significaram um período ímpar de transformações institucionais tanto no nível nacional, como no nível estadual, quanto nos municípios. Em 2001, foi aprovado o Estatuto da Cidade, a progressista lei federal que regulamenta a política urbana a ser realizada pela União, Estados e Municípios mas que a nosso ver ainda não contempla as manifestações do lugar, da paisagem e da memória.

Em 2003, foi instituído o Ministério das Cidades, longa demanda do campo da reforma urbana. No mesmo ano, realizou-se a I Conferência Nacional das Cidades, precedida por conferências em todos os estados e em milhares de municípios, envolvendo uma quantidade inédita de atores sociais na discussão da política territorial.

No entanto, essas políticas são incapazes de atender às mais relevantes questões cotidianas porque não priorizam a conservação dos ambientes naturais, da paisagem, a mobilidade dos cidadãos e suas interações com o meio físico, suas percepções e o metabolismo urbano.

A aproximação entre os indivíduos e a paisagem do ponto de vista da morfologia geográfica provoca uma troca de hábitos, costumes, percepções, sentimentos e linguagens compartilhando modos de vida diferenciados.

Nesse sentido, os mais diferentes tipos de interação ocorrem hoje nos diversos núcleos de população, sendo os inúmeros núcleos de baixa renda, de ocupação tradicional e até no conjunto de condomínios fechados, esses últimos, fruto do desenfreado processo de especulação imobiliária na região de Cotia, Itapevi e ao longo da área de estudo.

Esse processo vem reproduzindo o retalhamento dos últimos espaços de chácaras e sítios como ocorreu no início da primeira metade do século XIX na cidade de São Paulo, quando Oliveira (1958 apud AZEVEDO, 1958 p. 85) aponta que [...] A ampliação dessa reduzida área urbana processou-se através do retalhamento das *chácaras* próximas, embora sem obedecer a um plano diretivo [...], fazendo menção à expansão da cidade de São Paulo.

No desenvolvimento de Cotia, a região da Granja Viana é conhecida como um dos últimos refúgios verdes da grande São Paulo. O local que até poucos anos atrás se vangloriava pela manutenção tradicional de uma região repleta de Chácaras e Sítios, hoje a grande maioria se encontram loteados, retalhados e transformados em função do desenfreado processo de especulação imobiliária.

O local de estudo abrange a área geográfica compreendida entre os limites de Municípios de Cotia e Itapevi, localizados no setor oeste da capital paulistana entre os km 34 e 36 da Rodovia Raposo Tavares no sentido capital – interior e tem acesso pela Estrada do Pau Furado como mostrado na figura 1 abaixo, apresentando no entorno muitos loteamentos.

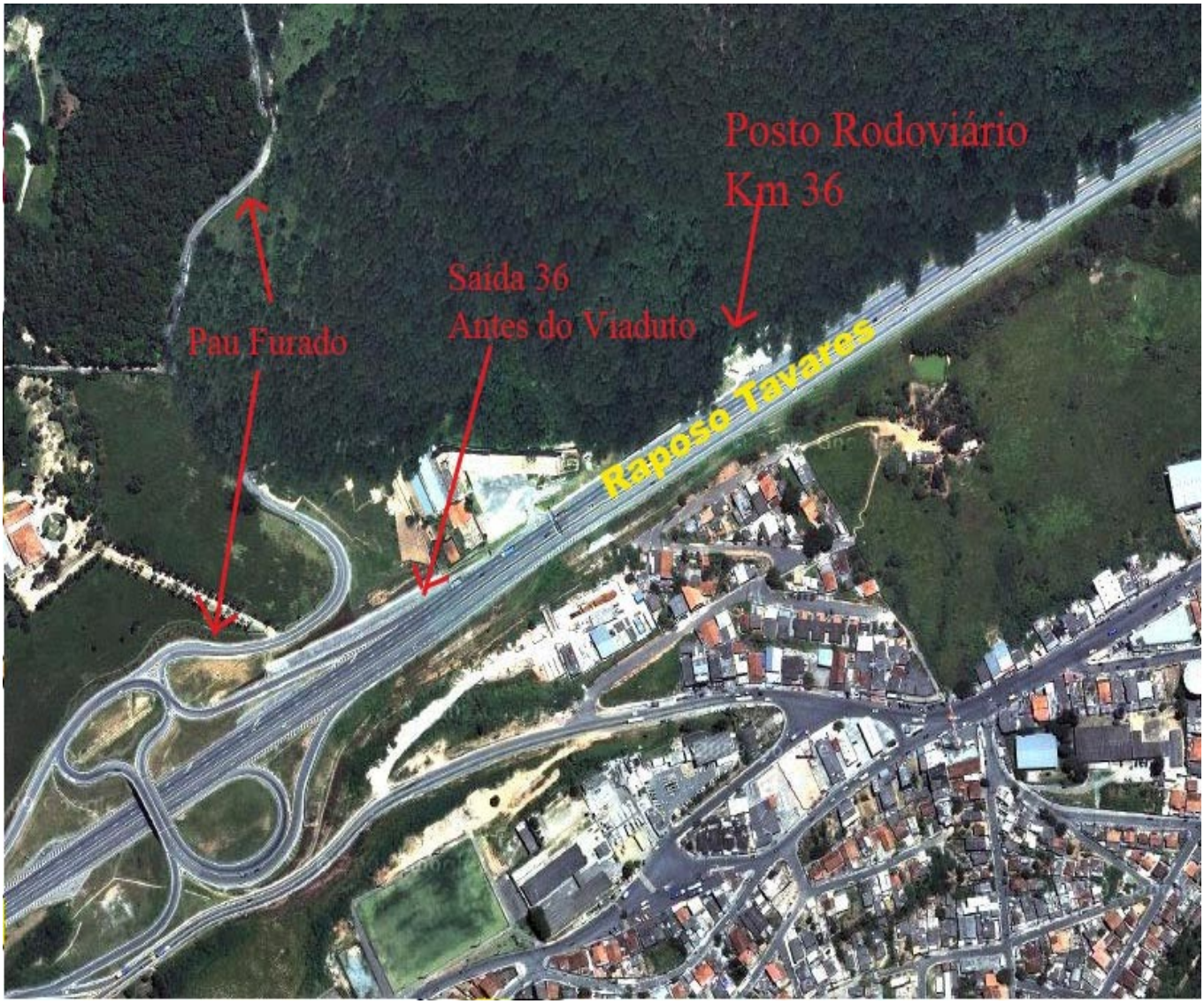
Esse grande número de loteamentos instalados vem ocasionando o abandono de muitas famílias tradicionais que buscam outros recantos menos conturbados. São muitos os apelos que os empreendedores utilizam para chamarem a atenção dos possíveis compradores de áreas verdes na região da Granja Vianna, como ilustram bem as figuras 2 e 3.

Para Marília Gruenwaldt (in Grupo Ecológico Calangos da Mata, trabalho não publicado), nesse novo processo de expansão da área de estudo devem ser consideradas as diversas formas de usos referentes à população local, considerando aqueles que são moradores de longa data, atores sociais com perspectivas preservacionistas dentro de um cenário de degradação permanente.

Ribeiro (2004) aponta a necessidade de tratar com certa importância a problemática da água ao assinalar que [...] A questão da água e do abastecimento por mananciais da região também exigem atenção quanto à proteção ambiental uma vez que Ribeiro (2004, p. 169) aponta em seu artigo – Gestão das águas metropolitanas - que "O grave quadro de disponibilidade dos recursos hídricos na metrópole de São Paulo desperta preocupação", afirmando ainda que "O sistema Cotia apresenta a pior capacidade de fornecimento de água entre todos da RMSP" (RIBEIRO, 2004, p. 171).

A contribuição que pretende esse trabalho também se dá no sentido de esclarecer e debater as questões que suscitam políticas públicas de proteção a recursos naturais não renováveis, proteção ao patrimônio natural e cultural e trazer a questão da participação popular nos processos decisórios das comunidades envolvidas.

Figura 1. Localização da Estrada do Pau Furado que dá acesso à área estudada.



Fonte: www.granjacarolinacotiaitapevi.blogspot.com

Destacamos a importância da participação nas audiências públicas, qual sua função e como utilizar esse mecanismo no processo de discussão e deliberação na construção de um espaço geográfico mais equânime.

Figura 2. Ilustração de foto aérea na região da Granja Vianna em forma de propaganda comercial dos terrenos.



Fonte: www.granjacarolinacotiaitapevi.blogspot.com

Figura 3. Propaganda para atrair possíveis interessados em imóveis na região com o discurso convidativo de viver em meio a natureza.



Disponível em: http://www.encontracotia.com.br/cotia/historia-de-cotia.shtml

CAPÍTULO 1 - SÃO PAULO: DE TRILHAS E CAMINHOS À VILAREJO E AO PROCESSO DE METROPOLIZAÇÃO

Espaços compostos de ricos Patrimônios Culturais e Naturais que a priori, deveriam ser preservados, estão sendo consumidos de forma desordenada, espaços que se encontram por sobre o traçado do Antigo Caminho de Itu, um dos mais importantes como assinalou SILVA e ACHEL (2010), sendo que "o antigo caminho de Itu se constitui num dos principais e significativos caminhos de penetração oeste na cartografia colonial do sudeste brasileiro" (SILVA e ACHEL, 2010, p. 3).

Nesse sentido (AB'SÁBER, 1958, 2007; MARCÍLIO, 1973; SILVA, 2013) muitas populações se estabeleceram no planalto paulista e além das estradas e bandeiras rumo ao interior das matas, os rios (PETRONE, 1995; MARCÍLIO, 1973) também tiveram um papel importante e grande influência para o povoamento e o intercâmbio entre esses núcleos populacionais.

Os rios Tietê correndo para oeste e o rio Paraíba com rumo a nordeste do município de São Paulo são dois rios que segundo Marcílio, (1973), "estão intimamente ligados à história da penetração e ocupação das duas zonas – oeste e nordeste do território paulista – que se desenvolveram partindo da cidade de São Paulo".

No século XV segundo Azevedo (1958), São Paulo não passava de um minúsculo vilarejo, cujo centro de relações e vida social era simplesmente o Colégio dos Jesuítas situado sobre as elevações do planalto cortados pelas várzeas dos rios Tietê e Tamanduateí. As construções eram bastante rústicas e "O casario constituía-se de simples aglomerado de modestíssimas habitações de taipa, cobertas de sapé, só começando a aparecer as coberturas de telhas no último quartel do século XVI". (TAUNAY apud AZEVEDO, 1958, p. 20).

Para além desse pequeno vilarejo o que compunha a paisagem paulista eram os diversos caminhos que rumavam em várias direções induzindo a ocupação de outros setores do planalto, constituindo novos sítios e paragens sempre atendendo uma lógica de ocupação por sobre os planos elevados (Marcílio, 1973) do relevo.

Segundo Marcílio (1973) [...] "As células de povoamento, as fazendas, as chácaras, as aldeias de índios [...] situava-se sobre elevações sempre cortadas pelas várzeas e vales geralmente inundados" (MARCÍLIO, 1973, p. 5).

Ainda segundo os apontamentos de Marcílio (1973, p. 6) [...] "as passagens terrestres naturais abrem-se, também, para o Planalto Paulistano". O que indica a forte influência dos antigos caminhos existentes desde épocas imemoriais, provavelmente picadas utilizadas pelos índios antigos que compunham o núcleo paulista antes da chegada dos brancos (SILVA e ACHEL, 2010; SILVA, 2013).

O antigo caminho de Itu (SILVA e ACHEL, 2010; SILVA, 2013) que segue em direção a Cotia, Vargem Grande Paulista e Sorocaba se insere nesse contexto. Brioschi (1999, p. 38) aponta que "No final do século XVII, os paulistas já haviam traçado grandes rotas de penetração para o interior".

A expansão desse território por sobre as várzeas dos rios e demais localidades se deram por fatores econômicos e políticos aproveitando os traçados existentes para a penetração em busca de metais preciosos e outras mercadorias sendo que

> Para além do núcleo urbano, disseminados pelos vales fluviais, até os arredores das várzeas do Tietê e do Pinheiros, as fazendas da zona rural e os aldeamentos indígenas completavam o estabelecimento colonial do planalto, como elementos econômicos e demográficos (AZEVEDO, 1958, p. 21).

Nesse processo (SILVA, 2013) passou-se a etapa de ocupação dessas áreas e o setor oeste de São Paulo desde então vem sofrendo com o avanço do tecido urbano de forma desordenada e destrutiva de ricos espaços verdes, dos patrimônios históricos, culturais e naturais.

Toda essa dinâmica de expansão urbana da cidade de São Paulo veem acarretando uma enorme quantidade de problemas para outras cidades na RMSP. O que se passa hoje é, de fato, uma aceleração inaudita, realmente extraordinária, desse processo de metropolização da cidade.

Essa aceleração é particularmente notável e salta à vista a partir dos anos 1960, vindo acoplada e suscitada a partir de 1970 por uma revolução tecnológica que tem sido numerada como terceira revolução tecnológica dos tempos modernos.

Não trataremos aqui dessa discussão tecnológica já apresentada por Milton Santos e denominada como período técnico-científico-informacional ao longo de anos de pesquisa e debates por conta desse autor.

Numa tentativa de se contrapor à lógica da especulação imobiliária em função desse processo de metropolização acima apontado, propomos ao CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, o tombamento da área em questão no ano de 2003.

A apreciação do CONDEPHAAT se fez necessária em função do projeto denominado Loteamento Granja Carolina, (Processo SMA 13.697/00) do Espólio Celso Santos. Posteriormente em 2009, propomos o pedido de revisão de um novo e grande empreendimento imobiliário na mesma área – Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia - Processo SMA 13. 536/07 de responsabilidade da empresa Alphaville Urbanismo S/A.

As regiões escolhidas destacam-se (AB'SÁBER, 2003; SILVA, 2013) pela reunião expressiva de fatores bióticos e uma extrema compartimentação do relevo e cobertura vegetal denotando um aporte de paisagens que demandam um conjunto de ações para sua manutenção como sistema regulador dos ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica encontrados na região de estudo.

Apesar das singularidades regionais, o tema sobre a questão ambiental já foi e continua a ser bastante estudado pela Geografia e por outras disciplinas, sob as mais diversas abordagens teórico-metodológicas e com diferentes propósitos. Nesse trabalho, propusemos uma abordagem sobre a história de ocupação da região.

Nos últimos anos as grandes novidades legislativas apontaram para a preservação do patrimônio cultural e do patrimônio natural, temas que assumiram no mundo todo, a liderança no debate sobre organização do espaço, qualificação e na melhoria da qualidade de vida.

Deve-se ressaltar também que as temáticas de preservação ainda enfrentam enormes resistências diante das forças econômicas e da velocidade na degradação cultural e ambiental frente ao processo de expansão urbana sem o adequado planejamento urbano acompanhado de políticas que visam inserir a comunidade nos debates e nos processos decisórios nos usos do território.

Os municípios envolvidos passaram por ciclos históricos, desde a caça e apresamento de índios nos séculos XVI e XVII, de onde os paulistas adentravam o sertão a procura de remédios e pedras preciosas na época, até 1640 quando se estabeleceram algumas fazendas nas paragens a oeste de São Paulo.

> O próprio Raposo Tavares, apesar de regressar ao sertão muitas vezes mais, estabeleceu uma próspera fazenda na paragem de Quitaúna, ao longo do rio Tietê, entre as vilas de São Paulo e Parnaíba, que contava, em 1632, com um plantel de 117 índios (inventário de Beatriz Bicudo, 1632 apud MONTEIRO, 1994, p. 79).

Hoje estas cidades se transformaram no mais recente alvo da especulação imobiliária, o que tem causado grandes perturbações nas comunidades que se encontram no local, uma vez que "Contrapõe-se aos preceitos preservacionistas, a pressão exercida pela expansão urbana, através do aumento da população e da especulação imobiliária" (ROSS, 2004, v. 2, p.197).

Carlos (2008, p. 136) fez a discussão desse processo especulativo e de segregação quando aponta que "[...] o que está em jogo é o processo de apropriação do espaço para determinado uso, representado na propriedade privada da terra, como expressão da segregação econômica, social e jurídica".

Nossa preocupação nesse estudo foram as questões culturais e ambientais tomadas como elementos indissociáveis, uma vez que (SILVA e ACHEL, 2010; SILVA, 2013) o processo histórico de segregação sócio espacial da população local ocorre desde os tempos das Sesmarias até o tempo das grandes fazendas, sítios e antigos bairros rurais que permearam a história da região, transformações estas que se deram através do Antigo Caminho de Itu.

Ao longo do trabalho apontamos registros sobre a cultura local, por base da relação direta com a formação histórica e geográfica constituídas dialeticamente, destacando nesta perspectiva, os elementos simbólicos atrelados à religião, materializados por ritos em torno de espaços determinados, como capelas e cruzes localizadas ao longo do antigo caminho para Itu, sobretudo na comunidade Quatro Encruzilhadas.

Nesta etapa do trabalho elencamos a associação das cartas temáticas ao conteúdo de dados históricos, perfazendo por imagens de fotografias obtidas em campo, num primeiro momento o conjunto do patrimônio cultural material pertencente a esta área.

Como sinônimo desse patrimônio cultural material na região das Quatro encruzilhadas, temos as Três Cruzes na segunda encruzilhada e as capelas caipiras do bairro da Cruz Grande e depois os elementos imateriais: as procissões, romarias e a arte do trabalho enraizada em elementos como o carro de boi da família Bueno apresentado na figura 4.

Figura 4. Waldemar Bueno com arado e o Carro de Boi da Família.



Foto: Marília Gruenwaldt.

Mesmo com todas as singularidades que se encontram na área de estudo, constatou-se a ausência de políticas de preservação cultural e ambiental que coloque em pauta a valoração desses espaços urbanos como patrimônio histórico-cultural (SILVA, 2013).

As políticas de planejamento urbano ainda não contemplam as reais necessidades da urbanidade, da paisagem, das relações e inter-relações necessárias à reprodução do espaço urbano, dos usos do território e de uma gestão democrática como apregoam os inúmeros textos legislativos, os chamados diplomas legais.

CAPÍTULO 2 – CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA DA ÁREA DE ESTUDO

2.1 A CIDADE DE COTIA

A história de Cotia tem início por volta de 1700, quando os viajantes que iam para o interior dos estados, paravam na vila para descansar e alimentar-se por ser um antigo pouso de tropeiros onde circulavam cargas e mantimentos.

Provavelmente esses tropeiros vinham pelo antigo caminho de Itu, um dos principais caminhos de penetração para o interior nos tempos coloniais (SILVA e ACHEL, 2010).

O local onde se insere a cidade de Cotia hoje apresentava uma rede de caminhos exploratórios constituídos no pretérito período colonial, perpassando a fase inicial de assentamento por indígenas, de agricultura rudimentar (roçado), expansão com a descoberta do ouro, fornecimento de insumos a capital e, por fim, urbanização/industrialização.

Nessa época a região era repleta de caminhos e trilhas utilizadas pelos índios e posteriormente pelos tropeiros que por ali passavam e permaneciam o tempo necessário para descansar, reabastecer ou trocar mercadorias, seguindo viagem para outras paragens do território paulista ou até mesmo para outras províncias como Goiás, Paraná e Rio Grande do Sul.

A origem do nome da cidade é indígena e se deve ao fato de seus caminhos serem sinuosos como o trajeto feito pelos animais do mesmo nome (Cutia). Sendo apenas um ponto de passagem, Cotia ganhou alguns nomes como Acoty (assim chamada pelos indígenas da época), Cuty, depois Acutia e por fim Cotia.

Apesar das várias denominações que lhe foram dadas pelos jesuítas e pelos primeiros habitantes do local, como Capela do Monte Serrat de Cotia e o caminho de São Tomé, os indígenas continuavam a chamá-la de Acoty. O primeiro registro em que a localidade é referida como Acutia foi feito pelo marujo alemão Hans Staden, no século XVI, quando publicou um livro sobre o Brasil.

Acutia foi se consolidando junto à Capela de Nossa Senhora de Monte Serrat, no ano de 1713, na região hoje conhecida como São Fernando. Em 1723, a capela foi elevada à categoria de freguesia. Nessa época a capela foi transferida para a atual Praça da Matriz onde hoje funciona a poucos metros, a Câmara Municipal de Cotia.

Ao longo dos anos, Cotia foi se transformando até atingir um importante período de sua história quando a agricultura se desenvolveu de forma relevante ao surgir no município algumas organizações agrícolas, inclusive a Cooperativa agrícola de Cotia (figura 5).

Figura 5. Antiga Cooperativa Agrícola de Cotia



Fonte: Google imagens

A produção dinamizou-se, e centenas de sítios novos cobriram a região. Iniciou-se, também, a época industrial. Na estrada que vai de São Paulo a Sorocaba, e ao longo da Sorocabana, as chaminés começaram a despontar.

Na atualidade, nos anos 2000, a economia da cidade era bastante variada, tendo como destaque os setores industrial e agrícola. Chamamos a atenção aqui para o fato de a cidade estar passando por um estrondoso processo de crescimento regido pela urbanização e ocupação dos espaços mais remotos, o que vem diminuindo as áreas agrícolas.

No entanto, é justo apontar que na agricultura merecem destaque a batata, tomate, milho, feijão, alho e frutas diversas, sendo a maioria proveniente de Caucaia do Alto onde também se desenvolve a avicultura.

O processo de urbanização no município de Cotia ocorreu em função da implantação da Rodovia Raposo Tavares e da expansão das áreas residenciais para fora do município de São Paulo, resultando na formação de uma mancha urbana linear, entremeada de vazios, até o núcleo urbano de Vargem Grande Paulista.

Ao longo da Rodovia Raposo Tavares e em seu entorno está situado o setor industrial onde os produtos mais importantes são de materiais elétricos, químicos, cerâmicos, brinquedos, têxteis, explosivos, alimentos, vinho, aguardente e máquinas agrícolas.

Destacamos que a cidade possui um potencial turístico bastante promissor, desde que se conservem algumas características culturais que ainda insistem em se manter, frente ao processo de urbanização. A área do projeto Vila Florestal – Reserva Cotia encontra-se entre estes vetores lineares de expansão urbana. Diversos empreendimentos imobiliários foram desenvolvidos nesta região resultando na implantação de condomínios de residência fixa e loteamentos de chácaras de recreio, indicando um processo de conurbação das áreas urbanas de Cotia e Itapevi.

Como a região de Cotia possui infraestrutura privilegiada, com vários empreendimentos urbanísticos já consolidados, principalmente na região da Granja Vianna, e um posicionamento geográfico estratégico, foi selecionada para o desenvolvimento de mais um empreendimento, dessa vez de grande porte como é o projeto Vila Florestal – Reserva Cotia.

2.2. A CIDADE DE ITAPEVI

O município de Itapevi situa-se há 35 quilômetros a oeste da capital paulista, possui área de 91,353 km², tem uma topografia de morros e morrotes variando entre 740m no centro da cidade, junto ao leito do rio Barueri-mirim, à aproximadamente 1.035m no alto da Serra do Itaqui, na divisa com o município de Santana de Parnaíba (Aldeia da Serra). No lado oposto, fazendo divisa com o município de Cotia, a cota altimétrica varia de 740m no centro da cidade até 940m na zona periférica.

No caso de Itapevi, a expansão urbana resultou, em uma primeira fase, da formação de aglomerações ao redor da estação da Estrada de Ferro Sorocabana, e em uma segunda fase, de implantação da Rodovia Castelo Branco. A abertura de novas vias de acesso, loteamentos e linhas de transporte coletivo, resultou na conurbação das áreas de Itapevi, Jandira, Barueri, Carapicuíba e Osasco, configurando uma faixa de urbanização linear, assim como foi no município de Cotia.

Neste cenário de periferia da metrópole, a simples ideia de oportunidade comercial não deixa espaço para a reivindicação dos direitos democráticos fundamentais expressos na Constituição, legislações que apenas simbolizam direitos, nada mais que isso.

Itapevi já viveu grandes promessas de transformações no passado que nunca se realizaram e deixaram a cidade com enormes problemas sociais e urbanísticos.

O município tem 0% de esgoto tratado, apesar de "poder" ser uma das poucas cidades da Grande São Paulo ainda com condições de captar água de seu próprio manancial em condições de uso para o abastecimento; essas águas vêm do córrego Sapiantã que compõem o sistema SABESP da cidade, através da ETA SAPIANTÃ.

Novas oportunidades poderão surgir com o empreendimento hora proposto e outros que poderão surgir, entretanto, o projeto precisa responder às novas exigências ambientais e sanitárias dos tempos de mudanças, para o futuro que se avizinha.

Por fim, é crucial questionar: quais serão as consequências sobre a Grande Metrópole com o acelerado processo de desmatamento que atinge de forma definitiva os espaços verdes, que no pretérito recente formavam o CINTURÃO VERDE?

A cidade de Itapevi possui inúmeras ocupações e edificações em áreas/zonas potencialmente sujeitas à erosão (SANTOS, 2000) e a inundações, acarretando dificuldades à comunidade e ao poder público e não possui um plano diretor voltado para a precaução ambiental e se encanta com a possibilidade de crescer em direção às montantes da sua principal bacia hidrográfica – bacia do Sapiantã.

Embora exista uma corresponsabilidade de toda a sociedade de Itapevi e da região no que se refere à destruição do meio ambiente, existe uma brutal pressão econômica apoiada por uma legislação urbana inadequada à preservação dos recursos ambientais dos municípios em torno da Grande Metrópole.

É importante assinalar que não existe proteção alguma de qualquer órgão oficial, municipal, estadual ou federal sobre o patrimônio local seja ele ambiental ou cultural.

Itapevi no seu histórico como cidade vem ao longo de séculos contribuindo para projetos desenvolvimentistas para a cidade de São Paulo sem, contudo receber qualquer contribuição dos impactos recebidos.

Historicamente a cidade foi ponto de passagem e pouso de desbravadores, bandeirantes e comerciantes ao longo do caminho que levava à cidade de Itu. Como registro deste período (Marília Gruenwaldt, trabalho não publicado), podemos citar nosso rico patrimônio, não protegido, do pouso bandeirista situado no Bairro do Cardoso.

Com o tempo este caminho serviu aos tropeiros, período em que algumas famílias ligadas ao tropeirismo estabeleceram propriedade na cidade, também um conhecimento histórico e patrimônios do qual a cidade desconhece.

Por volta do final do século XIX, a cidade se São Paulo, já aponta como líder do desenvolvimento brasileiro, e vai procurando recursos necessários para a sua aceleração principalmente nas cidades do entorno. Estamos falando do início da era das locomotivas Marias Fumaças, que precisavam ser alimentadas com lenhas das matas por onde passavam.

Neste período temos a construção de algumas estações ferroviárias que funcionavam como pontos de reabastecimento de lenhas e não de gente. Logo em seguida se instalam indústrias em Osasco e principalmente a Indústria Matarazzo na Lapa, alimentadas com lenhas da cidade de Itapevi, Cotia, Vargem Grande Paulista e Araçariguama.

Assim, boa parte das árvores que cobriam os morros foi parar nos fornos e caldeiras que ajudaram na modernização da cidade de São Paulo.

Com o término das árvores nativas, o Governo de São Paulo, numa ação no mínimo irresponsável e encobrindo interesses privados, estimula a plantação de Eucalipto como forma de reflorestamento.

Documentos atestam que a Grande São Paulo já estava sofrendo com o desequilíbrio climático provocado pelo extermínio das Matas do entorno e que a famosa garoa de São Paulo já não predominava mais como no pretérito.

Com o desenvolvimento da cidade de São Paulo, ainda no final do século XIX, a cidade precisou substituir ruas e estradas de lama por paralelepípedos, boa parte retirada da Pedreira São João em Itapevi (figura 6).

A pedreira trouxe para a cidade de Itapevi uma leva de imigrantes Italianos, especializados no manuseio das pedras, onde o trabalho era duro e deixava pouco tempo para eles embelezarem a sua cidade, na época ainda sob a denominação de Cotia; mas mesmo assim ainda hoje podemos contemplar um trabalho em pedra e pinturas em afresco na Capela de São Pedro situada na base de uma pequena colina na COHAB em Itapevi.

Com a industrialização pujante da cidade de São Paulo, muita mão de obra advinda de um mundo rural que perdia importância, foram morar em cortiços e favelas nas cidades ao entorno de São Paulo.

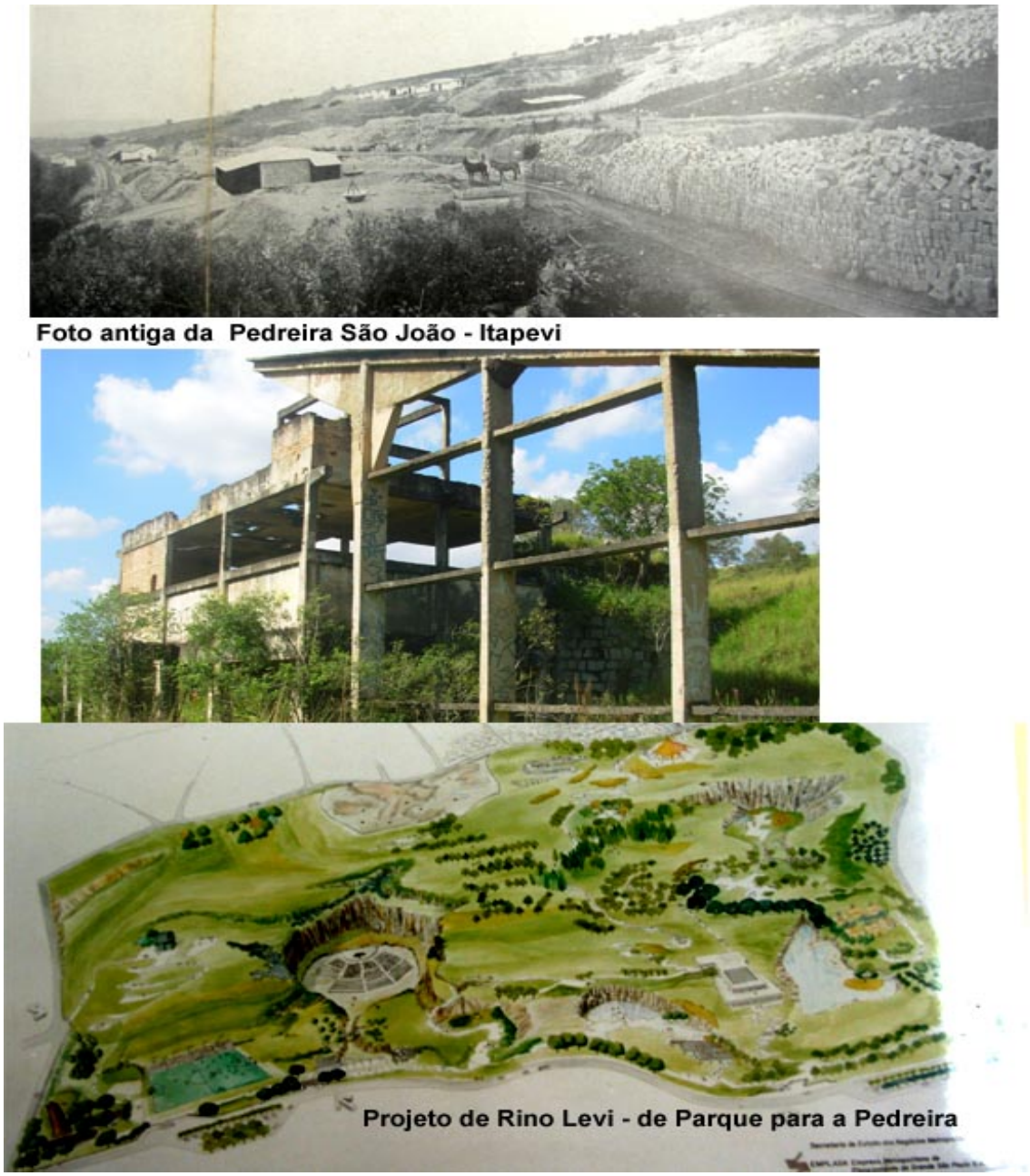
Mais uma vez a cidade de Itapevi, contribui acolhendo milhares destes trabalhadores que a cidade de São Paulo não queria acolher em seu território, pois deles só queria o trabalho. Itapevi, assim como outras cidades, se transformam em imensos dormitórios da noite para o dia.

Apesar de pouco para oferecer a esta população exausta que precisava viver nos apartamentos da COHAB, instalados nas terras da antiga Pedreira, a chegada destes moradores estimulou a compra de lotes nos inúmeros loteamentos clandestinos que surgiram sem qualquer infraestrutura.

Na época a cidade não pôde se manifestar, pois grande parte das terras da COHAB pertencia à cidade de São Paulo, como ainda são as terras da antiga Pedreira de São João. Acreditamos que a falta de planejamento, a falta de análise e o desprezo pelo desenvolvimento de infraestruturas preventivas, prejudicaram e fizeram da cidade de Itapevi mais uma vítima do movimento desenvolvimentista.

Essa falta de planejamento ou omissão do mesmo de forma proposital para preservar outros interesses vem, ao longo dos anos, contribuindo em grande parte com os aspectos negativos, que hoje chamamos impactos, que a cidade acabou tendo como resultado desse processo inescrupuloso e corrupto.

Figura 6. Pedreira São João em Itapevi.



2.3. O BAIRRO QUATRO ENCRUZILHADAS NO MUNICÍPIO DE ITAPEVI

Quatro Encruzilhadas é a denominação de um bairro no município de Itapevi, localizado na micro bacia do Sapiantã e historicamente pertenceu a Cotia, que nos primórdios da época colonial pertencia a Santana do Parnaíba e era denominado Paragem de São João.

O nome **Encruzilhada** nos remete a um lugar inevitável e sem volta que questiona e discute o que talvez nunca deveria ter sido feito. Questões e aflições sobre o modo que escolhemos para viver nos últimos tempos; algumas recaindo de modo severo sobre as nossas vidas, como as que envolvem o meio ambiente, levando-nos a dúvidas e incertezas que ganham ainda mais força quanto mais complexa vai ficando nossa sobrevivência no planeta.

O que infalivelmente nos remete às questões culturais fazendo-nos pensar sobre o modelo consumista que nos afastou cada vez mais do mundo natural, nos remetendo às sobreposições de vários mundos diferentes na era do capital especulativo.

Conquistamos riquezas e conhecimento científico atendendo exigências a diferentes momentos históricos na crença de que poderíamos assegurar cada vez mais autonomia à raça humana. Utopia que se destacou por ser a fronteira mais próxima do sonho que propiciou, certamente, rica diversidade cultural através de diferentes dinâmicas com intensos inter-relacionamentos sociais na densa atividade comercial que culminou com a era moderna centrada no indivíduo.

Sem dúvida temos muito que aplaudir, porém, hoje precisamos mudar o paradigma que nos afastou de forma perigosa do sentido e da compreensão do coletivo. Estamos diante de desafios extraordinários que envolverão mudanças no estilo de vida que favoreceu a consolidação do capitalismo de massa globalizado do século XXI.

Precisamos recompor os recursos naturais e enfrentar as desigualdades sociais que dificultam a superação dos problemas com o progresso material ou o simples avanço da "modernidade".

Talvez o entendimento dos porquês da deterioração da qualidade de vida produzida no bojo da pujança da modernidade, possa nos ajudar a expulsar fantasmas e assombrações; lembrando recitação cantada de certas fórmulas mágicas, como os gregos faziam ao longo dos caminhos, como bem lembra Platão nos seus escritos de Fedon.

Já na era cristã, base da civilização ocidental, estes mesmos fantasmas e assombrações tinham lugares nas **encruzilhadas (caminhos)** de onde surgia uma cruz, que servia de lembrança das rezas necessárias às almas penadas que se desgarraram do corpo na hora da morte.

Separamos nosso corpo da alma há milênios, mas em toda a nossa história, é a primeira vez que vivemos em vastas áreas urbanas, nas megacidades, com suas periferias que dificultam a compreensão da ética e dos valores na esfera da vida como um todo.

Motivações suficientes para despertar curiosidade sobre uma parte da periferia na região oeste da Grande São Paulo, denominada **Quatro Encruzilhadas**, na cidade de Itapevi, divisa com os municípios de Cotia, Vargem Grande Paulista e São Roque.

A região corresponde à micro bacia do Córrego Sapiantã, principal afluente do rio São João que hoje recebe o nome de Barueri Mirim. Região que no período colonial era dominado por duas fazendas: a fazenda Monte Serrat e a Fazenda Maracanduva, fazendas que ficavam à direita da antiga Estrada de Itu no sentido de quem vinha da província de São Paulo.

No final do século XIX, segundo mapas da Comissão Geográfica e Cartográfica a região aparece com a denominação de Quatro Encruzilhadas, correspondendo a uma sequência de capelinhas de onde o viajante que estivesse na Antiga Estrada de Itu e desejasse chegar à Fazenda Maracanduva[1], deveria virar à direita na quarta encruzilhada; local da capela de Santa Bárbara (já derrubada). Entretanto, antes passaria diante das capelas da Cruz Nova, Capela da Cruz Grande dentro das terras da Fazenda Mont Serrat.

Já se o viajante viesse do município de São Paulo, através da mesma estrada – antiga Estrada de Itu, na quarta capelinha deveria virar à esquerda. Assim, antes passaria diante das Capelas Nossa Senhora da Conceição, Três Cruzes e Capela da Santa Cruz.

1. Esta Fazenda possui ainda hoje uma imponente construção de taipa que pertenceu a Itapevi até a década de 90 no século XX. Hoje pertence à cidade de Vargem Grande Paulista, entretanto fica nas cabeceiras da bacia Hidrográfica do Sapiantã.

Por fim, se o viajante estivesse na Estrada do Pau Furado[2] (figura 7), vindo da região da Represa da Graça no Morro Grande, onde se localiza o sítio do Padre Inácio e desejasse ir ao Sítio de Fernão Paes de Barros[3] ou para as minas de ouro em Araçariguama, só precisaria seguir em frente.

As Quatro Encruzilhadas é mais que um lugar de assombração, é o último vestígio do que eram os bairros rurais da época da colônia no entorno de São Paulo. A denominação aparece oficialmente pela primeira vez no mapa da Comissão Geográfica e Cartográfica de 1914, antes desta data a região aparecia como São João no mapa de Oliver Derby (figura 8).

A procura de respostas do topônimo curioso pode ser penetrada por mapas de José Custódio de Sá e Faria de 1774, que corresponde ao traçado da Antiga Estrada de Itu. Outras fontes cartográficas revelam que a região das Quatro Encruzilhadas fica entre dois caminhos importantes de penetração da época colonial: o antigo Caminho de Itu e a antiga Estrada de Cotia.

Sendo que o antigo caminho de Itu se constitui num dos principais e mais persistentes caminhos de penetração para o oeste em toda cartografia colonial (Marília, 2007; Calangos da Mata, 2007); (SILVA e ACHEL, 2010); (SILVA, 2013).

O Sítio Santo Antônio em São Roque - Fernão Paes de Barros – (figura 9), Caminho por onde passaram índios, homens brancos, escravos da terra, escravos negros e libertos é o Caminho que conta a história dos bandeirantes antes das descobertas do ouro na última década do século XVII, nos sertões dos Cataguases.

É certo que os bandeirantes nas suas andanças pelo interior do continente em bandeiras de apresamento de índios na direção oeste puderam contar com a criação do sistema de aldeamento que oferecia uma reserva de trabalhadores, disponíveis para a economia colonial.

---

2. Lembrando que a Rodovia Raposo Tavares foi construída na década de 60 no século XX.

3. Sítio Santo Antônio – patrimônio tombado pelo IPHAN.

Figura 7. Mapa da Comissão Geográfica e Geológica – Engenheiro João Pedro Cardoso, 1923.

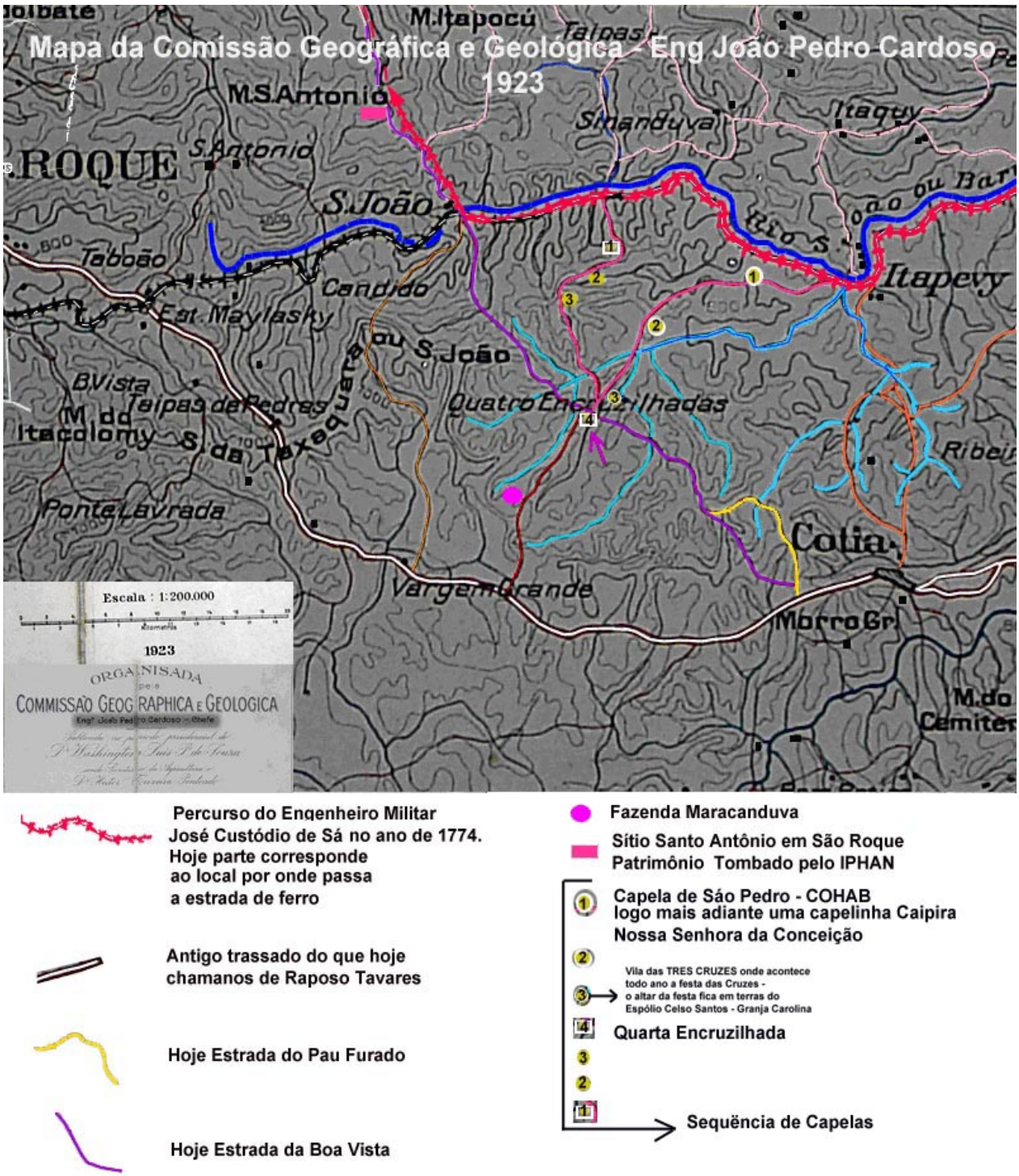
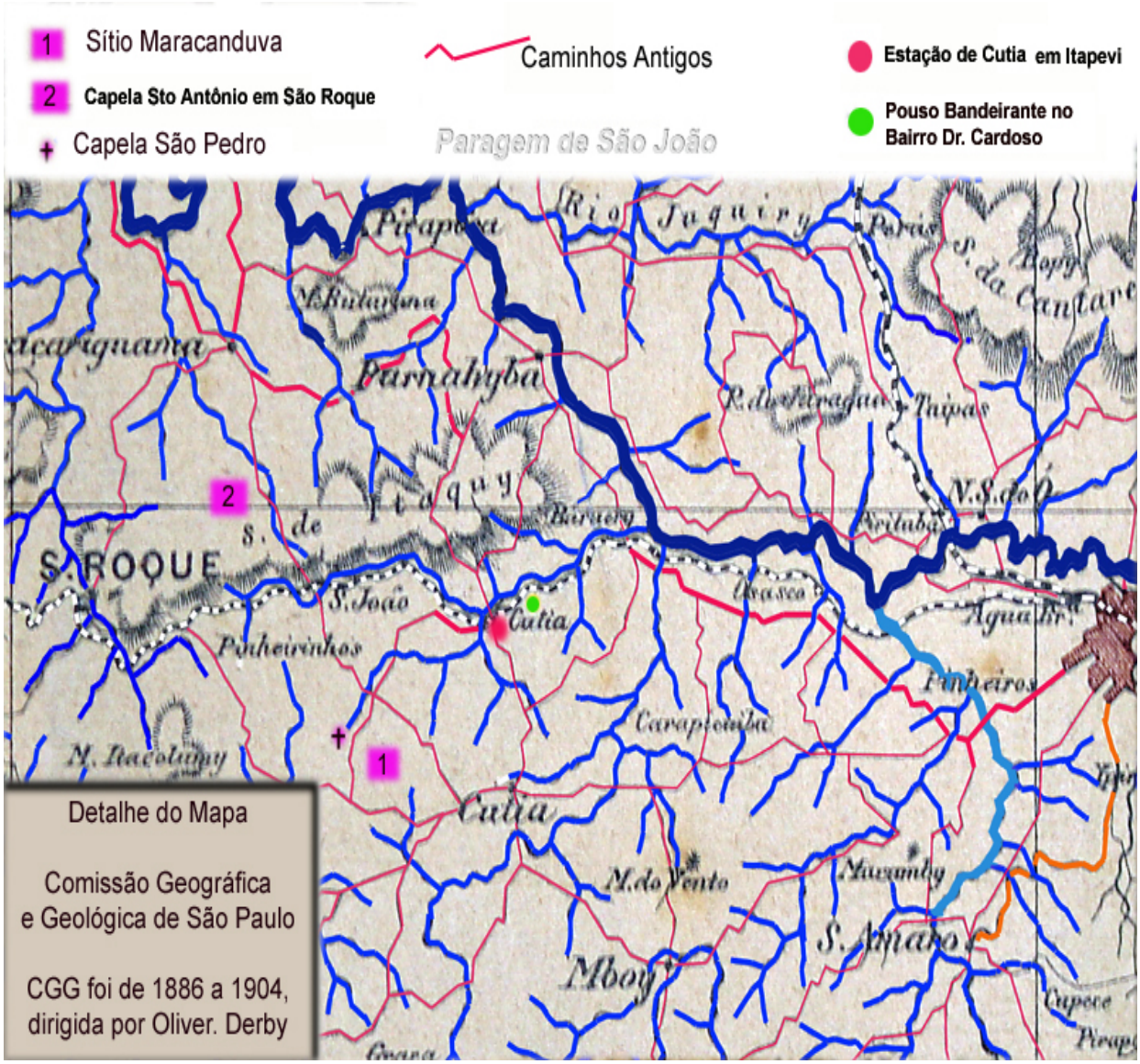
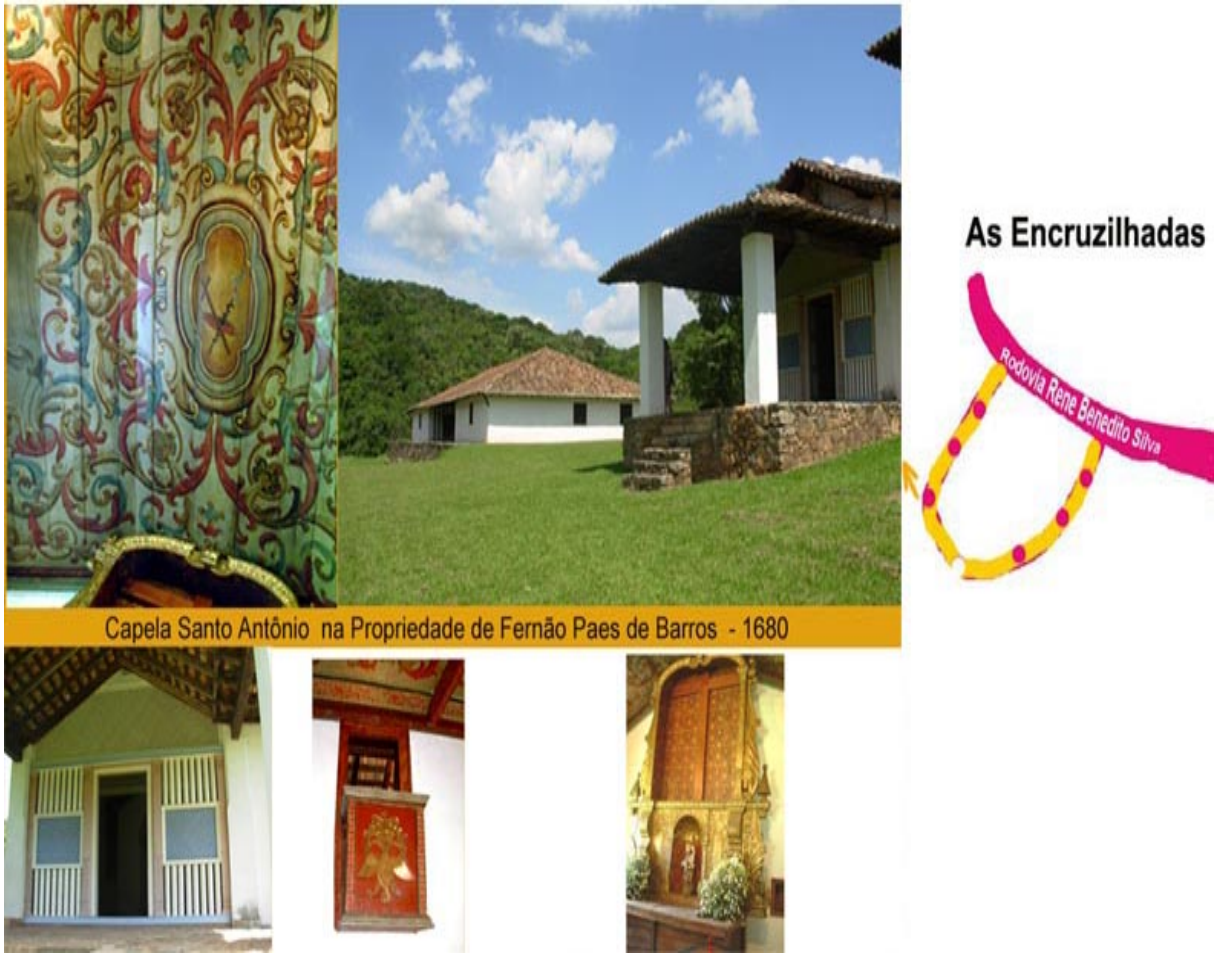


Figura 8. Mapa da Comissão Geográfica e Cartográfica de 1914.



O ponto verde no mapa é hoje a cidade de Itapevi que na época ainda levava o nome de Cotia.

Figura 9. Capela Santo Antônio em São Roque



2.4. A IMPORTÂNCIA DOS ALDEAMENTOS NA REGIÃO

Os aldeamentos jesuítas foram uma tentativa de garantir mão de obra barata e abundante para que os colonos contratassem os serviços dos índios ali aldeados (MONTEIRO, 1994), servindo como alternativa logística no sistema colonial após a Guerra dos Tamoios.

> "A revolta dos Tamoios entre as décadas de 1540 e 1560 tornou a escravização dos Tupinambás um negócio arriscado e caro. Diante disto, os portugueses voltaram sua atenção a outro inimigo dos aliados tupiniquim, os carijós, que em muito sentido forneciam o motivo principal para a presença tanto dos jesuítas quanto de colonos no Brasil meridional. Cabe ressaltar que existia, antes mesmo da fundação de São Paulo, um modesto tráfico de escravos no litoral sul, encontrando-se, no meio do século, muitos escravos carijós nos engenhos de Santos e São Vicente. De fato, a consolidação da ocupação europeia na região de São Paulo a partir de 1553 estabeleceu uma espécie de porta de entrada para o vasto sertão, o qual proporcionava uma atraente fonte de riquezas, sobretudo na forma de índios (MONTEIRO, 1994, p. 37)"

Neste ambiente de insegurança que os portugueses no ano de 1554 fundam o Colégio de São Paulo de Piratininga em local que permitisse acesso ao interior oeste da capitania.

> "O colégio além de abrigar os padres que trabalhariam junto à população local, também serviria de base a partir da qual os jesuítas poderiam projetar a fé para os sertões. Porém, ao orientarem suas energias para os Carijós do interior, acabaram entrando em conflito direto com os colonos, que procuravam nestes mesmos Carijós a base de seu sistema de trabalho (MONTEIRO, 2005, p. 38)".

O conflito de interesses, no entanto, foi se configurando aos poucos e momentaneamente a paz gerada pelo término da revolta dos Tamoios criou uma perspectiva de desenvolvimento econômico com a força da mão de obra indígena que envolvia delicadas questões éticas em torno da liberdade dos índios. O fato é que a partir da fundação da vila de São Paulo foram fundados aldeamentos, sobretudo no planalto.

> "Os índios do Aldeamento de Pinheiros observaram placidamente que a terra que cultivavam para os padres não servia mais e, portanto, solicitam a doação de uma área em Carapicuíba, alguns quilômetros distantes do aldeamento apertados entre as propriedades de Domingos Luís Grou e Antônio Preto" (MONTEIRO, 1994, p. 45).

Um dos primeiros aldeamentos (MONTEIRO, 1994) foram São Miguel e Pinheiros, no ano de 1580, "ocasião na qual o capitão-mor em São Vicente, concedeu seis léguas em quadra – aproximadamente 1.100km^2".

No ano de 1583 o padre Gouveia registra que os aldeamentos de Pinheiros e São Miguel possuem uma população de quinhentas almas nos dois aldeamentos, igualando-se à população europeia da região, calculada em 120 lares (MONTEIRO, 1994).

Segundo John Manoel Monteiro o aldeamento de Carapicuíba na realidade não era bem um aldeamento, era uma fazenda,[4] e devia obedecer ao sistema padrão de produção indígena do pousio florestal, base da formação dos bairros rurais da sociedade caipira (MARCÍLIO, 1974), com fortes laços de parentesco, dispersa em amplos territórios.

> "Na capitania de São Paulo, enquanto a população foi diminuta e, em toda a história da região, sempre que se tratou de franjas pioneiras de povoamento de "fronteiras", o repouso longo, superior a 20 anos, foi possível e utilizado. Nesses casos, a "corrida aos matos virgens" foi a regra que o roceiro pôde manter. Á medida que a população crescia e o povoamento se adensava, o recurso da floresta intacta diminuía, e o repouso do solo era abreviado e este era frequentemente utilizado em intervalos mais curtos. Nesse ponto duas soluções se apresentavam: ou as terras utilizadas com maior frequência viraram campos estéreis, sob a ação de métodos primitivos, obrigando a um alargamento da área povoada e das fronteira agrícolas, ou ocorria a passagem para um estágio novo, embora rudimentar, o repouso arbustivo, com todos os requisitos que englobava" (MARCÍLIO, 1974, p. 262).

A formação dos fogos, como era chamada os grupos domésticos, eram esparsos e dispersos, cada família vivia separada em seu casal, unidas pelo sentimento de localidade e parentesco que na prática funcionavam dentro do sistema de agricultura itinerante, do pousio florestal e do auxílio mútuo.

---

4. Palestra de John Manoel Monteiro – Cotia 1680 – Perfil de um bairro Rural – 26/ 04/2007- Câmara Municipal de Cotia.

Nesta dinâmica, a casa como observa Antônio Candido na sua obra Parceiros do Rio Bonito, não passa de um abrigo provisório de pau a pique coberto de palha, e as divisões de trabalho agrícola ficavam exclusivamente no interior da família, os homens faziam o trabalho mais pesado de derrubada da mata e queimada, deixando para as mulheres e crianças o serviço de semeadura e colheita.

> "O trabalho era descontínuo e ocupava o trabalhador poucos meses durante o ano todo, e poucas horas durante o dia. Os meses de derrubada eram os de junho e julho e os poucos meses dedicados à queima dos troncos derrubados e secos – agosto e setembro" (MARCÍLIO, 1974, p. 259).

Podemos imaginar que a ajuda mútua entre os "vizinhos" devia se concentrar na época do trabalho mais pesado, o da derrubada da mata, que coincidentemente marcou a época de festejos religiosos da sociedade até 1700. A agricultura do pousio florestal necessitava de contínuas terras para o cultivo de parcelas mínimas, com longos descansos das terras já cultivadas para a reposição da fertilidade do solo.

Este sistema produtivo encontrou problemas com o aumento da população, dificuldades que foram estimuladas com as primeiras descobertas das primeiras minas no território paulista.

As primeiras descobertas das minas paulistas datam de 1590 no Jaraguá e 1605 em Araçariguama por Afonso Sardinha, momento que deve ter coincidido com o aumento de derrubadas e intensificado a formação de capoeiras.

No período de 1540 a 1611 a colônia portuguesa foi governada por D. Francisco de Souza. Ele governou a colônia por dois períodos e no segundo teve a promessa de ser o Marquês das Minas por conta das recentes descobertas.

Foi neste período que se inicia o aumento da população, atraída pelas minas, pressiona a necessidade de aumento da produção de alimentos, onde o sistema de produção agrícola rudimentar, extensivo e coletivo, precisou evoluir ao mesmo tempo em que valorizava a terra, forçando os colonos a iniciarem uma apropriação privada da terra.

A passagem do sistema do pousio longo e florestal para o outro, menos longo e arbustivo, ocorreu em partes do território paulista por volta da segunda metade do século XVIII, quando a população regional aumentou muito e houve, paralelamente, a intervenção do capitalismo colonial na economia de subsistência reinante, com a introdução da agricultura de "plantation" (MARCÍLIO, 1974, p. 262).

> "O sistema de sesmaria, formação da propriedade fundiária individual, e o regime de Morgadio, transmissão indivisível da propriedade colonial, estabelece, nessa época, as formas legais da propriedade da terra e da sua sucessão" (MARCÍLIO, 1974, p. 264).

Na capitânia de São Paulo o costume de produção agrária de pequenas roças abertas na mata, atrasa a efetivação das formalidades legais.

> "Em São Paulo dificilmente a mesma família permanecia numa sesmaria no intervalo de uma única geração. Seus deslocamentos eram constantes e podiam ultrapassar os limites (não demarcados com precisão) as terras que lhes tinham sido outorgadas" (MARCÍLIO, 1974, p. 265).

O governador Pimental em 1730 em carta enviada ao Conselho Ultramarino tenta explicar que a quantia de meia légua em quadra era pouco e relaciona este ao sistema de plantio itinerante.

> "por que como na mesma terra ou rossa em que semeão este anno, o não fazem para o seguinte, mas derrubão e quimão novo mato, e quando se vem ao fim da meya legoa, não tem passado o curso, dos annos necessários para no princípio da meya legoa, e primeira rossa, tenhão cresido novas arvores e lenhas para-se tornarem a rossar e queimar, e por esta cauza deixão os Lavradores as taes terras, a que chamão capoeiras e procurão outras ou por sesmarias, ou por compra em que possão continuar as suas grangearias e plantas..." (MARCÍLIO, 1974, p. 265).[5]

Durante sua vida, o governador D. Francisco de Souza visitou S. Paulo. Sobre isto comenta o Dr. Francisco de Assis Carvalho Franco:[6]

---

5. Cópia do documento original reproduzido da Tese de Maria Luiza Marcílio /1974 – Crescimento Demográfico e evolução agrária paulista 1700 – 1836, na pag. 265.

6. "Notas para a História de Parnahyba" escrito pelo Padre Paulo Florêncio da Silveira Camargo, Vigário de Santana de Parnaíba no começo do século passado.

Fonte: http://www.rootsweb.com/~brawgw/parnaiba/historia.html - 2007

> "O pequeno cyclo das minas também alli vinha se desdobrando desde as achadas de Luiz Martins, accrescidas pelas do mameluco Affonso Sardinha, o moço, com o mineiro pratico Clemente Alvares, que, além do ouro encontrado em vários sítios ao entorno da Villa de São Paulo, haviam constatado ferro no Araçoiaba, i que lhes valera a construcçao alli de dois fornos catalães para o seu preparo.
> Assim, D. Francisco de Souza, resolvida a sua viagem, enviou para a Capitania de São Vicente, como administrador das minas e capitão da Villa de S. Paulo a Diogo Gonçalves Laço, o velho, que trouxe consigo dois mineiros e um fundidor.
> Para capitão-mor da donataria; nomeou a Diogo Arias de Aguirre, que, com trezentos índios e tendo o transporte custeado pelo almoxarifado de Santos, não demorou visitar as minas do Jaraguá e do Araçoiaba. D. Francisco de Souza, por sua vez, chegou a Villa de S. Paulo em Maio de 1599, seguido de considerável comitiva.
> Jornadeou logo para as minas do Araçoiaba, onde Affonso Sardinha, o moço, lhe fez doação dum dos fornos Catallães para o preparo do ferro, passando depois a visitar as minas de Bacaetava, S. Roque e Jaraguá. Poucos mezes depois retornava ao Araçoiaba e dalli enviava uma bandeira, mais para o interior, da qual fez parte Antonio Knivet.
> As empresas, porém, de maior vulto realizadas por esse governador geral, nessa sua primeira vinda a São Paulo e attinentes a devassa dos sertões brasi1eiros, foram as expedições chefiadas por André de Leão e Nicolau Barreto"[7].

O projeto de D. Francisco de Souza era a transformação de São Paulo no "celeiro do Brasil", onde fazendas de trigo, organizadas no modelo da hacienda hispano americana, abasteceriam as minas e cidades. De fato, alguns de seus colaboradores introduziram os elementos técnicos essenciais para a produção e beneficiamento do trigo, instalando-se o primeiro moinho em 1609 (MONTEIRO, 1994, p. 102-103).

Foi com este intuito que D. Francisco de Souza patrocina o aldeamento de Barueri, relativamente próximo das recém-descobertas minas de Jaraguá e Vuturuna. Quando D. Francisco morre em 1611 as bases da economia agrária eram bem presentes, e a presença deste aldeamento estimulou a produção e ocupação de novas terras além do rio Tietê e a oeste da Vila de São Paulo.

7. http://www.rootsweb.com/~brawgw/parnaiba/sph3.htmlhttp.

> "No período da União Ibérica (1580–1640), apesar da proibição do comércio entre as Américas espanholas e portuguesas, os membros da Câmara municipal de São Paulo aprovaram a abertura de um caminho para o Paraguai: Pareceu bem a todos pelo proveito que se esperava deste caminho se abrir e termos comércio e amizade por sermos todos cristãos e de um rei comum" (MONTEIRO, 1994, p. 69).
> Entre 1620 e 1640 vieram as famílias hispano-paraguaias: Camargo[8], Bueno e Fernandes do lado espanhol e a família portuguesa, Borba Gato. Nos primeiros anos do século XVII, o trigo era parte importante na diversificada produção agrícola paulista, e tinha valor de troca, frequentemente fazendo parte de dotes matrimoniais e servindo até de meio na liquidação de dívidas de jogo (MONTEIRO, 1994, p. 114).
> "A produção especializada do trigo começou a generalizar-se na década de 1620, logo assumindo uma concentração geográfica. Três áreas tornaram-se centros de triticultura: os bairros rurais de Santana do Parnaíba, a oeste de São Paulo; o bairro de Cotia ao Sul de Parnaíba; e a região denominada Juqueri, banhada pelo rio do mesmo nome, ao norte de São Paulo e de Parnaíba. Já na década de 1640, quase todas as fazendas e sítios inventariados no termo de Parnaíba acusavam a produção, embora muitas vezes modestas, de trigo" (MONTEIRO, 1994, p. 114).

As informações contidas na Tese de Maria Luiza Marcílio são importantes para a revisão do histórico da cidade de Cotia, ligado ao nome de Roque Soares de Medela e o Sítio do Padre Inácio. "Segundo as informações da referida tese, Roque Soares de Medela (parente de Manoel Pacheco Gatto) no ano de 1721 se dizia "muito apertado" sem terras bastantes" para cultivar seus alimentos. E pede mais terras no lugar que foi Sesmaria "havia trinta annos" do João Moreira e que desde então foram abandonadas e tornaram-se devolutas (MARCÍLIO, 1974, p. 266).

O Capitão João Moreira casou-se em 1632 em São Paulo com Gregória da Silva, filha de Cosme da Silva e de Izabel Gonçalves. Faleceu em 1691 com testamento em Cotia e sua mulher em 1700 em Parnaíba. Tiveram 11 filhos[9].

O que se deduz é que as terras que Roque Soares de Medela pleiteou são as terras próximas de Santana de Parnaíba, que com bastante probabilidade devem ser as que hoje pertencem a Itapevi.

8. Ligados a Fazenda Maracanduva e Quatro Encruzilhadas.

9. http://www.geocities.com/lscamargo/gp/Garcias_2.htm.

Topônimas locais confirmam estas suspeitas, a região das montantes do Sapiantã em mapas do século XIX era conhecida como São João. As topônimas da Fazenda Monte Serrat localizada na Cruz Grande no hoje município de Itapevi também.

Analisando as genealogias da região de Carapicuíba de Domingos Luis Grou de Santana de Parnaíba de Suzana Dias se verifica o padrão de terras extensas de famílias mamelucas.

Domingos Luis Grou, português casado com uma índia, filha do Cacique da aldeia de Carapicuíba tiveram sete filhos e Suzana Dias (neta do cacique Tibiriçá) casa com Manoel Fernandes, juntos tiveram 13 filhos entre homens e mulheres donde todos constituíram famílias e levantaram residência no povoado de Santana do Parnaíba.

Quando o marido de Suzana Dias falece em 1.589 sua fazenda já estava bem desenvolvida e os laços de parentesco distribuídos em amplos territórios que devem ter contribuído muito para que a região aparecesse como produtora de trigo. À presença dos Fernandes de Santana do Parnaíba se estendem até Itu e Sorocaba.

Itu é fundada em 1610 pelos bandeirantes Domingos Fernandes[10] e Cristóvão Diniz de onde os paulistas partiam em busca de ouro nas terras de Cuiabá. Sorocaba foi fundada pelo seu irmão Balthazar Fernandes em 1654.

Em 1661, Baltazar Fernandes foi para São Paulo falar com o governador geral Côrrea de Sá e Benevides, para que Sorocaba deixasse de ser um povoado e virasse uma vila (denominação dada às cidades naquela época).

O governador atende ao pedido de Baltazar e no dia 3 de março de 1661, Sorocaba foi elevada à categoria de Vila. Tornou-se então, a Vila de Nossa Senhora da Ponte de Sorocaba[11].

Suzana Dias após a morte de seu primeiro marido casa-se com Belchior da Costa, este traz para a sua vizinhança os filhos de sua primeira mulher e o irmão de Suzana Dias, Belchior Carneiro.

---

10. www.fphesp.org.br/itu/index.htm*www.fphesp.org.br/itu/index.htm - 2007*

11. http://www.sorocaba.com.br*http://www.sorocaba.com.br - 2007*

Recebe desta, quinhentas braças de terra e fixa residência na região. Belchior Carneiro *foi o descobridor das minas de ouro do Vuturuna*, perto de Parnahiba. Falleceu em **1607** no sertão em descobrimento de metaes[12].

A população da capitania de São Vicente cresceu na primeira metade do século XVII com o enorme fluxo de cativos guaranis, da mesma forma que aumentou o fluxo de imigrantes europeus, tanto hispânicos como portugueses, despontando um mercado voltado para o negro da terra para a produção agrícola.

O autor John Manoel Monteiro, em seu livro Negros da Terra, ressalta que foi o próprio sistema de trabalho dos guaranis, voltado para a produção de horticultura, que antecipou a forma de enriquecimento resultado do mercado de fornecimento de alimentos.

Figura 10. Mamelucos e índios.



Mamelucos conduzindo prisioneiros índios – Jean Baptiste Debret – Biblioteca Municipal – S.P.

12. http://br.geocities.com/projetocompartilhar2/belchiorcarneiro1608.htm

> "Esta conexão vital entre escravidão indígena e a produção colonial – tão evidente para os memorialistas e genealogistas do século XVIII – tem sido conscientemente relegada ao esquecimento pelos historiadores modernos. Ao recuperar o elo essencial entre o chamado bandeirismo e a evolução agrária do planalto, mostrando a interdependência dos processos de apresamento e de produção podemos colocar a história seiscentista de São Paulo numa perspectiva diferente. Neste sentido, o surgimento de uma agricultura comercial da constituição da sociedade colonial da região, uma vez que a presença de um número elevado de cativos índios possibilitou a articulação da economia do planalto com a do litoral, redundando, ao mesmo tempo na composição desigual da riqueza na sociedade local. A conquista definitiva dos índios do planalto nos últimos anos do século XVI propiciou uma nova fase para o desenvolvimento da capitania. Antes confinada aos modestos limites do núcleo original, os colonos agora iniciavam a ocupação e exploração das terras circunvizinhas" (MONTEIRO, 1994, p. 99-100).

No momento da restauração da coroa portuguesa, ocorrida a 01 de Dezembro de 1640, a Coroa portuguesa se vê diante de dificuldades na defesa da metrópole, na manutenção de seu império marítimo e no fornecimento de mão de obra. A defesa do território da metrópole portuguesa mobilizou soldados, construções e reparos de fortalezas fronteiriças, patrocinados com dívidas e aumento de impostos.

Dificuldades que incentivaram a emigração lusitana para o Brasil, que saltou de 3.5/1000, números anteriores a 1640 e subiu para 4.0/ 1000, posteriores a 1640, caindo para 1.5/1000 ao longo da primeira metade do século XIX[13].

Na colônia tiveram que enfrentar a ocupação Holandesa no Nordeste, que no caso estendiam seus domínios até a África portuguesa, desencadeando uma crise de mão de obra na parte portuguesa do Brasil. Período que foi estimulado a captura de índios, dando origem ao bandeirismo de preação, que culmina com os ataques das missões jesuíticas espanholas do Itatim, Tapes e Guairá.

Momento que os paulistas voltam-se para a região das missões, lugar aonde podiam encontrar mão de obra já transformada e disciplinada pelos jesuítas, mais condicionados para o ritmo de trabalho exigido nos engenhos do Brasil. O bandeirismo de preação entra em declínio logo após a expulsão dos Holandeses e a posição Portuguesa na África recuperada.

13. http://www.trentu.ca/admin/publications/psr/sample/1012.pdf.

Com a expulsão dos Holandeses, grande contingente de escravos dos engenhos fogem e formam os quilombos, dando início ao sertanismo de contrato, atividade amplamente exercida pelos paulistas. Paralela a estas atividades, existia um enorme fluxo de transações comerciais, entre portugueses instalados na Região do Rio da Prata e os portos Brasileiros, principalmente Salvador e Rio de Janeiro.

Mercadorias eram contrabandeadas para Buenos Aires provavelmente pelo "Antigo Caminho de Itu" que na volta trazia prata de Potosí. Este sistema enriqueceu muitos comerciantes cariocas, não só pela venda de seus produtos, mas também ajudados pela alta valorização do metal no câmbio local. [14]

> "Na segunda metade do século XVII, Portugal, por sua vez, se encontrava em péssimas condições econômicas devido aos anos da guerra da Restauração (1640/1668), a perda do comércio com o oriente para os Holandeses, que surgem como nova potência marítima, as dívidas com os países estrangeiros que o ajudaram na independência e o início da produção açucareira nas Antilhas, derrubando o preço mundial do açúcar gerador de grandes divisas para a coroa portuguesa. Assim o comércio no Rio da Prata ressurge com grande interesse dos portugueses na sua política de desenvolver as potencialidades econômicas da colônia americana.
> Paralelamente a cidade do Rio de Janeiro se viu enormemente afetada pela diminuição do comércio com Buenos Aires e começa um movimento de requerimento do seu restabelecimento, ao mesmo tempo em que habitantes da mesma Buenos Aires, possivelmente portugueses, solicitam a fundação de uma colônia portuguesa nas proximidades da cidade. Sua localização estratégica lhe permitia controlar a entrada e saída dos navios do estuário e dos rios Uruguai e Paraná, controlando assim todo o tráfego comercial, o que conjuntamente com o aumento da sua população faz com que a Colônia cresça num ritmo ascendente que só irá terminar com a tomada definitiva e semi-destruição da mesma em 1777 pelos espanhóis, no ápice do seu desenvolvimento".[15]

De 1640 a 1690, período de consolidação da soberania portuguesa no território do Brasil, teve como consequência as primeiras rebeliões anticolonialistas, decorrentes das novas políticas coloniais adotadas por Portugal.

---

14. http://www.ingers.org.br/coloniasacramento.htm .

15. http://www.ingers.org.br/coloniasacramento.htm -2007.

Os holandeses, ao deixarem o Brasil, levaram a tecnologia do açúcar para as Antilhas, onde a produção se expandiu, provocando a queda de preço nos mercados internacionais e debilitando as receitas de Portugal advindas do comércio do açúcar da colônia.

Neste mesmo período, Portugal já havia perdido quase todas as suas províncias asiáticas e estava às voltas com uma séria crise econômica.

Além de ter que pagar pesadas indenizações aos holandeses pelas benfeitorias deixadas no Brasil, que foram pagas ao longo de décadas sob a forma de impostos, concorrendo ainda mais para o agravamento da crise; a restauração em Portugal também havia deixado a esquadra portuguesa em ruína, o que sem seus navios a situação ficou complicada.

Afinal, era um império marítimo, e como saída se viu obrigado a fazer concessões comerciais aos ingleses em troca de apoio contra a Espanha e a Holanda.

Os tratados de 1641, 1654 e 1661, com a Inglaterra, foram produtos dessas concessões que, acabaram resultando na crescente dependência de Portugal. Através desses tratados foi aberto à burguesia inglesa o mercado colonial português, na condição de nação mais favorecida.

A identidade portuguesa perdida no período de união das coroas acaba sendo moldada pelo liberalismo inglês, forjada na fidelidade grupal, jurídica, ideológica e voltada para os interesses particulares.

Era assim difícil falar de uma identidade lusitana, tendo em vista que a sociedade se constituía de forma politicamente plural, ou seja, não se era português de forma nítida e unidimensional, existindo identidades que ultrapassariam a ideia de nação.

O exemplo mais claro de tal perspectiva era o fato de serem mais católicos que portugueses o que por si só dificultava uma identidade, pois, ao mesmo tempo que servia de fator de união entre os católicos, excluíam os não católicos, como o caso dos judeus e dos índios não convertidos.

No entanto, desenvolve-se um fator de união, principalmente após o desaparecimento de D. Sebastião e posterior anexação da coroa lusitana ao monarca espanhol, baseado em um providencialismo que identificava o povo português como o escolhido por Deus, sendo este um discurso retomado após a restauração para se distinguir do espanhol.

Enquanto ocorriam esses processos políticos e administrativos, no entorno do Antigo Caminho de Itu os aglomerados existentes não apresentavam características urbanas, eram dispersos em forma de chácaras e sítios já em meados do século XVIII. Essas paragens se configuravam pela presença de povoados "caipiras" em áreas antes ocupadas por aldeamentos indígenas.

Nesses locais se associava a prática da rotação de terras típicas do sistema de roças e mais tarde foram surgindo os bairros rurais com uma nova dinâmica urbana ao longo do caminho. Assim foram se constituindo aglomerados que logo se transformaram em vilas e mais tarde em pequenas comunidades e cidades.

Nessa perspectiva foram se enraizando muitos costumes, crenças e uma profunda relação com a terra ao longo de diversos caminhos que levavam aos mais distantes pontos do território brasileiro.

Esse período foi marcado pela presença dominante das associações, das cerimônias, dos símbolos e festas, talvez muitas delas reproduzidas advindas da cultura indígena e negra que passaram a ocupar esses redutos caipiras.

Nessas aglomerações era possível encontrar culturas de cana-de-açúcar, mandioca, vinha e criação de animais, se constituindo a partir destes movimentos um maior intercâmbio de produtos, visto que muitas mercadorias de diferentes origens circulavam pelos caminhos.

A religião também se caracterizou e uma das ocorrências marcantes foram as procissões, consideradas um dos grandes marcos na história paulista que tiveram um cunho geográfico de ocupação humana ao longo dos caminhos.

Muitas dessas procissões - préstitos profanos como se escreveu – seriam quase que os únicos divertimentos coletivos na povoação de Piratininga (BRUNO, 1953, p. 368).

CAPÍTULO 3- REGISTROS SOBRE A CULTURA LOCAL

Na capitania de São Paulo, enquanto a população foi diminuta e, em toda a história da região, sempre que se tratou de franjas pioneiras de povoamento de "fronteiras", o repouso longo, superior a 20 anos foi possível e utilizado.

Nesses casos, a "corrida aos matos virgens" foi a regra que o roceiro pôde manter. Á medida que a população crescia e o povoamento se adensava, o recurso da floresta intacta diminuía, o repouso do solo era abreviado e este era frequentemente utilizado em intervalos mais curtos.

Nesse ponto duas soluções se apresentavam: ou as terras utilizadas com maior frequência viravam campos estéreis, sob a ação de métodos primitivos, obrigando a um alargamento da área povoada e das fronteiras agrícolas, ou ocorria a passagem para um estágio novo, embora rudimentar, o repouso arbustivo, com todos os requisitos que englobava".

Esse processo vinha acompanhado de várias manifestações culturais e crenças com o uso da terra (como seguem alguns registros nas figuras abaixo), a relação com o lugar, os espaços de vivências e os cultos (informações extraídas de conversas com moradores mais velhos da comunidade das Quatro Encruzilhadas).

O que determina a Constituição Federal quanto às Garantias Fundamentais e Coletivas no Art. 5º "VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias".

Assim é de suma importância que se garanta alguns instrumentos que visem proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos de modo a impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural, o que permitirá proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

Figura 11. Festa das Três Cruzes no bairro Quatro Encruzilhadas. Montagem da Cruz da memória, tendo a sua frente as duas Cruzes postadas sobre o pequeno altar (figura 13).



Foto: Marília Gruenwaldt.

Figura 12. Preparação de enfeites para a Procissão na Festa das Três Cruzes.



Foto: Marília Gruenwaldt.

Figura 13. Festa das Três Cruzes.



Foto: Marília Gruenwaldt.

Figura 14. Remetem à festa das três cruzes e procissão nas Quatro Encruzilhadas.



Foto: Marília Gruenwaldt.

Figura 15. Cantorias e preparativos para a procissão.



Foto: Marília Gruenwaldt

Figuras 16 e 17. Procissão nas Quatro Encruzilhadas.





Fotos: Marília Gruenwaldt.

A região das Quatro Encruzilhadas ainda possui características tradicionais de tempos remotos, o que deve ser incorporado no papel do Estado como órgão responsável por garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, devendo apoiar e incentivar a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico deveriam ser listados como prioritários na ordem de preservação e manutenção destes espaços.

Nesse processo de expansão urbana nas cidades de Cotia e Itapevi estamos chamando a atenção para que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promova e proteja o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Logo após a restauração da Coroa, os bandeirantes paulistas foram incentivados a adentrarem nos sertões em busca de índios e de metais preciosos, principalmente a partir da Bacia do Tietê. As grandes expedições e descobertas patrocinadas por: Lourenço Castanho Taques, Borba Gato, Matias Cardoso de Almeida e Fernão Dias se deram entre 1660 e 1670.

Em 1671 Fernão Dias Pais recebeu ordens do governador Afonso Furtado para penetrar no sertão em busca das esmeraldas da mítica serra do Sabarabuçu. Parte em 21 de julho de 1674, tendo já 66 anos, fazendo-se acompanhar por 600 homens mais (cerca de 40 brancos ou mamelucos, e o restante, índios), entre eles seu filho Garcia Rodrigues Pais, e seu genro, **Manuel da Borba Gato**[16], casado com Maria Leite, e numerosos outros sertanistas.

O capitão Guilherme Pompeu de Almeida que após o assassinato do pai (Pedro Taques) em São Paulo (durante luta entre as famílias paulistanas Pires e Camargo) fixa-se em terras herdadas do mesmo, formando nestas a fazenda Ibituruna.

Detalhe mostrando que as terras com maiores influência da Espanha iniciavam logo após o rio Pinheiros:

> "Juntamente com Guilherme Pompeu de Almeida, mudaram-se para a fazenda um grande número de amigos, escravos (índios) e parentes deste, fazendo com que houvesse um adensamento populacional na área onde inicialmente só encontrávamos referências ao garimpo de "ouro de lavagem". Personagens como Rodrigues Penteado, Fernão Paes de Barros e outros homens detentores de grandes posses que buscavam se estabelecer em território de Santana de Parnaíba. Tal referência se faz necessária porque dentre estes homens encontravam-se o fundador de São Roque (Pedro Vaz de Barros) e Francisco Rodrigues Penteado. Entre 1648 e 1650, o capitão Guilherme Pompeu de Almeida adquirindo novas terras nas proximidades do local onde vivia, constituiu outra fazenda denominando-a Araçariguama". "São Roque foi fundada em meados do século XVII, provavelmente no ano de 1657, embora não haja documentação precisa sobre esta data. Sua história começou na fazenda do bandeirante, Cap. Pedro Vaz de Barros, ou Vaz Guaçu - "O Grande" - como era chamado pelos índios.

16. Nome ligado à história da região e a Fazenda Maracanduva.

> Em uma das suas expedições, o Bandeirante alcançou o Alto da Serra do Ibaté, de onde avistou toda a natureza do Vale do Carambeí, e ali decidiu plantar um núcleo de civilização. Estabeleceu fazenda ao centro do vale e trouxe famílias, agregados e escravos. Além da pecuária e agricultura, o capitão cultivava trigo e uva, e pôde ser considerado o primeiro vinhateiro de São Roque. Toda a família do Capitão teve importante papel para o desenvolvimento da cidade. "No ano de 1681, Fernão Paes de Barros, seu irmão, construiu nas proximidades da Serra Taxaquara a Casa Grande e a Capela de Santo Antônio".[17]

No final do século XVII, com a descoberta de ouro na região do atual estado de Minas Gerais, o Porto do Rio de Janeiro adquiriu maior importância. Em 1704 foi concluída a abertura do chamado "caminho novo", que ligava diretamente o território das Minas ao Rio.

Naquele ano, em função do Tratado de Madri, chegou ao Brasil a Comissão de Demarcação, trazendo um grande número de **engenheiros militares** [18]de alto nível, que realizaram trabalhos importantes durante todo o período da administração Pombalina (1750-1777).

Entre 1705 e 1798, 18 vilas foram fundadas no território que então se tornou a Capitania de São Paulo, além de outras três, na região do atual estado do Paraná. Em 1711, a vila de São Paulo foi elevada à categoria de cidade, tornando-se sede da Capitania.

Mas a grande expansão das atividades de mineração em outras regiões terminou por levar ao despovoamento e à estagnação da Capitania, que foi extinta pelo governo português e depois reativada em 1765, sob a administração de Morgado de Mateus.

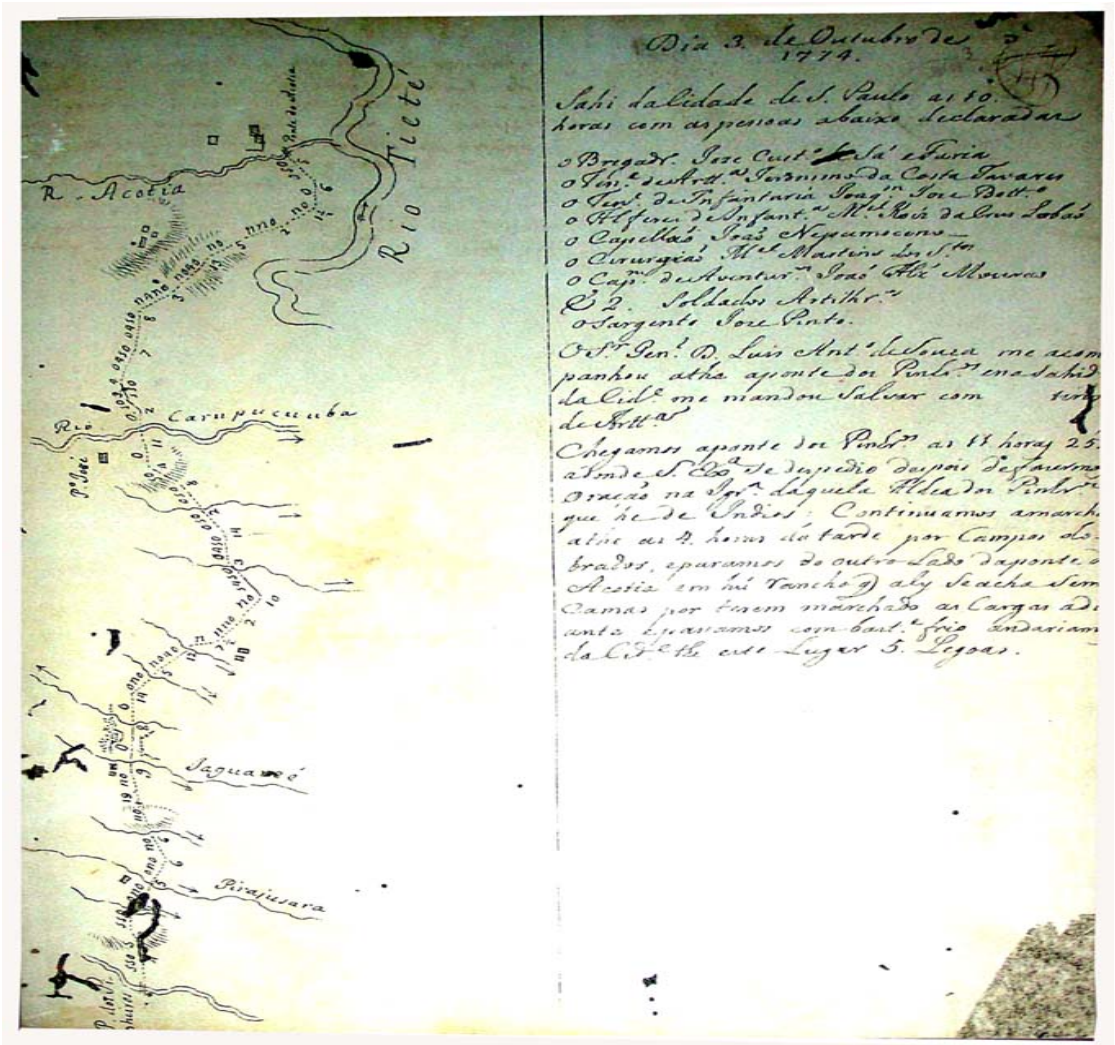
É neste período que o Engenheiro Militar José Custódio de Sá e Faria faz seu levantamento da cidade de São Paulo até o Presídio de Nossa Senhora dos Prazeres no Rio Iguatemi, e da mesma cidade até a vila de Paranaguá, nos anos de 1774.

17. http://www.camarasaoroque.sp.gov.br/srturismo.asp.

18. Com destaque para os mapas de José Custódio de Sá e Faria. Ver mapa abaixo.

3.1. VIAGEM NO ESPAÇO, NO TEMPO E NA PAISAGEM COM O MAPA DE JOSÉ CUSTÓDIO DE SÁ E FARIA E O ANTIGO CAMINHO DE ITU

Figura 18. Mapa de José Custódio de Sá e Faria – 1774? Não há registros oficiais do ano desse mapa.



Borrão de José Custódio de Sá e Faria referente ao trecho Pinheiros – e Rio Cotia - 1774.

Um mapa de rumo, com referências geográficas como: subidas, descidas, rios, córregos calcados no chão e do sentido a seguir. Assim o Engenheiro Militar parte de São Paulo às 10 horas em companhia de 10 pessoas, chega às 11 horas e 25 minutos à Ponte dos Pinheiros, antes faz uma oração na aldeia de Pinheiros que diz serem de índios.

José Custódio de Sá e Faria vai até a casa de pouso (provavelmente no município de Itapevi) descansa e segue viagem à Fazenda de Sua Majestade na Freguesia e Araçariguama, perfazendo 7 léguas, isto é do pouso até a Fazenda são mais 2 léguas dali; a Fazenda de Sua Majestade é a casa de Fernão Paes de Barros, hoje Capela de Santo Antônio no Município de São Roque (patrimônio histórico tombado pelo IPHAN).

A Importância da região se deve à manutenção de determinadas características que possibilitou o entendimento da dinâmica Colonial, do bairro RURAL, dos caipiras que mais tarde são desprezados com a proximidade da república.

Detalhes a considerar: A região por estar na periferia carece de pesquisa e valorização histórica, importante fator de valorização local e melhoria da autoestima de seus moradores. A memória local cria laços de referência que o MERCADO precisa aprender a incorporar como qualificador.

Figura 19. Documento importante sobre a região que está sob a guarda do Arquivo do Estado.



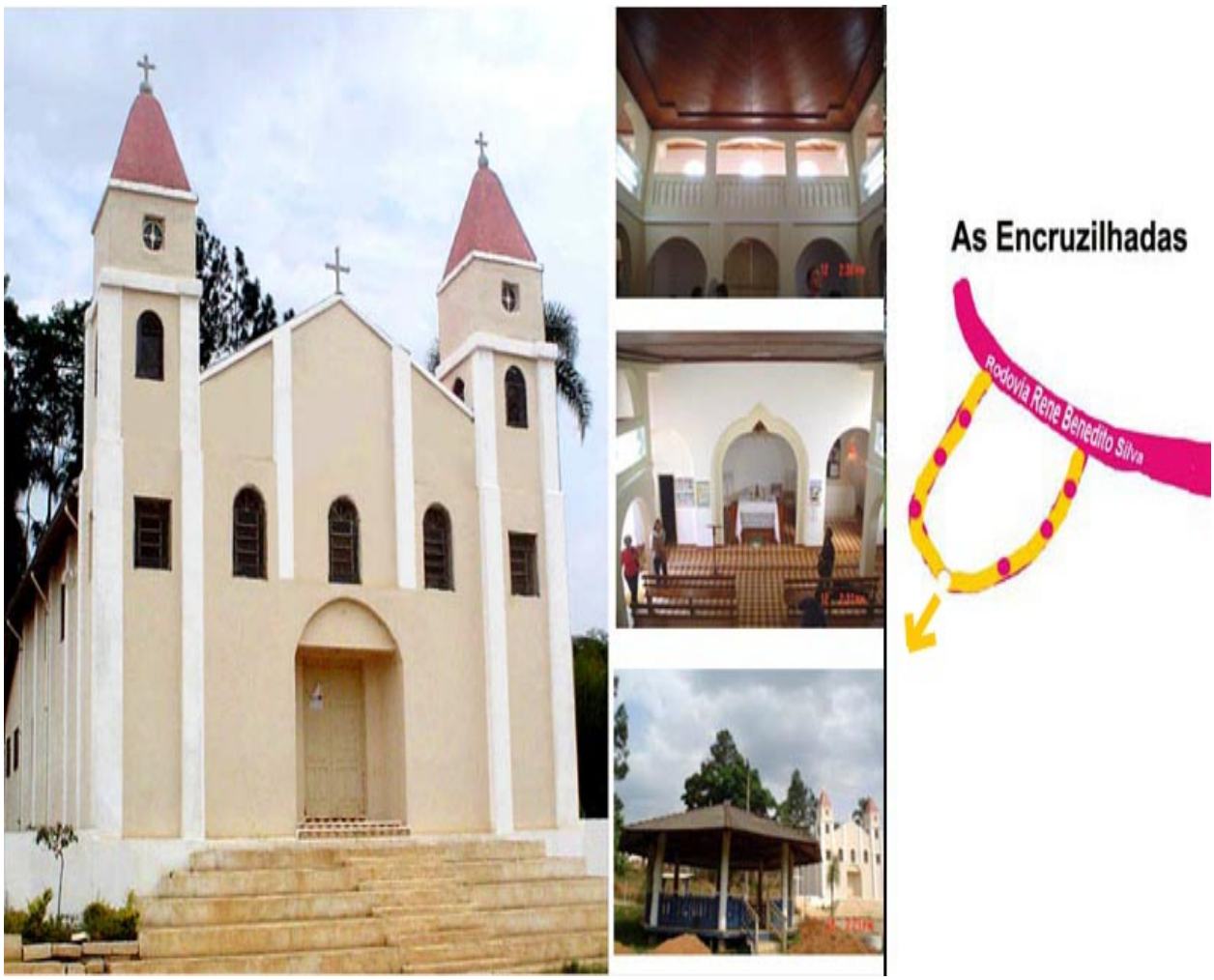
Neste inventário é possível verificar que a Paragem de São João mais tarde no ano de 1709 aparece no inventário de sua filha Escholastica Cordeiro Borba onde seu pai lhe deixa a paragem de Maracananduba (era esse o nome antes de se tornar Maracanduva), na época pertencente à Villa de Santana do Parnaíba.

A Capela de São Pedro da Comunidade de descendentes de escravos da Fazenda Maracanduva se encontra hoje em Vargem Grande Paulista, entretanto até a década de 90 pertencia à cidade de Itapevi. Fica nas montantes da bacia do Sapiantã (figura 21).

Figura 20. A Fazenda Maracanduva - Patrimônio não Tombado e sem qualquer proteção municipal.



Figura 21. Capela de São Pedro da Comunidade de descendentes de escravos da Fazenda Maracanduva.



Fotos: Marília Gruenwaldt.

3.2. A MÚSICA CAIPIRA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO

A música caipira da região não foge aos parâmetros estéticos de simplicidade do gênero, mas é de inestimável riqueza, com sua poesia relatando o cotidiano da vida rural, contando os processos de transformação do local. Isto é identificado com vigor nas composições musicais cantadas pelo Grupo Trança Fita, revelando toda a evolução local, citando inclusive a chegada da estrada de ferro.

Figuras 22 e 23. Grupo Trança Fita da Capela de São Pedro



Fotos: Marília Gruenwaldt.

A memória musical é de transmissão oral, o que a torna extremamente frágil e efêmera e vulnerável à pressão do "progresso". Essa memória deveria ser preservada em partituras ou em gravações de audiovisual.

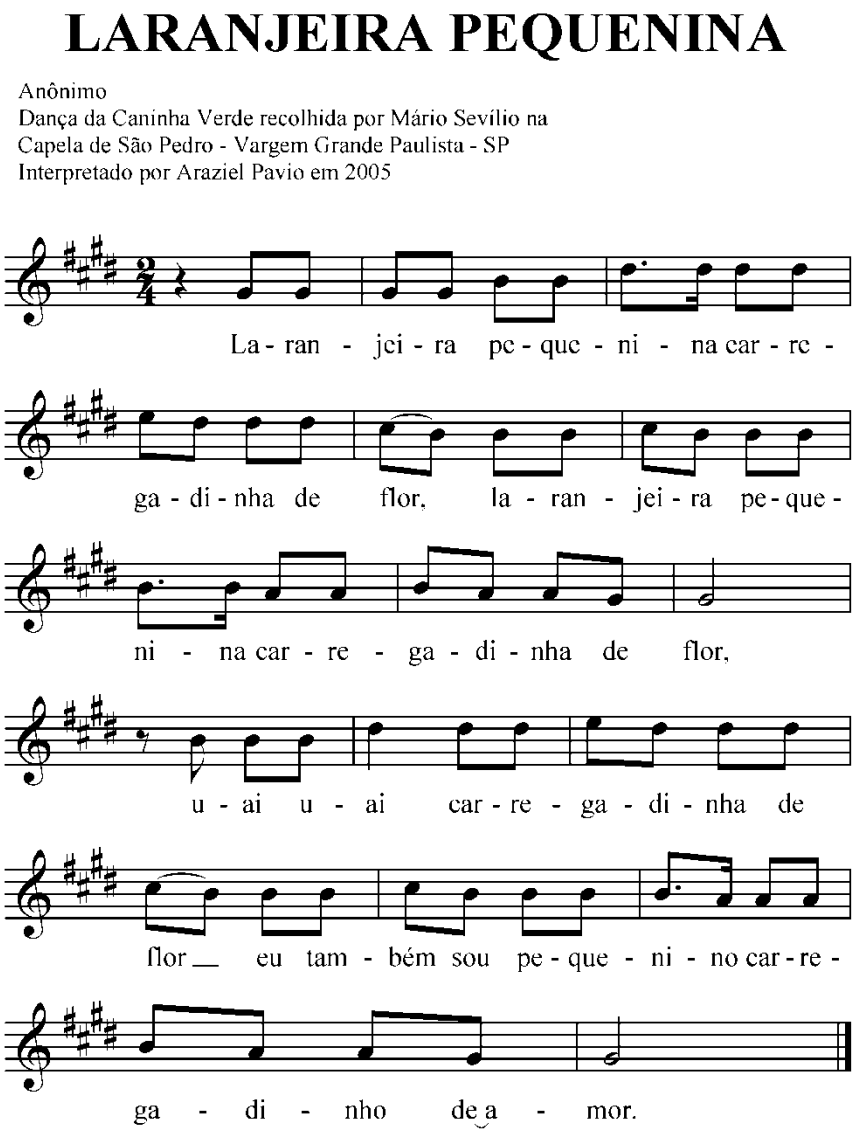
O registro abaixo (figura 24) é apenas uma das músicas do grupo cantada durante a apresentação da dança da caninha verde, entretanto o trabalho de resgate e registro precisa ser completado.

Figura 23. Grupo Trança Fita.



Fotos: Marília Gruenwaldt.

Figura 24. Registro de partitura do Grupo Trança Fita da Capela de São Pedro



As capelas caipiras no Bairro das Quatro Encruzilhadas e o Altar da Vila das Três Cruzes representadas nas figuras abaixo.

Figura 25. No sentido Horário – Primeira Encruzilhada / Capela Nossa Senhora da Conceição; Segunda Encruzilhada / Três Cruzes.



Fotos: Marília Gruenwaldt.

Figura 26. As capelas caipiras do Bairro da Cruz Grande



Fotos: Marília Gruenwaldt.

No Sentido Ante Horário – Primeira Encruzilhada / Faltam dados; Segunda Encruzilhada - Capela da Cruz Nova / Bairro Cruz Grande; Terceira Encruzilhada - Capela da Cruz Grande / Bairro Cruz Grande; Quarta Encruzilhada / Capela Santa Bárbara (destruída).

3.3. FESTA DAS TRÊS CRUZES E A CRUZ DA MEMÓRIA: CONSIDERAÇÕES SOBRE A VILA DAS TRÊS CRUZES E A CULTURA CAIPIRA LOCAL

Figura 27. Altar com duas cruzes no Bairro Quatro Encruzilhadas



Fotos: Marília Gruenwaldt.

A Vila das Três Cruzes pertence ao bairro Quatro Encruzilhadas no município de Itapevi e é formada por descendentes e agregados das famílias Rodrigues Oliveira. Hoje conta com aproximadamente 50 casas de parentes e não parentes. Na época em que todos eram parentes, as Quatro Encruzilhadas-caminhos- (SOUZA, 2005, p. 73) pertencia a Cotia e o local era reduto de festas e romarias ao longo da Encruzilhada, formou-se uma sequência de Quatro pontos de devoção.

A Vila das Três Cruzes marca o segundo ponto com um altar de duas Cruzes num encontro de duas ruas em forma de T. Se as outras Três Encruzilhadas transformaram-se em capelinhas, a das Três Cruzes carrega a história da geração de Três Cruzes consecutivas, onde a primeira não existe mais, se deteriorou com o tempo e, é lembrada e revivida todo ano durante as festividades da Santa Cruz no último domingo de maio.

O altar de tijolo caiado, cravado no topo de um Morrote, há mais de 120 anos zela pelos passantes e o lugar da festa. Se para muitos é confusa a não existência de uma encruzilhada em forma de cruz e a existência de duas cruzes apenas, o nome da vila não deixa dúvidas de que existiu uma terceira cruz.

A Cruz que na realidade é a cruz da memória fica sob a guarda de Aurelina Rodrigues de Oliveira, tradição passada por: Vitalina Rodrigues de Oliveira, hoje (2007) com 75 anos (dados levantados por Marília em 2007). A terceira cruz ressurge e sobe o morro no dia da Festa pela comunidade.

As histórias existentes sobre a origem das cruzes é um mistério que possui algumas versões, uns explicam que: a cruz veio de Itapecerica da Serra, outros que foi uma promessa e outros afirmam que ela foi erguida em memória de uma pessoa que morreu.

Mas, apesar da incerteza o símbolo da Cruz é motivo de comemoração e conta com a participação de boa parte dos moradores da vila e vizinhança das outras Encruzilhadas. Os preparativos da festa iniciam-se praticamente um mês antes com a feitura de flores de papel, utilizadas para enfeitar o altar das Duas Cruzes e a terceira Cruz postada na esquina oposta.

O início das comemorações da Festa na Vila das Três Cruzes dá-se com uma oração diante da Terceira Cruz, que ao término indica o início da missa campal diante do altar das duas Cruzes. A tradição caipira da festa na Vila é momento de referência de fatos ocorridos e importante símbolo de resistência cultural caipira e respeito a modos de vidas mais integrados com a natureza.

É quase um milagre essa cultura ainda resistir diante do nefasto momento especulativo que vive a região e dos modelos modernos dos espetáculos e ao massacre das periferias de uma das maiores metrópole do planeta - São Paulo.

Segundo relatos, confirmados por documentos, a Cruz está numa área particular e a comunidade luta unida no silêncio matuto caipira para preservar e dar continuidade à tradição, contra tudo e todos, colecionando histórias.

Os mais antigos lembram-se do tempo em que jagunços tentaram expulsá-los das terras na década de 70; outros, da chegada da COHAB de Itapevi na década de 80, quando em três anos tiveram que conviver com a chegada de 30.000 pessoas na vizinha pedreira São João; mais recentemente, dos loteamentos fechados e segregação dos espaços da década de 90 e finalmente hoje, temem a chegada de um empreendimento Alphaville numa enorme gleba contígua à Vila (10.000.000 metros quadrados) com outros valores e modo de vida.

A preocupação com a manutenção dos **valores caipiras local** cresce e a eminência da perda se agiganta, ao lembrarem que o altar das duas cruzes fica em terras pertencente ao espólio do consórcio Alphaville (figura 28).

Figura 28. Terras do Espólio Celso Santos



Fotos: Marília Gruenwaldt.

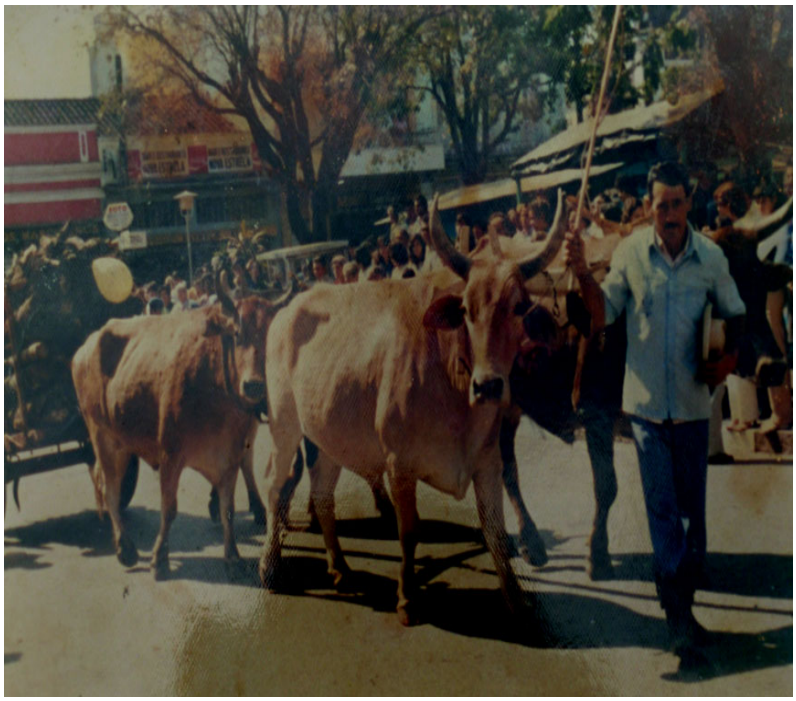
Lado esquerdo: local de montagem da Cruz da memória, tendo a sua frente as duas Cruzes postadas sobre o pequeno altar. Ao fundo no final da rua fica a Vila das Três Cruzes.

3.4. O CARRO DE BOI NA VILA DAS QUATRO ENCRUZILHADAS

O Carro de Boi é uma das expressões mais bonitas e persistentes da vida rural, que nos faz lembrar do cheiro da terra que o asfalto e os veículos modernos apagaram. Não obstante o avanço do progresso e as novas necessidades tecnológicas se inscrevem na cultura local e vale a pena meditarmos com imagens aos jovens, a memória e as referências do desbravar da terra virgem, das dificuldades e histórias dos espaços que se transformaram em cidade.

No âmbito da **memória técnica,** do artefato, o Carro de Boi de Roda Raiada da família Bueno, tradicional família moradora do Bairro das Quatro Encruzilhadas, faz parte da ***memória Simbólica*** do bairro, já que o carro de Boi da família Bueno costumava recepcionar a passagem de Romarias importantes como a do Embu, Cotia e das Quatro Encruzilhadas em direção à Pirapora. Se o carro de boi é memória a ser resgatada, as romarias são ainda a atividade cultural mais importante.

Figura 29. Pai dos irmãos Bueno na Romaria de São Roque. Figura 30. Waldemar Bueno





Fotos: Marília Gruenwaldt.

Figura 31. Tarcizo Bueno e Penambuquinho de São João Novo conversando sobre Carro de Boi e suas diferenças, tendo ao fundo dois garrotes que foram domados por Pernambuquinho (calça escura).



Fotos: Marília Gruenwaldt.

Figura 32. Carro de Boi de Roda que Canta do Pernambuquinho de São João Novo que será utilizado na procissão.



Fotos: Marília Gruenwaldt.

Figura 33. Cartaz da Romaria promovida pelo Bairro até o Santuário de Pirapora do Bom Jesus.



Fotos: Marília Gruenwaldt.

Figura 34. Romaria nas Quatro Encruzilhadas em direção a Pirapora do Bom Jesus. Fotos: Marília Gruenwaldt.



Figura 35. Romaria à Pirapora do Bom Jesus.



Fotos: Marília Gruenwaldt.



Figura 36 e 37. Procissão da comunidade das Quatro Encruzilhadas.



Fotos: Marília Gruenwaldt.

CAPÍTULO 4. CONSIDERAÇÕES SOBRE O PLANEJAMENTO URBANO E A QUESTÃO DO DESENVOLVIMENTO

Assistimos no período atual a um momento onde o poder dos agentes no uso do território é cada vez mais concentrado naqueles considerados hegemônicos. Uma das faces dessa afirmação é a forma como o Planejamento Urbano vem sendo conduzido nos municípios brasileiros pelos agentes estatais, sendo que, em grande medida, a "cidade" deixa de ser um direito de todos e passa a ser uma mercadoria, sobretudo do capital imobiliário. Assim, a cidade, o espaço urbano, torna-se uma fronteira mercadológica, uma mercadoria como afirmava sempre o Prof. Aziz Ab'Sáber.

Entretanto, contradições se instalaram desde a promulgação da Constituição Federal de 1988: ao mesmo tempo em que foram criados estruturas e instrumentos legais para garantir a "Reforma Urbana" e o direito à cidade (o Ministério das Cidades, Estatuto da Cidade, por exemplo), a autonomia municipal para legislar sobre assuntos internos tornou a cidade como um campo de forças onde os interesses externos ao lugar (oriundos do capital imobiliário, planejamento setorial etc) se contrapõem aos interesses do cotidiano das pessoas, do lugar e ao direito à cidade.

Podemos constatar que desde a gênese do planejamento urbano no país há pouco interesse das prefeituras em promover a Reforma Urbana. Isto pode ser evidenciado ao considerarmos que há sempre uma tensão, no âmbito da cidade, causada pelo discurso de que o orçamento municipal é escasso.

Fato este que inviabilizaria as regularizações fundiárias ao mesmo tempo em que as políticas de remodelação urbana ganham centralidade e que as prefeituras cedem às pressões corporativas aderindo ao "empreendedorismo urbano". Tais fatos transformam as cidades em plataformas da reprodução do capital.

Como podemos pensar o planejamento urbano nos dias atuais através das possibilidades dadas pelos instrumentos legais instituídos (Estatuto da Cidade, Planos Diretores, Orçamento Participativo etc), mas pensando esse planejamento considerando não apenas a cidade como um "negócio", mas como um espaço banal onde todos possam viver e reproduzir seu cotidiano?

Tentaremos dirimir estas dúvidas versando sobre esses instrumentos ou diplomas legais que deveriam por pressuposto, serem utilizados na discussão do planejamento urbano, seja ele local ou regional.

Sendo o planejamento uma tentativa de resolver racionalmente os problemas que nos afetam é possível aplicar técnicas de planejamento a diferentes situações que exijam a tomada de decisões desde que as mesmas não se restrinjam ao mero interesse econômico capitalista de acumulação.

É preciso fazer essa ressalva porque devemos partir do pressuposto que o modo pelo qual o Estado e a Economia se relacionam exprime, necessariamente, as relações e influências recíprocas entre o poder político e o poder econômico sendo que na maioria dos casos o poder econômico prevaleceu na tomada de decisões.

No Brasil fica difícil entender todo esse processo de planejamento sem se ater detidamente sobre a periodização histórica de sua formação. Não faremos aqui essa periodização necessária, mas alguns apontamentos são importantes considerando as profundas modificações na estrutura do poder, na forma e no modo de ser do Estado brasileiro.

Ianni (1979) já apontava que durante o transcurso histórico brasileiro, o Estado oligárquico deixou de existir e emergiu, com certa vitalidade hegemônica no conjunto do subsistema econômico, o setor industrial.

Nessa perspectiva, o Estado como organismo político-administrativo se define de acordo com a elaboração de práticas de atos que interessem à ideologia das classes sociais que lhe deem infraestrutura sólida para sua materialização.

Destacamos aqui um ponto na constituição de 1937 (IANNI, 1979, p. 46) que define o papel do Estado intervindo somente para suprir deficiências de iniciativas individuais e coordenando fatores de produção. Isso evitaria ou resolveria os problemas de conflitos e ainda introduziria nos processos organizacionais o pensamento dos interesses da Nação, representados pelo Estado.

O papel do Estado seria o de constituir uma ordem jurídica e econômica que sinalizasse para os demais agentes sociais a primazia de padrões de planejamento e organização de relações sociais fundada em redes horizontais ou redes de parceria (ao invés de padrões de organização hierárquico-verticais, que estabelecem formas competitivas de interação social) e de modos democráticos de regulação de conceitos, ao invés de modos autocráticos de resolução dos mesmos.

Essa ordem constitucional e jurídica, mas também econômica e social, definiria o quadro das restrições e das incitações a partir do qual se desenvolveriam os diversos arranjos institucionais. Nessa perspectiva surgem as chamadas teorias do desenvolvimento que incorporaram elementos institucionais que trazem para o seu campo de investigação a contribuição de outras áreas do saber.

Celso Furtado é um importante expoente desse processo e seu livro "Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico" de 1968 traz uma contribuição inovadora para entender a dinâmica do discurso desenvolvimentista, situando e discutindo as teorias do desenvolvimento econômico através de uma perspectiva histórica e sistemática, procurando ao mesmo tempo explicar o subdesenvolvimento econômico a partir da estrutura e do funcionamento das economias subdesenvolvidas e no final apresenta uma proposta de superação do subdesenvolvimento altamente objetiva e racional.

Ana Clara Torres Ribeiro aponta como as forças de mercado levam à rejeição do planejamento urbano levando em consideração as propostas de Celso Furtado assinalando a importância de se compreender adequadamente o fenômeno do subdesenvolvimento, pois a decisão de planejar é essencialmente uma decisão política.

Ao considerar o desenvolvimento como fruto de interações sociais que repercutem no amadurecimento das instituições locais, a abordagem institucionalista incorpora elementos sociais e históricos que estão arraigados no território, presos aos costumes e a tradição de uma região.

A economia do desenvolvimento tornou-se o terreno favorito das pesquisas institucionalistas sobre o funcionamento da economia, mas o entendimento do subdesenvolvimento, primordial para Furtado, deixa a reboque um vasto campo de possibilidades de planejamento adequado para o bem comum no conjunto de interesses difusos.

Os fatores econômicos tradicionais não são mais considerados como fatores explicativos suficientes dos diversos ritmos de crescimento e tampouco dos diferentes graus de desenvolvimento científicos e tecnológicos alcançados pelos territórios e regiões, o que nos leva a crer que pensar o planejamento urbano na atualidade parece ser, mais do que uma necessidade científica, uma urgência política.

O processo de desenvolvimento local, regional e até mesmo nacional implica uma visão comum, articulando as iniciativas de dimensões econômica, social, cultural, política e ambiental destacando a importância de uma política de escala radical na construção de estratégias e de agendas políticas emancipatórias.

No caso de uma agenda local de planejamento e desenvolvimento, Melo (1988), entende que "O desenvolvimento local é antes de tudo uma vontade comum de melhorar o quotidiano; essa vontade é feita de confiança nos recursos próprios e na capacidade de combiná-los de forma racional para a construção de um melhor futuro" (Melo, 1998).

O desenvolvimento local envolve as dimensões de autonomia, cidadania e participação dos atores locais para combater as desigualdades locais e procurar soluções inovadoras, ações que foram propostas no caso de Cotia e Itapevi.

Nesse sentido cabe elaborar uma análise mais detida sobre o conceito de desenvolvimento local e do planejamento regional, pois várias outras definições já foram elaboradas e na atualidade esses conceitos vêm sendo criticados e renovados por muitos autores ao longo dos anos e ao passo em que os temas sociais já integram o segmento da economia, o planejamento é igualmente criticado em seus fundamentos, em suas práticas frequentemente contraditórias e em seus mitos fundadores.

Estes elementos estão impressos no discurso desenvolvimentista do qual o Brasil se logrou reprodutor dessa ideologia burguesa. Na verdade defendemos a ideia de que o planejamento tem sido um instrumento utilizado na manutenção e agravamento do atraso de muitos países o que levou ao agravamento das disparidades sociais.

Uma das críticas diz respeito ao evolucionismo social, que prega que os países subdesenvolvidos devem atingir o patamar daqueles desenvolvidos. Isto implica em que, ao seguir os passos dos países desenvolvidos, o desenvolvimento estaria garantido.

A crítica está no fato de que em matéria de desenvolvimento não se pode antecipar os passos futuros de forma independente da realidade local, realidade esta que tem suas implicações peculiares.

Celso Furtado (1969) já apontava em seu livro "Um projeto para o Brasil" que existe no sistema econômico brasileiro uma deformação estrutural que se traduz no perfil da demanda global e que a estrutura agrária também constitui uma face deformada do sistema econômico. Esta deformação é responsável pela lenta penetração do progresso tecnológico em nossa economia e pela escassa difusão dos frutos dos aumentos de produtividade.

Para Furtado o desenvolvimento deve ser entendido levando-se em conta os aspectos locais, aspectos estes que têm significado em um território específico, visto que esta deformação apontada se traduz, no plano social, por uma extremada concentração dos benefícios do progresso técnico.

Essa concentração pode ser entendida de diversas maneiras, mas sem dúvidas uma delas é pela falta de um planejamento mais consistente ou a realização de um planejamento intencional, como preferimos atribuir no caso do Brasil, pois nesse sentido Furtado indica ainda que existe um processo causal circular entre a forma como se assimila a tecnologia moderna e a concentração da renda. Essa assimilação não seria uma forma de planejamento?

Atualmente é quase unânime entender que o planejamento não está relacionado unicamente com crescimento econômico, mas também com a melhoria da qualidade de vida das pessoas e com a conservação do meio ambiente.

Estes três fatores estão inter-relacionados e são interdependentes. Foram jargões amplamente utilizados pelas incorporadoras na tentativa de implantação dos referidos loteamentos na área de estudo.

O aspecto econômico implica em aumento da renda e riqueza, além de condições dignas de trabalho. A partir do momento em que existe um trabalho digno e este trabalho gera riqueza, ele tende a contribuir para a melhoria das oportunidades sociais.

Do mesmo modo, a problemática ambiental não pode ser dissociada da social, assim como o local não está dissociado do global. Assim, o global passa a ter sua importância associada ao local e vice versa, já que um está em constante mudança por conta das interferências do outro.

Nesse sentido apontamos a cidade de São Paulo como a responsável direta pelas influências de seu crescimento desordenado ou se preferirmos, de seu crescimento direcionado, já que muitas estratégias de crescimento e desenvolvimento são discutidas em espaços ocultos e definidas muitas atuações nas cidades de forma que a população não participe dos processos decisórios no que tange ao desenvolvimento das cidades.

Muitos autores já tentaram desconstruir o termo desenvolvimento por considerar que este implica em práticas associadas à colonização, à ocidentalização do mundo, à globalização econômico-financeira e à uniformização planetária.

Isto foi discutido em 2002, em um colóquio internacional organizado na UNESCO, "apesar de não explicarem como substituir o conceito e a prática do desenvolvimento, sobretudo nos contextos em que as desigualdades e as carências são ainda muito flagrantes".

O desenvolvimento pressupõe uma transformação consciente da realidade local e isto implica em uma preocupação não apenas com a geração presente, mas também com as gerações futuras e é neste aspecto que o fator ambiental assume fundamental importância.

Outro aspecto relacionado ao desenvolvimento é que ele implica em articulação entre diversos atores e esferas de poder, seja a sociedade civil, as organizações não governamentais, as instituições privadas e políticas e o próprio governo.

Cada um dos atores tem seu papel para contribuir com o desenvolvimento de acordo com o planejamento que se poderia propor fugindo da lógica meramente capitalista e do discurso do subdesenvolvimento e o mágico caminho para o desenvolvimento tão almejado.

O subdesenvolvimento é fruto de um desequilíbrio na assimilação das novas tecnologias produzidas pelo capitalismo industrial, o qual favorece as inovações que incidem diretamente sobre o estilo de vida.

É preciso considerar toda a dicotomia entre o Estado e o mercado, que prevaleceu durante boa parte do século XX como fonte de inspiração para a formulação das teorias tradicionais do crescimento, e que vai progressivamente abrindo espaço para a introdução de novos fatores explicativos do crescimento, cuja mobilização encontra-se numa zona intermediária entre o Estado e o mercado.

Ana Clara Torres acrescenta a discussão sobre as relações "Sociedade-Estado", onde aponta os elos sistêmicos entre a crescente relevância da informação e administração dos interesses e das relações sociais, uma relação de adequação para atender determinados interesses, longe do processo de planejamento para o bem comum de interesses difusos como gostaríamos.

Outra característica desse processo é o modo como vai se desenhando uma abordagem do desenvolvimento econômico e do planejamento seja ele regional ou local, que integra as variáveis institucionais como fatores explicativos, ao lado de fatores econômicos tradicionais como o capital e o trabalho.

Essas variáveis institucionais estão articuladas ao território, constituindo-se num conjunto de redes de relações sociais e econômicas ou nas chamadas escalas geográficas de poder.

Os diplomas legais criados contêm avanços significativos em termos legislativos, pois atribuem aos estados e municípios a decisão da tomada de iniciativas de planejamento, porém, acentua-se cada vez mais o imbróglio na tomada dessas decisões por parte das administrações, uma vez que as mesmas dependem de decisões acima de seu poder para efetivar as políticas que se propõe num Plano Diretor por exemplo.

As administrações não estão preparadas tecnicamente para implantar os avanços legislativos na solução dos problemas criados e recriados pelos próprios administradores, porque o corpo (que deveria ser técnico), de pessoas responsáveis pela atribuição das políticas são meros ocupantes dos cargos condicionados a interesses ocultos da qual a sociedade não tem acesso.

Os Planos Diretores Municipais se tornaram meros instrumentos de negociação prevalecendo os interesses do capital especulativo, principalmente em se tratando da política habitacional, onde o setor imobiliário assegura seus interesses e a falta de planejamento deixa de se fazer presente.

Cotia e Itapevi estão inseridos amplamente nesse processo do capital especulativo e de espoliação social e ambiental.

CAPÍTULO 5 - PEDIDO DE REVISÃO DO PROJETO VILA FLORESTAL – RESERVA COTIA

Em função de todo o histórico da região e demais fatores políticos e sociais que se inserem na realidade local, foram solicitados aos órgãos responsáveis pelo licenciamento ambiental maior atenção nas metodologias utilizadas e uma revisão geral no projeto da Alphaville Urbanismo como seguem abaixo.

Revisão da **metodologia** [19] do projeto "RESERVA FLORESTAL - COTIA "do Empreendimento Alphaville (Grupo Gafisa), observando-se a realidade local, em conformidade com a "Carta de Aptidão Física elaborada pelo IPT (Instituto de Pesquisa Tecnológica) para a EMPLASA (Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano) em 1985", que determina **diretrizes rígidas e cuidados especiais de projeto e implantação**, utilização com maiores critérios dos recursos naturais[20] dando ênfase ao princípio **da precaução**[21].

---

19. O termo erodibilidade do solo (fator K na Equação Universal de Perda de Solo – EUPS) expressa a suscetibilidade natural do solo à erosão hídrica. O fator K representa a taxa de perda de solo por unidade de erosividade da chuva (fator R na EUPS). O conhecimento do fator K, juntamente com os demais fatores do modelo EUPS, é importante no planejamento conservacionista, pois, por meio desse modelo, estimam-se as perdas médias anuais de solo esperadas para determinadas condições.

20. Conforme o estabelecido na Declaração do Rio/92 princípio 16 e 17 e Convenção-Quadro da Mudança do Clima e Ratificada pelo Congresso Nacional através do Decreto-legislativo nº 01, de 03 de fevereiro de 1994.

21. Conforme o estabelecido na Constituição Federal de 1988, no art. 225, nos incisos IV e V, do § 1º, deste mesmo artigo, que incorporaram expressamente ao ordenamento jurídico o **princípio da precaução**.

Considerando que: a metodologia adotada para solos que apresentam expressiva suscetibilidade à erosão parece insuficiente segundo algumas pesquisas bibliográficas.

"Para a modelagem do escoamento superficial das sub-bacias, optou-se pela utilização do método do Hidrograma Sintético do "**Soil Conservation Service**", órgão do Ministério da Agricultura dos EUA."

Conforme consta no Estudo Técnico para Implantação de Obras Hidráulicas - Vila Florestal – Reserva Cotia – Reserva Cotia, p. 71 - anexo 13 do EIA- Rima ALPHAVILLE URBANISMO S.A.

Para tal propósito temos legislação específica e nem sempre modelos estrangeiros são a melhor opção. Entendemos ser responsabilidade da República Federativa do Brasil conforme o estabelecido na Constituição Federal quanto à organização político-administrativa no Art. 21**:** "**XVIII - planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações**[22]**;**

Considerando as DIRETRIZES estabelecidas no Estatuto das Cidades - **LEI Nº 10.257, DE 10 DE JULHO DE 2001** que **r**egulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal para a política urbana[23];

2. Observância nas **questões patrimoniais ligadas à cultura caipira** no que se refere à cultura material e imaterial da região o projeto precisa se adequar às recomendações **legislativas pertinentes.** [24]

---

22. Conforme o estabelecido pela Constituição Federal - TÍTULO III - Da Organização do Estado CAPÍTULO II DA UNIÃO – Art. 21. Observando-se FUNDAMENTALMENTE o que determina a Constituição Federal no artigo 225° quanto ao patrimônio ambiental.

23. Capítulo I, Art. 2 - IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, **de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente**.

24. Constituição Federal - TÍTULO II - Dos Direitos e Garantias Fundamentais - CAPÍTULO I- DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS Art. 5º;

Constituição Federal – TÍTULO III- Da Organização do Estado - CAPÍTULO I, DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA - Art. 23;

Na formação da cultura Caipira, os primeiros séculos logo após o "descobrimento", preferimos chamar de invasão portuguesa - foram fundamentais o estabelecimento da população pioneira nas Franjas para a produção de alimento que mais tarde formou os "**bairros rurais**" (MARCÍLIO, 1974) em torno da cidade de São Paulo.

Lugar dos Caipiras, com profundas **ligações religiosas** e práticas agrícolas miscigenadas; da onde podemos destacar o sistema produtivo do **pousio florestal** associados à práticas agrícolas adaptados a região com a presença do **Carro de Boi de Roda Raiada** e **Festa das Cruzes** e presenças de **pequenas capelas** ao longo dos caminhos de romaria e procissões.

Constituição Federal – TÍTULO III- Da Organização do Estado - CAPÍTULO I, DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA - Art 24.

Constituição Federal – TÍTULO III- Da Organização do Estado - CAPÍTULO IV - Dos Municípios – Art. 30;

Constituição federal - CAPÍTULO IV, DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA Seção I DO MINISTÉRIO PÚBLICO – Art. 129;

Constituição Federal - CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO Seção I - DA EDUCAÇÃO - Art. 215;

Constituição Federal - CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO Seção II - DA CULTURA – Art 216;

5.1. O EMPREENDIMENTO COMO GERADOR DE IMPACTOS NEGATIVOS

Apontamos algumas observações quanto à instalação do empreendimento como grande gerador de tráfego, sem a previsão da infraestrutura. Observância na criação de uma **NOVA ESTRADA DE LIGAÇÂO** entre a Roselândia e a estrada do Pau Furado que servirá como novo sistema de ligação com a Rodovia Raposo Tavares, além de rota de desvio do pedágio da Rodovia Castelo Branco e Rodoanel.

Observância da inadequação da estrada do Pau Furado já para a fase de início de obra, visto que a Estrada do Pau Furado logo no seu início junto à Raposo Tavares possui uma aclividade acentuada, aclividade esta que cotidianamente já provoca problemas para caminhões e ônibus aos moradores da região. Os caminhões para vencerem as duas primeiras subidas precisam deixar parte da carga ao longo da estrada com a finalidade de vencer o trecho.

Problema agravado com a sinuosidade de toda a pista e a falta de captação das águas fluviais que na época de chuva um grande rio atravessa a pista, cobrindo-a de cascalho, folhas e restos de árvores. Sem ainda mencionar a pouca dimensão da Estrada.

É preciso considerar que **um dos inúmeros** impactos negativos será o aumento de tráfego no sistema Regional e que a estrada do Pau Furado pela sua configuração geométrica e características topográficas do terreno, não terá condições de comportar esta nova função sem um projeto real e não mera adaptação.

Considerando que: Em diferentes pontos do EIA- RIMA existe a construção de uma NOVA ESTRADA DE LIGAÇÂO entre a Estrada do Pau Furado com a Estrada da Roselândia; como um NOVO Sistema de LIGAÇÂO entre as cidades de Cotia e Itapevi, este sistema possibilitará uma ligação entre a Rodovia Castelo Branco e a Raposo Tavares como rota de fuga do pedágio da Rodovia Castelo Branco e do RODOANEL.

A **LEI No 10.257, DE JULHO DE 2001 (Estatuto da Cidade) –** no seu Art. 2º, determina que a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:

I – garantia do direito a cidades "sustentáveis" (preferimos o termo planejadas com responsabilidade e ética), entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;

II – gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e **projetos de desenvolvimento urbano**;

IV – planejamento do desenvolvimento das cidades, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas do Município e do território sob sua área de influência, de modo a evitar e corrigir as distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;

VI – ordenação e controle do uso do solo, de forma a evitar:

VII- a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como polos geradores de tráfego, sem a **previsão da infraestrutura correspondente**;

Obs: Reiteramos que não concordamos com o termo sustentável, pois não existe sustentabilidade alguma. Esse é apenas um discurso burguês que serve para omitir muitas ações obscuras por parte dos governantes e outros atores sociais que trabalham com finalidades de exclusão e espoliação social e ambiental sob a égide do capitalismo contemporâneo e o desenvolvimento do país.

5.2. VEGETAÇÃO SUPRIMIDA

No projeto apresentado pelos empreendedores o desmatamento "do total de área fora de APP que teria a **vegetação suprimida**, apenas 9,2% refere-se a matas em estágios inicial, **médio e avançado (53 ha);** assim é preciso levar em consideração a Legislação Ambiental em seu **Decreto n º 750 – 1993:**

Art. 4 º. A supressão e a exploração da vegetação secundária, em estágio inicial de regeneração da Mata Atlântica, serão regulamentadas por ato do IBAMA, ouvidos o órgão estadual competente e o Conselho Estadual do Meio Ambiente respectivo, informando-se ao CONAMA.

Parágrafo único. A supressão ou exploração de que trata este artigo, nos Estados em que a vegetação remanescente da Mata Atlântica seja inferior a 5% da área original, obedecerá ao que estabelece o parágrafo único do art. 1 º deste Decreto (**Art. 1 º.** Ficam proibidos o corte, a exploração e a supressão de vegetação primária ou nos estágios avançado e médio de regeneração da Mata Atlântica.)

Considerando o **Art. 5 º.** Nos casos de vegetação secundária nos estágios médio e avançado de regeneração da Mata Atlântica, o parcelamento do solo ou qualquer edificação para fins urbanos só serão admitidos quando de conformidade com o Plano Diretor do Município e demais legislações de proteção ambiental, mediante prévia autorização dos órgãos estaduais competentes e desde que a vegetação não apresente qualquer das seguintes características:

I - ser abrigo de espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção;

II - exercer função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão;

III - de excepcional valor paisagístico.

Art. 6 º. A definição de vegetação primária e secundária nos estágios avançado, médio e inicial de regeneração da Mata Atlântica será de iniciativa do IBAMA, ouvido o órgão competente, aprovado pelo CONAMA.

Mesmo no EIA/RIMA anterior do Espólio Celso Santos, considerado um EIA de má qualidade, o documento já apontava que nas matas da Granja Carolina havia abrigo de espécies da flora e fauna silvestres ameaçadas de extinção (figura 38); que a região estudada exerce a função de proteção de mananciais ou de prevenção e controle de erosão (SANTOS, 2000); e é uma área (SILVA, 2013) de excepcional valor paisagístico.

Figura 38. Animais em vias de extinção localizados na Granja Carolina.



Especulamos na época do primeiro empreendimento que a área poderia ser ponto de parada de aves migratórias que se dirigiam a Serra do Japi em certa época do ano, mas isso seria um estudo por parte de biólogos ou ecólogos, porém, consideramos de extrema importância levantar essas informações, visto que boa parte das matas já haviam sido derrubadas em anos anteriores.

Esse desmatamento se deu em função de uma primeira tentativa de instalação do empreendimento denominado Salzburg na Granja Carolina, o que resultou numa Ação Civil Pública, impetrada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo.

A ação civil pública contra o Espólio Celso Santos, movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, através da 1° Vara da Comarca de Cotia (processo 398089, de 20 de julho de 1986), consistiu denúncia de dano ambiental sobre a flora e a fauna, decorrente de atividade de desmatamento mobilizada por empreiteira contratada pelo proprietário, para realizar a abertura de algumas vias definidas no projeto urbanístico do Loteamento na época com a denominação SALZBURG. Em um laudo ambiental constatou-se que a área desmatada correspondia a 19,6 hectares.

"Em 20/06/1989 o Ministério Público Estadual ajuíza ação civil pública contra o Espólio de Celso Santos, proprietário da Granja Carolina, por danos ao meio ambiente, dando origem ao processo 398/89";

"Em 19/09/1991 - Em virtude de acordo selado entre o Ministério Público e o Espólio, a juíza condena o último a promover a recuperação da área desmatada e a não implantar o projeto de loteamento sem a realização de Relatório de Impacto Ambiental a ser aprovado pelos órgãos competentes", (conforme cópia do anexo 15 do **Projeto Granja Carolina – Plano Estratégico de Comunicação** – pag. 14 do Eia- Rima**).**

As dúvidas recaem sobre a recuperação da área desmatada que foi sobre 1,05 ha somente, e que foi aceita como medida compensatória. Entretanto sabendo que os danos ambientais não prescrevem, e que as medidas compensatórias correspondem somente a 5,3% do total da área desmatada, e que foram feitas com eucaliptos, e que estas mesmas áreas poderiam estar incluídas no projeto de loteamento, solicitamos que a Secretaria do Meio Ambiente e o Ministério Público verificassem os fatos.

Hoje em vistas aéreas recentes podemos constatar os desmatamentos dos arruamentos do projeto SALZBURG de 1989 verificados na figura 39 abaixo.

A foto ilustra bem a compartimentação do relevo na área da Granja Carolina e em trabalhos de campo realizado no ano de 2006 e 2007 constatamos que em todos os setores elevados dominados pelos remanescentes de Mata Atlântica estão situadas as vertentes e seus fluxos superficiais difusos.

Se o empreendimento pretendido fosse instalado de acordo com as propostas apresentadas no EIA-RIMA, esses fluxos seriam drasticamente modificados e dessa forma passariam a operar os fluxos torrenciais, guiados preferencialmente pela morfologia das ruas e insuficiência da drenagem urbana.

Esse processo já é latente na área central de Itapevi quando do período das chuvas intensas que atingem a região, que por se localizar numa espécie de vale, recebe várias drenagens orientadas em função das intervenções.

As intervenções se traduzem pela implementação e expansão do tecido urbano através da especulação imobiliária em conjunto com a falta de planejamento urbano e ambiental, mesmo considerando todo o avanço na legislação e a implementação dos Planos Diretores.

Destacamos do anexo 1 do EIA que a problemática do processo erosivo se apresenta de forma contundente na área de estudo (SANTOS, 2000) onde a **Erosão**[25] poderia ser causada em função da não observância com retidão dos processos naturais de movimentação de solos na região, estudadas por Hélio dos Santos em 2000 e apresentada na USP como dissertação de mestrado nesse ano.

No caso de Itapevi que possui boa parte de seu território numa espécie de vale, em épocas chuvosas já sofre com o problema das enchentes e assoreamento dos cursos d'água devido aos escorregamentos de solo, advindos das cotas altimétricas ocupadas indevidamente.

25. O termo erodibilidade do solo (fator K na Equação Universal de Perda de Solo – EUPS) expressa a suscetibilidade natural do solo à erosão hídrica. O fator K representa a taxa de perda de solo por unidade de erosividade da chuva (fator R na EUPS). O conhecimento do fator K, juntamente com os demais fatores do modelo EUPS, é importante no planejamento conservacionista, pois, por meio desse modelo, estimam-se as perdas médias anuais de solo esperadas para determinadas condições.

Figura 39. Vista aérea de parte do Espólio Celso Santos na Granja Carolina.



Disponível em: http://www.cotiatododia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4829:granja-carolina-risco-de-desmatamento-ainda-persiste&catid=296:meioambiente&Itemid=548 acesso em 10/12/2013.

Nesse sentido, apontamos a fragilidade ambiental da Bacia do Sapiantã e solicitamos no pedido de revisão do projeto que fosse utilizada metodologia capaz de **melhor avaliar o impacto** das intervenções de engenharia no comportamento hidrológico da bacia, de modo a permitir a análise da variabilidade espacial e espaço–temporal das características biofísicas da bacia hidrográfica afetada (Bacia do Sapiantã, Ribeirão da Estiva e Barueri Mirim).

Destacamos que "O Loteamento Residencial "VILA FLORESTAL – RESERVA COTIA", com área total prevista de 5.727.598 m² [26], está localizado no município de Cotia, embora o EIA anterior aponta 3.225.765 m² em Cotia· O empreendimento começa na Rodovia Raposo Tavares, altura do km 34, e estende-se até o bairro das Quatro Encruzilhadas**,** passando pelos "fundos" do bairro Alto da Colina (COHAB2) em Itapevi.

As principais vias de acesso são a rodovia Raposo Tavares, entre os quilômetros 34 e 36 e a Estrada do Pau Furado. Situa-se em uma região de relevo movimentado, dotado de aclives, declives e vales. **A altitude varia de 750m até 1000m**.

Conforme consta no RELATÓRIO TÉCNICO do ESTUDO DE CONCEPÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO VILA FLORESTAL – RESERVA COTIA, p. 8- anexo 11 do EIA- Rima ALPHAVILLE URBANISMO S.A.

Destacamos ainda que a área do projeto Vila Florestal – Reserva Cotia possui uma topografia muito irregular, sendo a variação de nível no interior do residencial de 175 m, o que por si só, deveria inspirar cuidados nas intervenções que se apresentaram como propostas para a implantação do referido projeto.

Conforme consta no RELATÓRIO TÉCNICO do ESTUDO DE CONCEPÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO VILA FLORESTAL – RESERVA COTIA, p. 29- anexo 11 do EIA- Rima ALPHAVILLE URBANISMO S.A.

26. **Conforme** o empreendimento Alphaville Granja Carolina, abrange uma área de terras de cerca de **10.715.000 m2 (1.071 ha.),** formada pela soma de várias glebas, pertencentes a diversos proprietários, sendo as principais constituídas pelos imóveis denominados Granja Carolina, Haras Terra Branca e Sítio Ribeirão. Estes imóveis são contíguos e estão situados nos municípios de Cotia e Itapevi, em áreas limítrofes à mancha urbana dessas cidades. "in Plano Estratégico de comunicação" pag. 2 – EIA – RIMA, sendo que desses **10.715.000m2 (1.071ha.), 7.489.235 se encontram no município de ITAPEVI e 3.225.765 no município de COTIA.**

Foi possível constatar que a maioria dos lotes estava sobre colinas, morretes, morros baixos, morros altos e serrarias. E que as **Colinas e morretes na área de estudo** apresentavam altitudes entre 760m e 825m, amplitudes de 35m a 60m e declividades variáveis entre 5% e 20%.

São sustentados por granitos e gnaisses graníticos e seus produtos de alteração, cujos solos apresentam composição predominantemente granular, de natureza arenosa ou siltosa.

Quando expostos nos taludes das escavações, os solos permitem a instalação de processos erosivos de natureza laminar e linear, com a formação de sulcos e ravinas que tendem a evoluir rapidamente. "A presença de matacões no seio dos solos residuais jovens dificulta a cravação de estacas e pode provocar recalques diferenciais na fundação de estruturas apoiadas nesses solos."

EIA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia- Capítulo 4 – Meio Físico l 11 – p. 9 – 10

Segundo o EIA em seu capítulo 4, os **Morros Baixos** encontrados na área de estudo são uma forma de relevo sustentada por micaxistos, filitos e granitos, com solos residuais de natureza arenosa ou siltosa e micácea, e desenvolve vales encaixados e estreitos.

Apresenta altitudes entre 820m e 870m, amplitudes de 45m a 100m e declividades variáveis entre 20% e 40%. Também é comum, nas áreas de domínio dos granitos, a presença de matacões formados por alteração *in situ* da rocha, no seio dos solos residuais e à superfície do terreno.

As restrições à sua ocupação são sérias, considerando-se a elevada energia do relevo. A suscetibilidade dos solos aos processos erosivos laminares e lineares é baixa, salvo nos solos residuais de granito, onde esses processos se instalam com mais facilidade e evoluem rapidamente. A remoção do solo residual maduro, expondo a superfície do solo residual jovem, **facilita a instalação de erosões** nesses solos, que são muito estruturados.

As maiores declividades permitem a ocorrência de rastejos nas vertentes mais íngremes. Quando associadas a estruturas como fraturas, foliações e xistosidade com mergulhos desfavoráveis podem ocorrer escorregamentos.

EIA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia - Capítulo 4 – Meio Físico l 11 – p. 11

E que os **Morros Altos** São sustentados por granitos e xistos, e seus solos têm natureza arenosa ou siltosa, micácea. Apresenta altitudes entre 850m e 950m, amplitudes de 90m a 220m e declividades sempre superiores a 30%. Nas áreas de ocorrência de granitos, é comum a presença de matacões nos solos residuais.

Devido à elevada energia do relevo, as restrições ao seu uso são severas, podendo, até, serem considerados impróprios para ocupação em alguns casos.

A suscetibilidade dos solos aos processos erosivos lineares é alta, com a instalação de ravinas e sua rápida evolução, principalmente nos solos residuais de granito. A remoção do solo residual maduro das áreas de xistos, expondo a superfície do solo residual jovem, facilita a **instalação de erosões nesses solos**, devido à preservação da xistosidade da rocha original. Grandes possibilidades de instabilidades em taludes naturais e escavados, pelas elevadas declividades dos terrenos e presença de estruturas como fraturas, foliações e xistosidade com mergulhos desfavoráveis.

Os escorregamentos podem se intensificar, pela exposição do contato solo-rocha, saturações do solo e ocorrências de surgências de água. Presença de matacões nos solos residuais de granito, dificultando a cravação de estacas e podendo provocar recalques diferenciais na fundação de estruturas. Instabilização e quedas de blocos por descalçamento, nos taludes escavados e afloramentos rochosos.

EIA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia -Capítulo 4 – Meio Físico l 11 – p. 11- 12

"Considerando-se a extensão das áreas a serem alteradas e, de modo geral, as declividades relativamente baixas, o eventual assoreamento dos sistemas de drenagem superficial estaria mais associado a processos de erosão laminar e sendo caráter generalizado, provocando a redução gradativa da seção das canaletas e galerias, e a colmatagem das caixas hidráulicas. **Em médio e longo prazos, a consequente redução do escoamento dos sistemas de drenagem superficial pode promover inundações** ou alagamentos, os quais dificultam a circulação de veículos, e provocam a saturação dos solos, reduzindo seus parâmetros de resistência. **Por ser cumulativo, e caso apresente caráter persistente, pode atingir córregos e rios da sub-bacia do rio Barueri-Mirim (São João do Barueri)**, e do rio Cotia, estendendo-se para a AID."

"A duração do impacto é temporária, ocorrendo apenas quando houver **chuvas**[27], e se manifesta de forma localizada em alguns pontos críticos do sistema hídrico, restrito aos elementos hidráulicos do sistema de drenagem superficial ou cursos d'água.

É reversível, pois com a adoção das medidas de controle, o impacto deixa de ocorrer; pelo seu caráter cumulativo, **pode se estender por médio e longo prazo,** caso não seja controlado."

EIA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia-Capítulo 6. L. 16.

Destacando que: A movimentação de terra será de GRANDE AMPLITUDE entre a formação do arruamento e nivelação dos 3.274 lotes no total.

> "Como os lotes serão entregues limpos e nivelados, a supressão de vegetação terá como subproduto a geração de resíduos vegetais. Ainda que a maior parte da vegetação a ser suprimida apresente biomassa reduzida e que boa parte dos resíduos vegetais gerados poderá ser reaproveitada ou reintroduzida no ambiente, a supressão de 37,5 ha de matas em estágio inicial e de 16,4 ha de matas mais evoluídas resultará na formação de um grande volume de material vegetal."
> EIA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia- Capítulo 6. L. 25.

A captação dos efluentes gerados pela ETE será via Ribeirão da Estiva que possui uma vazão **Q7,10= 324 m3/hora**. Para o estudo de autodepuração foi estudado também um outro ponto de lançamento na junção do Ribeirão da Estiva com o Sapiantã com **Q7,10= 648 m3/hora.**[28]

---

27. A chuva é temporária, entretanto as consequências de difícil solução normalmente ficam para a prefeitura e munícipes.

28. As análises dos impactos ambientais precisam considerar que o empreendimento de 5.727.598,72 m^2, possui GRANDE área de expansão, considerando que a área total do proprietário é de: 10.715.000 m^2 (1.071 ha.), sendo 7.489.235 no município de ITAPEVI. A pressão de adensamento será maior sobre o município de Itapevi. Se medidas preventivas de qualificação urbanísticas forem implementadas a cidade de Itapevi poderá colher impactos positivos, caso contrário, terá problemas maiores com enchentes, infraestrutura, como também a ampliação de loteamentos irregulares de baixa renda, provocado pelo empreendimento.

Conforme consta no ESTUDO DE CONCEPÇÃO DOS SISTEMAS DE SANEAMENTO BÁSICO VILA FLORESTAL – RESERVA COTIA, p. 47- anexo 11 do EIA- Rima ALPHAVILLE URBANISMO S.A.

A rede de esgotos prevê a coleta de esgotos em todos os lotes do empreendimento e seu encaminhamento para o Sistema Isolado de Tratamento do empreendimento.

O efluente tratado será lançado na confluência do córrego do Estiva com o rio Sapiantã mas não concordamos em manter o benefício de tratamento dos efluentes somente com os novos ricos que viriam morar na região.

Antes desse novo contingente de moradores temos os antigos que precisam ser considerados e terem prioridade no atendimento do saneamento básico e reiteramos aqui que os mesmos devem participar das discussões políticas e dos processos decisivos que ditarão outros rumos no cotidiano do lugar, da paisagem e de suas feições morfológicas.

Uma vez que capacidade de escoamento resultou uma capacidade de esgotamento (Manual de Projeto de Drenagem Urbana da CETESB) em torno de 70,0 L/s, então essa capacidade foi considerada na concepção.

Como critério geral admitiu-se, em sub-bacias **sem vazão concentrada**[29], o critério de dividir a vazão total pela capacidade das bocas de lobo prevista como meio de aferir a quantidade das mesmas.

Conforme consta no Estudo de Concepção da Vila Florestal – Reserva Cotia-MICRODRENAGEM VILA FLORESTAL – RESERVA COTIA, p. 7- anexo 11 do EIA- Rima ALPHAVILLE URBANISMO S.A.

29. Não deu para entender se os cálculos da capacidade de suporte estão trabalhando com a vazão em baixa ou em alta, período de chuva ou estiagem.

Na avaliação do comportamento do barramento no amortecimento de cheias foi **realizada comparando a somatória das vazões afluentes com a efluente**. As simulações foram realizadas para várias alternativas de dimensão dos sangradouros.[30]"

Conforme consta no Estudo Técnico para Implantação de Obras Hidráulicas - Vila Florestal – Reserva Cotia– RESERVA COTIA, p. 71 - anexo 11 do EIA- Rima ALPHAVILLE URBANISMO S.A

No projeto foi importante destacar que na implantação do empreendimento, as obras hidráulicas previstas são **sete bueiros e um barramento**. Os bueiros irão possibilitar a continuidade dos cursos d'água nos pontos onde estes cruzarem com o sistema viário do empreendimento.

"Para os bueiros situados em sub-bacias não **controladas por barramentos**, será considerada a **utilização das várzeas a montante para amortecimento dos picos de cheia"**.

Como não se tratam de barramentos, não terão finalidade paisagística e um espelho d'água será formado apenas em ocasiões de precipitações específicas. **"O barramento terá por finalidade o amortecimento de cheias**, procurando minimizar **ou eliminar os efeitos derivados da urbanização da área**". [31] Como conceito geral, os estudos se embasaram na manutenção de parâmetros de Naturalização dos Cursos d'água **nas áreas de implantação do empreendimento.**[32]

Estudo Técnico para Implantação de Obras Hidráulicas - Vila Florestal – RESERVA COTIA, p. 5 - 6- anexo 11 do EIA- Rima ALPHAVILLE URBANISMO S.A

---

30. Não deu para entender se os cálculos da capacidade de suporte estão trabalhando com a vazão em baixa ou em alta no período de chuva, isso o EIA não esclarece. Nas análises e avaliações do comportamento do barramento no amortecimento das cheias carecem de estudos correlacionados com as características fisiográficas da bacia, que independem das condições climáticas, com as características pedológicas (solo), que indicarão o comportamento dos cursos d'água em função dos solos e cobertura vegetal destas bacias.

31. Se a metodologia usada responde somente parcialmente a previsibilidade dos fatos, parecem temerária as promessas de eliminação dos efeitos.

32. Os estudos hidráulicos, principalmente os de drenagem precisam considerar os efeitos sobre o Córrego da ESTIVA, pois este corre em áreas densamente povoadas e urbanizadas nas Várzeas da cidade de Itapevi.

CAPÍTULO 6 – EXPANSÃO URBANA E IMPACTOS LOCAIS

A análise desse trabalho foi pautada também nos estudos de Geografia Urbana partindo da história de São Paulo para apreender a dinâmica espacial que envolve a área de estudo. Uma vez que segundo Oliveira (apud AZEVEDO, 1958, v. II, p. 85), "Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX, a cidade de São Paulo ocupava uma área sensivelmente semelhante à dos tempos coloniais".

No século XXI cresceu de forma desordenada, se expandiu consumindo ricos espaços naturais em todas as direções e a necessidade de entender esse processo está exposto nos apontamentos de Ross quando ele assinala que

> Já, no âmbito socioeconômico, é preciso entender porque houve tão grande e acelerado processo de urbanização dessa área, sobretudo nos últimos 50 anos, e que urbanização é essa, que se prolifera indistintamente pelos mais diferentes ambientes naturais, independente dos riscos previsíveis que os seres humanos poderão correr pela inobservância de critérios técnicos para instalarem as moradias e, para o poder público implantar obras do sistema viário (ROSS, 2004, p. 183).

Tendo a preocupação com o processo dessa dinâmica espacial, Carlos expõe que O estudo de São Paulo, a vivência na metrópole, o conhecimento de "outras realidades urbanas" encaminham-nos para uma teorização sobre a (re)produção do espaço urbano, que, partindo de Cotia, tende a generalizar-se (CARLOS, 2008, p. 39).

Tomando o referencial histórico da região onde está situada a Granja Carolina, foi possível notar a existência de uma população local que guarda vínculos identitários com essa área e que se manifestam através de práticas culturais como festas de santo, folia de reis, congada, etc.

Entende-se essas manifestações como resistências culturais que possibilitam a valoração do patrimônio histórico-cultural local.

> "Essa leitura entende esses bens realmente enquanto conjuntos, a partir da relação entre o meio geográfico, natural, e os grupos humanos que ocuparam aquele solo e nele deixaram vestígios. É uma ideia que já estava implícita no decreto-lei nº. 225, de 30.11.37, que previa a reunião dos três valores em um só livro (arqueológico, etnográfico e paisagístico), e também no anteprojeto de Mário de Andrade, quando se referia às "artes arqueológicas e ameríndias". Nessa perspectiva, a história das cidades não se resume mais à história de sua arquitetura, mas abrange todas as adaptações feitas pelo trabalho humano sobre o ambiente, de modo a adequá-lo a seu projeto..." (FONSECA, 2005, p. 199).

Várias linhas de investigação contribuíram para os estudos do patrimônio cultural enquanto bens materiais produzidos, que circunscreviam culturas passadas ou presentes, de modo a lhes conferir identidade e legitimação.

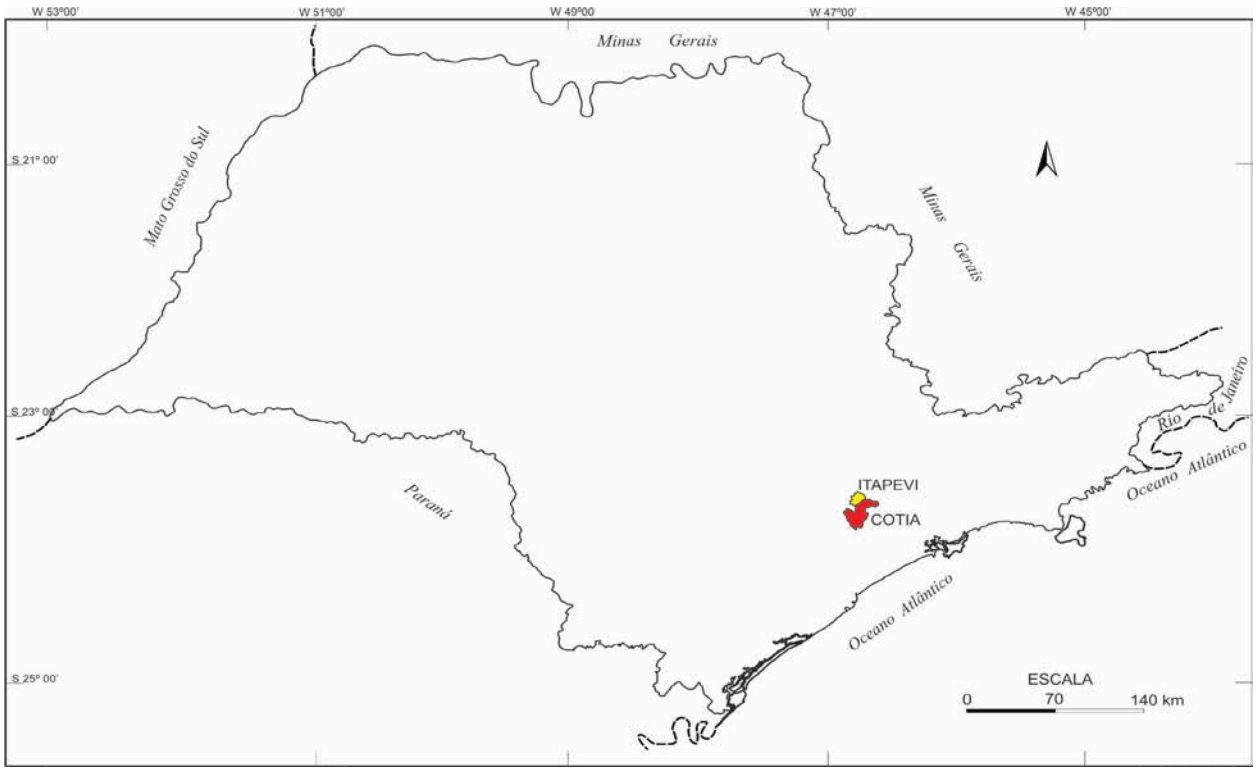
> "Mais do que um sinal diacrítico a diferenciar nações, grupos étnicos e outras coletividades, a categoria patrimônio, em suas variadas representações, parece confundir-se com as diversas formas de autoconsciência cultural." (GONÇALVES, 2003, p. 29).

Nesse sentido, entende-se que o reconhecimento e valoração do patrimônio natural e cultural pela população residente no entorno da área de estudo pode constituir elemento importante para a preservação do mesmo.

A área de estudo está localizada no setor oeste da capital paulistana entre os km 34 e 36 da Rodovia Raposo Tavares, área está inserida no Planalto Atlântico de São Paulo, nos municípios de Cotia e Itapevi, Região Metropolitana de São Paulo. A área (de acordo com o Plano de Trabalho – EIA/RIMA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia, 2007, p. 19), está localizada

> [...] na sub-bacia do rio Juqueri-Mirim ou São João do Barueri e pequeno trecho da sub-bacia do Rio Cotia, ambos afluentes da margem esquerda do rio Tietê, inserida no Planalto Paulistano. A região é constituída por gnaisses-granitóides, xistos e migmatitos, que sustentam relevos de morros com altitudes de 850 a 900m e relevo de morrotes com altitudes de 750 a 850m, sobre os quais ocorrem sedimentos terciários. As sub-bacias dos rios Juqueri-Mirim ou São João do Barueri e Cotia são integrantes da Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Alto Tietê – UGRHI 06. (In: Plano de Trabalho para elaboração do EIA/RIMA, 2007, Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia - Processo SMA 13. 536/07 de responsabilidade da empresa Alphaville Urbanismo S/A).

Figura 40- Localização da área de estudo



Fonte: Elaborado por José Carlos da Silva e Gilberto Donizeti Henrique do Departamento de Geografia, Unesp Rio Claro, dezembro de 2012.

O Planalto Paulistano apresenta diferentes tipos e categorias de elementos naturais dominantes na paisagem e constitui um compartimento geomorfológico com feições topográficas variadas, caracterizando um relevo com planícies aluviais, colinas, morros e serras de traçado linear.

A disposição espacial e o detalhamento da compartimentação do relevo encontrados na região são de grande importância em estudos das condições ambientais, em áreas submetidas a impactos decorrentes das atividades de terraplanagem, uso e ocupação do solo via especulação imobiliária, sendo que os maiores problemas estão associados à ocorrência de processos erosivos superficiais, devido à alta susceptibilidade a erosão nos solos superficiais e à declividade acentuada das encostas, além de escorregamentos localizados induzidos por movimentos de terra (Plano de Trabalho – EIA/RIMA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia, 2007, p. 19).

Figura 41. Congestionamento na Rodovia Raposo Tavares

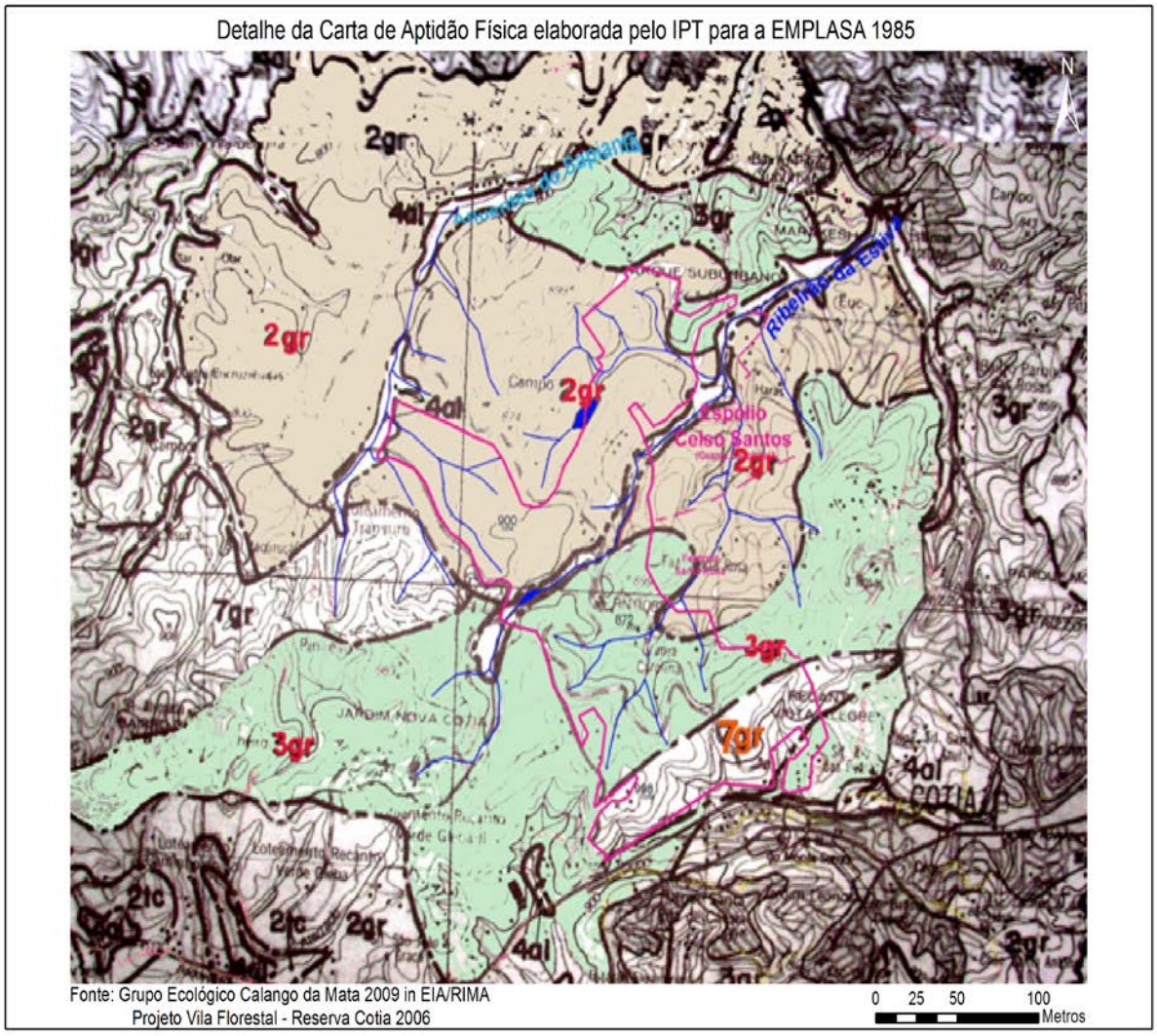


Um dos problemas que advém do processo de urbanização sem planejamento adequado. A foto denota um acidente de carro e a total paralização da única via de acesso aos bairros interiores da cidade de Cotia. Disponível em: http://toninhokalunga.blogspot.com.br/2011_12_01_archive.html.

Nessa região se apresenta uma considerável composição vegetal nos setores de morros e morrotes (AB' SÁBER, 2003) que se inclinam em direção a Sorocaba e São Roque, constituindo um conjunto morfológico e paisagístico de extrema importância e barreira natural contra os avanços do tecido urbano. Segundo (SANTOS, 2000, p. 4)" O Município de Itapevi encontra-se acoplado ao Planalto Paulistano, geralmente descrito como área de relevo suavizado, desfeito em morros e espigões que são divisores de altura modesta".

Nesse sentido, a área pertencente à Itapevi possui características geológicas que inspiram cuidados nos atributos de uso e ocupação do solo, segundo carta da EMPLASA (Figura 42), causando recorrentes problemas aos moradores. A esse respeito, Ab'Sáber em seu livro "Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo", destaca as condições naturais sobretudo o relevo, como fator que obrigou muitas cidades a adaptar sua estrutura urbana às imposições da topografia local.

Figura 42. Destacamos os tipos de solo no Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia



Detalhe da carta de aptidão física elaborada pelo IPT para a EMPLASA 1985.

3gr - Áreas passíveis de ocupação com sérias restrições (granito e gnaisses). Condições topográficas desfavoráveis em muitos setores de encostas que impõem **diretrizes rígidas de projeto e implantação.**

2gr - Áreas com restrições localizadas (granitos e gnaisses). Condições topográficas predominantemente favoráveis com alguns setores problemáticos (declividades maiores que 30% e cabeceiras de drenagens) que **exigem cuidados especiais de projeto e implantação.**

7gr - **Áreas com severas restrições** (granito e gnaisses). Amplitudes e declividades elevadas, dificultando as condições de acesso às áreas potencialmente ocupáveis nos topos de morros (in EIA Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia, Adaptado por SILVA, 2012).

Para Oliveira (2012), a metropolização (OLIVEIRA e SILVA, 2013) talvez seja um dos fenômenos mais característicos da Modernidade. Ainda que as grandes aglomerações nos períodos primitivos e medievais possuam expressividade historiográfica para o entendimento da cidade, a urbanização - sobretudo nos séculos XIX e XX, como já apontava Deffontaines (1944) com a constituição no Brasil da rede de cidades, - exibe aspectos singulares e complexos que demanda uma reflexão mais retida desse fenômeno dinâmico (OLIVEIRA, 2012).

Esta situação é observada de forma peculiar no espaço geográfico, ou seja, ela não é, nem foi simultânea, tão pouco se desenvolveu da mesma maneira na superfície do planeta. Desta forma, entender a especificidade da metropolização na constituição das grandes cidades (DEFFONTAINES, 1944) e na materialização da vida cotidiana é um passo fundamental, mas ainda distante, para um entendimento verdadeiro de seus problemas e de suas potencialidades.

No caso da área em questão, deverão ser estudadas em trabalhos futuros as formas de organização e apropriação do espaço no âmbito da especulação imobiliária, envolvendo os setores políticos dos municípios de Cotia e Itapevi, visto que as ações políticas denotam mudanças extremas no meio geográfico alterando drasticamente o padrão espacial paisagístico (SILVA, 2013).

De acordo com Santos (1996), [...] "cada padrão espacial não é apenas morfológico, mas, também, funcional" (SANTOS, 1996, p. 77). Todavia, para Silva (2010, 2013) é de suma importância um estudo sobre as áreas de remanescentes da Mata Atlântica onde se insere a Granja Carolina, pois o padrão espacial morfológico tende a sofrer as variações impostas pelos novos objetos criados para atender demandas especulativas.

Nessas áreas (AB' SÁBER, 2003) existem padrões de paisagem sensivelmente diferenciados [...] que devem ser considerados como subconjuntos participantes do mosaico global (AB' SÁBER, 2003, p. 23).

A área de estudo constitui um conjunto morfológico e paisagístico de extrema importância e como barreira natural contra os avanços do tecido urbano que tendem a corroer estes espaços através da especulação imobiliária, espaços compostos de ricos Patrimônios Culturais e Naturais que a priori, deveriam ser preservados e que vem sofrendo uma série de interferências pelas novas geografias criadas pelos sistemas de objetos (SANTOS, 1996).

Ab`Sáber (2003) já chamava a atenção para os pequenos quadros de exceção apresentados pelos diferentes tipos de vegetação sacrificados para a implantação de sistemas agrários ou urbanos sem os devidos estudos em maior profundidade, apesar dos avanços na ciência e o período tecnológico que vivemos.

Para Milton Santos (1985) este seria o período tecnológico da história, traduzido como técnico-científico-informacional, que teria poder de alterar profundamente a organização produtiva global, por meio de articulação profunda das ciências, das técnicas e dos meios de informação (OLIVEIRA e SILVA, 2013). Segundo ele, "a tecnologia de comunicação permite inovações que aparecem, não apenas juntas e associadas, mas também para serem propagadas em conjunto." (SANTOS, 1985, p. 27).

Nos limites entre os dois municípios, considerando suas particularidades para a organização e a regulação do espaço, o uso do território e o grau de vulnerabilidade a que estão sujeitos, os municípios foram também abordados de forma a se compreender as dinâmicas desse espaço.

Ainda que se tenha iniciado o processo de proteção pela tentativa de tombamento da área, (CONDEPHAAT – protocolo 01450-2003, guichê 00849), não houve até o momento uma investigação sobre os anseios e as percepções da paisagem pela sociedade, pela população local sobre essas áreas (SILVA, 2013).

No entanto é muito difícil balizar essas questões de entendimento da dinâmica territorial, do espaço e das relações sociais, ainda mais colocando no cerne da discussão as questões relativas à diferenciação regional das cidades com o conceito de paisagem, de percepção paisagística e das questões ambientais em tempos de crise econômica e de mudança no novo Código Florestal.

A questão do Código Florestal merece destaque nesse trabalho porque o prof. Aziz vinha apontando a necessidade de se criar um Código da Biodiversidade, ideia que compartilhamos amplamente, pois nas palavras do próprio professor: "Pressionar por uma liberação ampla dos processos de desmatamento significa desconhecer a progressividade de cenários bióticos, a diferentes espaços de tempo futuro. Favorecendo de modo simplório e ignorante os desejos patrimoniais de classes sociais que só pensam em seus interesses pessoais, no contexto de um país dotado de grandes desigualdades sociais".

O prof. Aziz faz uma análise muito lúcida do que está por trás desse novo Código Florestal de autoria do nefasto Aldo Rebelo e seus correligionários do Congresso que defendem claramente outros interesses que não é o interesse difuso e sim particular de (Ab'Sáber) cidadãos de classe social privilegiada, que nada entendem de previsão de impactos. Não tem qualquer ética com a natureza. Não buscam encontrar modelos técnico-científicos adequados para a recuperação de áreas degradadas.

Para um maior entendimento da questão publicamos no final deste trabalho um parecer do prof. Aziz sobre o Código Florestal e a proposta da criação de um Código da Biodiversidade, pois essa situação se constitui num estímulo para a análise desse processo de transformação levando em conta a grande velocidade dos aspectos regionais.

Estamos considerando a real necessidade de entender as questões relativas ao patrimônio no âmbito regional, estabelecendo para a geografia uma posição de força ante o desafio dessa compreensão na era da globalização, uma vez que "[...] No sistema urbano há, por conseguinte, tendência crescente à diferenciação e à complexificação. As cidades são cada vez mais diferentes umas das outras" (SANTOS, 1994, p. 124).

Sendo diferentes devido aos objetos criados que atendem a uma ordenação imposta em outras localidades - ordens que vêm de fora -, as novas configurações estarão amarradas aos sistemas de engenharia implantados de modo que essas diferenciações poderão ser vistas através dos diversos graus de organização do território (SANTOS, 1994, p. 124). É de diversas formas que as épocas e períodos vão se distinguindo umas das outras e

> Ao longo do tempo, um novo sistema de objetos responde ao surgimento de cada novo sistema de técnicas. Em cada período, há, também, um novo arranjo de objetos. Em realidade, não há apenas novos objetos, novos padrões, mas, igualmente, novas formas de ação (SANTOS, 1996, p. 77).

Com essas novas formas de ação e o conjunto de técnicas na conformação do território no processo de desenvolvimento, as áreas urbanas são vistas como espaços mortos do ponto de vista ambiental conforme cita o autor: [...] as metrópoles, as cidades e as áreas urbanas têm sido ainda pouco consideradas nos seus aspectos ambientais (MONTE-MÓR, 1998, p. 174).

> A importância da questão ambiental metropolitana no centro da dinâmica urbano-industrial contemporânea e da questão ambiental em seu sentido global recolocam necessariamente a discussão para além das cidades, atingindo o conjunto dos espaços urbanizados [...] (MONTE-MÓR, 1998, p. 178).

Na figura 41 apresentamos a área de estudo delimitada, pressionada pelo avanço da mancha urbana promovido pela especulação imobiliária e pela tentativa de implantação de nova configuração espacial pela empresa Alphaville S/A.

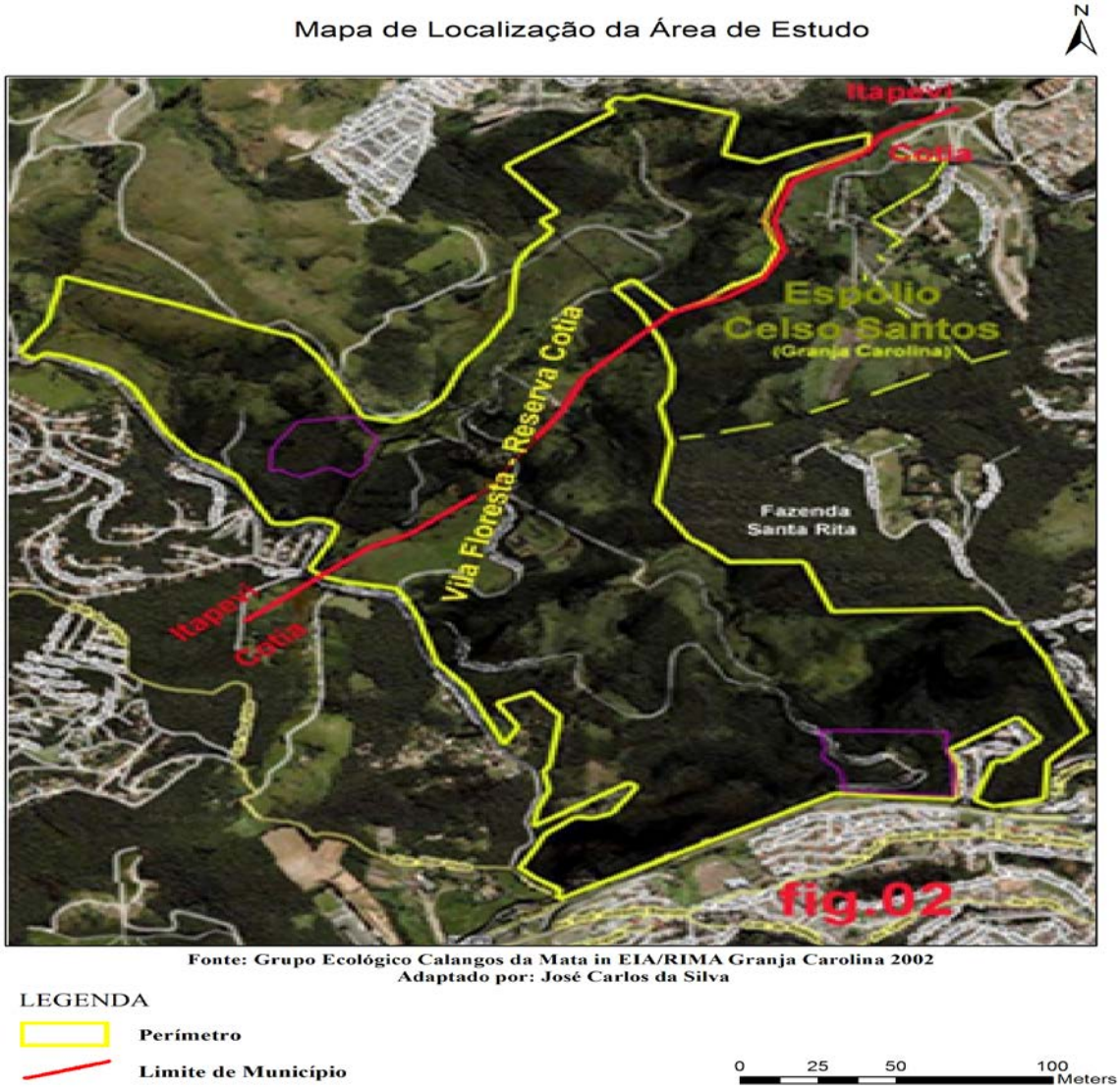
Em meio a esse rearranjo de objetos e novas interferências no meio geográfico, reiteramos que a conservação do patrimônio histórico e cultural é importante para todo o conjunto da sociedade.

Além disso, com o processo de metropolização pouco tem restado materialmente de bens e elementos característicos dos antigos regimes de tempo-espaço, que caracterizam a matriz da formação territorial brasileira (OLIVEIRA e SILVA, 2013), impressos na paisagem. Essas relações vão se deteriorando e perdendo suas principais características.

> O conjunto das relações existentes na experiência do "vivido" inscreve-se e imprime-se em uma mesma paisagem, permitindo a construção de lugares de natureza subjetiva, não material, não tangível, porém, percebidos como parte da realidade ambiental vivenciada cotidianamente a partir de processos simultâneos de interpenetração e interação (GUIMARÃES 2002; 2007 apud GUIMARÃES, 2012, p. 48).

No entanto esse processo de interação, das relações entre as pessoas e a cidade vai perdendo espaço resultando na perca da qualidade de vida. Fica claro que a deterioração de um lugar se inicia com a deterioração das relações entre as pessoas e a cidade. A noção de pertencer a um lugar onde vive a "cumadre", onde vive o "cumpadre" vai sendo destruída e seus habitantes vão perdendo os vínculos e a identidade com o lugar.

Figura 43. Mapa de localização da área de estudo adaptado por Silva, 2012.



A qualidade de vida - com suas implicações sobre o resgate do valor de uso do espaço urbano e do sentido social da propriedade – aparece ainda por demais timidamente nos debates urbano-ambientais nestes tempos de crise econômica. De fato, o sentido mercantil dominante da produção e organização do espaço no capitalismo, expresso no valor de troca imputado ao solo (urbano, no caso), se agudiza em tempos de crise quando a reserva de valor se impõe como artifício de acumulação e sobrevivência, acentuando seu caráter de elemento central na reprodução das relações sociais de produção e do próprio capitalismo (LEFÊBVRE, 1976, Apud MONTE-MÓR, 1998, p. 174).

CAPÍTULO 7. CONSIDERAÇÕES SOBRE O EIA-RIMA E AS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

Durante a década de 1970, o governo brasileiro – em parte devido ao impacto político da Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano, realizada em junho de 1972, em Estocolmo, Suécia; em parte devido ao próprio estado crítico de degradação ambiental que algumas áreas do país começavam a revelar – deu início ao desenvolvimento de uma linha de política pública (e à montagem dos correspondentes arranjos administrativos necessários à sua implementação), voltada para a conservação do meio ambiente, a partir de uma perspectiva moderna.

A criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente – SEMA – (1973), o estabelecimento de uma série de Unidades de Conservação (Parques Nacionais, Reservas Biológicas, Estações Ecológicas), e os primeiros estudos para a formulação de uma política de meio ambiente de alcance nacional são indicadores objetivos dessa orientação.

No início da década de 1980, foi instituído o Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA – e definidos os principais instrumentos de uma política global relativa a essa área, já orientada, porém, para uma execução descentralizada, repartição de responsabilidades sobre o meio ambiente entre as três esferas de governo e a participação da sociedade civil.

Nos anos seguintes, com a redemocratização do país (1985), a atividade crescente dos movimentos sociais ambientalistas e a nova força exercida por esses movimentos sobre a política internacional e o mercado, fizeram com que também crescesse no Brasil o reconhecimento de que um processo de desenvolvimento eficiente a longo prazo só poderia ser alcançado através da utilização coerente dos recursos ambientais – os naturais e os socialmente construídos.

Até 1988, a área de meio ambiente já tinha emergido como objeto de análise política, institucional e estratégica; uma entidade federal, a Secretaria Especial do Meio Ambiente, órgão central do SISNAMA, estava funcionando havia cerca de 15 anos, um Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente havia sido criado e extinto, a maioria dos estados da Federação haviam instalado, com maior ou menor *status* organizacional, o seu órgão de controle ambiental e editado alguma legislação específica, aplicável em sua área de jurisdição.

Entretanto, o Sistema Nacional do Meio Ambiente ainda não havia se estabelecido como uma unidade orgânica. A área ambiental não havia ainda definido sua fronteira de atuação, havia vácuos de competência por um lado e conflitos de jurisdição por outro.

Faltavam recursos para a implementação de ações relativamente simples, assim como faltavam capacitação institucional, recursos materiais e tecnológicos, metodologias e instrumentos até mesmo para a aplicação eficaz da legislação existente.

Nesse ano, contudo, o "direito de todos a um meio ambiente sadio" adquiriu sede constitucional e foi criado e instituído o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA – vinculado ao Ministério do Interior e a consolidação do Ministério Público nas esferas Municipal, Estadual e Federal contribuíram para o enfrentamento dos principais desafios na área ambiental e de questões relacionadas.

Assim, somente com o advento da Constituição de 1988, o Ministério Público passou a ter uma atuação de grande relevância no âmbito extrajudicial, especialmente com a finalidade de garantir a efetivação dos direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, atuando em diversas áreas, como na defesa do meio-ambiente, na defesa dos direitos do consumidor, na defesa dos direitos dos idosos e das pessoas com deficiência, da criança e do adolescente, entre diversos outros.

As leis nos 7.347/85, 8.625/93, dentre outras, trouxeram a possibilidade do Ministério Público resolver algumas questões sem a necessidade de um processo judicial, através da expedição de uma Recomendação ou da celebração de um Termo de Ajustamento de Conduta.

Dentro desse contexto, surge a possibilidade da realização de Audiência Pública pelo Ministério Público, visando promover amplo debate sobre matéria relevante, comportando sua realização sempre que estiver em jogo o direito coletivo.

Assim, trata-se de importante instrumento de que o Ministério Público dispõe como mecanismo de realização de sua missão institucional de divulgar e realizar a coleta de informações, sugestões e outros elementos que viabilizem o tratamento adequado aos conflitos e, consequente, solução.

Com o intuito de contribuir com a busca constante da excelência no trabalho do Ministério Público, e sem nenhuma pretensão de construir um manual, apresentamos anotações práticas como orientação mínima sobre os procedimentos básicos para realização de uma audiência pública pelo Ministério Público e pelos demais segmentos e atores sociais em conformidade com a legislação vigente.

A possibilidade de realização de audiência pública por parte do Ministério Público está prevista na Lei 8.625/93, precisamente em seu art. 27, inciso IV.

Art. 27. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

(...) Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências: (...)

Promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

A audiência pública é o mecanismo pelo qual os cidadãos e as entidades civis podem colaborar com o MP no exercício de suas finalidades institucionais, participando da defesa dos interesses transindividuais.

Para tanto, necessário é garantir amplo debate acerca do tema. Dessa forma, além dos membros do MP e das pessoas convidadas nominalmente para o ato, poderão participar representantes de associações civis, entidades sindicais, universidades, faculdades, autoridades públicas, especialistas, peritos, técnicos e qualquer outra pessoa que tenha interesse no objeto da audiência, uma vez que o rol não é taxativo.

Salienta-se que a participação nos debates pressupõe prévia inscrição, conforme regulamento.

Reiterando, a **Audiência Pública** é um encontro feito na comunidade com a **participação da população**, a fim de buscar opiniões e **soluções para as demandas sociais** e ter acesso à resposta de pessoas públicas. Quando a comunidade é muito grande, normalmente a audiência é conduzida por pessoas de maior influência local, tomando o papel de porta-voz das demais opiniões. Mas ela também pode ocorrer em subgrupos, a fim de se discutir um assunto com maior profundidade.

Esse tipo de reunião existe para que todas as pessoas de uma comunidade possam participar do controle da **Administração Pública**. Como uma forma de exercício de cidadania, ela possibilita a troca de informações quando uma decisão afeta direitos coletivos.

A convocação de uma audiência pode ser feita pelos mais diversos motivos, dentro de diferentes segmentos, como meio ambiente, licitações, contratos administrativos, permissão de serviços públicos, dentre outros assuntos. Prevista pela legislação brasileira, pode antevir a realização de uma função administrativa e serve como subsídio para o processo legislativo e judicial.

Para que seja realizada uma audiência, é preciso que haja um **requerimento ao presidente** de uma Comissão Técnica. Deve partir de um deputado integrante ou ainda de uma entidade inclinada a debater o assunto de interesse público, relativo à atuação desta Comissão. Antes de ocorrer, **deve haver aprovação do Plenário**.

A **audiência é obrigatória** quando for solicitada pelo Ministério Público, por uma entidade civil ou ainda por 50 ou mais cidadãos. Quando há a solicitação, é publicado um **edital de convocação**, podendo também ser feita uma correspondência aos que tiverem solicitado e aos agentes sociais necessários. Participam, ao todo, o público interessado, um representante legal, a equipe da Comissão solicitante e um representante público.

Por ser uma atividade de consultoria, as manifestações ocorrem de forma oral ou escrita, em pequenos ou grandes grupos de discussão. Ao fim, as propostas são encaminhadas ao órgão responsável, ao qual caberá a aprovação.

Todo grande empreendimento pode gerar impactos no meio ambiente urbano. Esses impactos podem afetar a vegetação, o trânsito, as redes de infraestrutura, os serviços urbanos, as condições de tranquilidade e segurança de determinada localidade, alterando a qualidade de vida da população de maneira positiva ou negativa.

Para que os efeitos negativos sejam tratados e os positivos sejam potencializados é realizado o licenciamento ambiental do empreendimento, sendo a Audiência Pública parte integrante desse processo.

A Audiência Pública é, no processo de licenciamento ambiental, um importante instrumento de participação popular referido nas resoluções de n° 001/86 e 009/87 do Conselho Nacional do Meio Ambiente/ CONAMA, pela Deliberação Normativa n° 12/94, de 13 de dezembro de 1994, do Conselho Estadual de Política Ambiental/COPAM e pela deliberação normativa n° 39/02, de 26 de fevereiro de 2002 do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM.

As Audiências Públicas são consideradas peças fundamentais no processo de Avaliação de Impacto Ambiental. Devido ao seu caráter consultivo/informativo, essas reuniões são públicas e discutem sobre a construção, ampliação e o funcionamento de empreendimentos públicos ou privados que possam causar interferências no meio ambiente.

Esses eventos informam e elucidam as dúvidas acerca do projeto apresentado, tratam sobre as ações sugeridas pelo empreendedor para minimizar e compensar os impactos negativos decorrentes da implantação daquele empreendimento que pretende ser licenciado.

Poderão solicitar a realização de Audiências Publicas: o Poder Público Municipal, Estadual, o Ministério Público Federal ou o Ministério Público Estadual, as entidades civis sem fins lucrativos (constituídas há mais de um ano) e grupos de 50 ou mais cidadãos.

7.1. O EIA/RIMA, O LICENCIAMENTO E A AVALIAÇÃO AMBIENTAL.

O processo de avaliação de impacto ambiental é revestido de caráter público. Nesse sentido, incorpora a participação social, por meio da realização de consultas públicas que balizam o processo decisório sobre a viabilidade ambiental de empreendimentos e atividades potencialmente poluidores.

A audiência pública é a forma de consulta pública usual no processo de licenciamento e tem por objetivo a divulgação para a sociedade das informações sobre o projeto e discussão do RIMA, Relatório de Impacto Ambiental, que reflete as conclusões do EIA/Estudo de Impacto Ambiental.

Dependendo do tipo de empreendimento e seu impacto, podem ser realizadas uma ou várias audiências públicas com a finalidade de informar, esclarecer e coletar subsídios junto à sociedade sobre o empreendimento ou atividade em processo de licenciamento.

Em relação ao Licenciamento e Avaliação Ambiental, o Ministério do Meio Ambiente tem como objetivo subsidiar a formulação de políticas, normas e estratégias para a implementação de programas e projetos em:

-avaliação ambiental estratégica;

- a avaliação de impacto ambiental e licenciamento ambiental;

- o acompanhamento da gestão ambiental de empreendimentos do setor de infraestrutura;

- o desenvolvimento de novos instrumentos de gestão e planejamento ambiental, inclusive para o setor de infraestrutura;

- o desenvolvimento de padrões, normas e técnicas de controle e gestão ambiental;

- atuar no apoio à ampliação do uso de alternativas energéticas ambientalmente adequadas.

7.2. O QUE É EIA/RIMA – ESTUDO E RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

De acordo com a Resolução Conama de 1986: "impacto ambiental é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente afetam":

I. a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II. as atividades sociais e econômicas;

III. a biota;

IV. as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V. a qualidade dos recursos ambientais.

7.2.1. EIA-ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL

A RESOLUÇÃO CONAMA Nº 001/86 define que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é o conjunto de estudos realizados por especialistas de diversas áreas, com dados técnicos detalhados. O acesso a ele é restrito, em respeito ao sigilo industrial.

No artigo 6° dessa resolução, define que o EIA desenvolverá as seguintes atividades técnicas:

I - Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

a) o meio físico - o subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos d'água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas;

b) o meio biológico e os ecossistemas naturais - a fauna e a flora, destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente;

c) o meio socioeconômico - o uso e ocupação do solo, os usos da água, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a potencial utilização futura desses recursos.

II- Análise dos impactos ambientais do projeto e de suas alternativas, através de identificação, previsão da magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando: os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médio e longo prazo, temporários e permanentes; seu grau de reversibilidade; suas propriedades cumulativas e sinérgicas; a distribuição dos ônus e benefícios sociais.
III - Definição das medidas mitigadoras dos impactos negativos, entre elas os equipamentos de controle e sistemas de tratamento de despejos, avaliando a eficiência de cada uma delas.
IV - Elaboração do programa de acompanhamento e monitoramento (os impactos positivos e negativos, indicando os fatores e parâmetros a serem considerados).

7.2.2. RIMA – RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

O relatório de impacto ambiental RIMA, refletirá as conclusões do estudo de impacto ambiental (EIA). O RIMA deve ser apresentado de forma objetiva e adequada a sua compreensão. As informações devem ser traduzidas em linguagem acessível, ilustradas por mapas, cartas, quadros, gráficos e demais técnicas de comunicação visual, de modo que se possam entender as vantagens e desvantagens do projeto, bem como todas as consequências ambientais de sua implementação. Dessa forma, o Relatório de Impacto Ambiental deverá conter os seguintes itens:

I - Os objetivos e justificativas do projeto, sua relação e compatibilidade com as políticas setoriais, planos e programas governamentais;

II - A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas, e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnica operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados;

III - A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto;

IV - A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação;

V - A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando as diferentes situações da adoção do projeto e suas alternativas, bem como com a hipótese de sua não realização;

VI - A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderam ser evitados, e o grau de alteração esperado;

VII - O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos;

VIII - Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões e comentários de ordem geral).

7.3. ATIVIDADES QUE EXIGEM O EIA/RIMA

De acordo com o artigo 2° da Resolução Conama, a elaboração de estudo de impacto ambiental (EIA) e respectivo relatório de impacto ambiental (RIMA), a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, devem ser realizados para o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente, tais como:

I - Estradas de rodagem com duas ou mais faixas de rolamento;
II - Ferrovias;
III - Portos e terminais de minério, petróleo e produtos químicos;
IV - Aeroportos, conforme definidos pelo inciso 1, artigo 48, do Decreto-Lei nº 32, de 18.11.66;
V - Oleodutos, gasodutos, minero dutos, troncos coletores e emissários de esgotos sanitários;
VI – Linhas de transmissão de energia elétrica, acima de 230KV;
VII - Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;
VIII - Extração de combustível fóssil (petróleo, xisto, carvão);
IX - Extração de minério, inclusive os da classe II, definidas no Código de Mineração;
X - Aterros sanitários, processamento e destino final de resíduos tóxicos ou perigosos;
Xl - Usinas de geração de eletricidade, qualquer que seja a fonte de energia primária, acima de 10MW;
XII - Complexo e unidades industriais e agroindustriais (petroquímicos, siderúrgicos, cloro químicos, destilarias de álcool, hulha, extração e cultivo de recursos hídricos);
XIII - Distritos industriais e zonas estritamente industriais - ZEI;
XIV - Exploração econômica de madeira ou de lenha, em áreas acima de 100 hectares ou menores, quando atingir áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental;
XV - Projetos urbanísticos, acima de 100 ha ou em áreas consideradas de relevante interesse ambiental a critério da SEMA e dos órgãos municipais e estaduais competentes;

XVI- Qualquer atividade que utilizar carvão vegetal, derivados ou produtos similares, em quantidade superior a dez toneladas por dia;

XVII - Projetos Agropecuários que contemplem áreas acima de 1.000 ha ou menores, neste caso, quando se tratar de áreas significativas em termos percentuais ou de importância do ponto de vista ambiental, inclusive nas áreas de proteção ambiental.

7.4. A DIFERENÇA ENTRE EIA (ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL) E O RIMA (RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL).

O EIA é responsável por versar a respeito da coleta de material, análise, bibliografia (textos), bem como estudo das prováveis consequências ambientais que podem ser causados pela obra. Este estudo tem por finalidade analisar os impactos causados pela obra, propondo condições para sua implantação e qual o procedimento que deverá ser adotado para sua construção.

O RIMA é um relatório conclusivo que traduz os termos técnicos para esclarecimento, analisando o Impacto Ambiental. Este relatório é responsável pelos levantamentos e conclusões, devendo o órgão público licenciador analisar o relatório observando as condições de empreendimento.

Recebido o RIMA o mesmo será publicado em edital, anunciado pela imprensa local abrindo o prazo de 45 dias para solicitação de audiência pública que poderá ser requerida por 50 ou mais cidadãos ou pelo Ministério Público, onde após a realização de quantas audiências forem necessárias é elaborado o parecer final, podendo ser autorizado um licenciamento prévio para realização da obra ou o indeferimento do projeto.

Apresentamos essas informações acima para um maior entendimento sobre os procedimentos de uma audiência pública e para reforçar que antes de qualquer coisa precisamos entender o significado das palavras e cientes do nosso papel aqui para não somente referendarmos um projeto desenvolvimentista para as cidades de Cotia e Itapevi.

A audiência pública responde a uma exigência legal para todo projeto que cause impacto ambiental; aqui estamos tratando de Impacto e não de desenvolvimento.

Logo, neste momento da audiência pública, precisamos ter clareza de que devemos construir um novo cenário, e que não é um cenário de confronte, mas também não deve ser um cenário de esvaziamento do papel do Estado. Gostaríamos com isto acentuar que agora é o momento de cobrarmos do estado que exerça seu papel preponderante de regulamentador e fiscalizador do mercado.

Como atuais moradores, precisamos analisar quais são os efeitos do empreendimento sobre as nossas vidas cotidianas, e procurarmos focar nossas reivindicações fora do balcão de negócio, para podermos analisar a obra fora das ilusões propagandísticas e promessas do mercado. Um exercício para podermos colocar em xeque alguns valores e nos forçarmos a imaginarmos que cidade construiremos a partir desta nova situação.

Também precisamos neste momento pedir rigor no controle e análise, pois a cidade já participou ativamente de fantasias no passado, como as equivocadas políticas urbanas que resultaram nas dificuldades sociais e sanitárias que malogram grande parte da população das demais cidades ao entorno da cidade de São Paulo.

Sabemos que as grandes promessas de transformações prometidas no passado acabaram por deixar a cidade em grande desvantagem. Sabemos também que estamos atrasados, mas queremos que as novas oportunidades respondam às novas exigências ambientais e sanitárias nesses tempos de avanços tecnológicos (AB`SÁBER, 2003), para não corrermos o risco de ficarmos ainda mais atrasados.

Por fim é crucial que aqui precisamos colocar o pé no chão e entendermos que as cidades em torno de São Paulo já sofreram grande desmatamento da mata Atlântica nos últimos anos por conta da especulação imobiliária. No caso de Cotia e Itapevi não é diferente, principalmente Itapevi.

A lei da mata Atlântica é que dá as novas orientações aos órgãos de fiscalização e a Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SMA) é quem dá as licenças para a abertura de novas estradas e instalações de novos empreendimentos. Também é ela que cria incentivos financeiros para restaurar o ecossistema afetado.

Desta forma é preciso neste momento ficar atento para não gerar novos custos ambientais e usar este instrumento legal para proteger e evitar a devastação continuada da destruição no já comprometido cinturão verde de São Paulo.

E neste sentido entendemos que o EIA-RIMA e as Audiências Públicas são instrumentos para olhar mais adiante de modo a não desconsiderar os movimentos culturais e sociais inseridos no modelado paisagístico que ainda compõem um belo cenário ambiental na área de estudo, verdadeiro ajuste nos sistemas humanos e naturais.

Em outras palavras, esperamos que o poder público no uso de suas atribuições legais repensem a arquitetura das cidades com instrumentos e métodos que possam implementar verdadeiras políticas públicas nas mais diferentes áreas.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As propostas que visam o benefício de um determinado grupo de pessoas sejam de um bairro ou de uma cidade devem prioritariamente passar por uma consulta popular como estabelece os termos que caracterizam o processo de um plano diretor.

Dependendo da intervenção a ser feita no espaço territorial de uma cidade, a comunidade envolvida diretamente ou que esteja na área de influência direta (AID) e área de influência indireta (AII) do empreendimento, deveria ser convidada a dar suas contribuições, nos termos da Audiência Pública, para que o setor governamental possa colher informações e subsídios da população, assim também como colher críticas ao projeto.

Nem sempre os projetos discutidos no âmbito de uma sala ou gabinete sem a participação popular vão beneficiar a comunidade em detrimento de outros interesses, assim como os processos decisórios não devem levar em consideração somente as opiniões de parlamentares, governo local ou o setor empresarial.

O Grupo Calangos da Mata vem acompanhando a questão da Granja Carolina já há muitos anos e com o projeto anterior do Espólio Celso Santos aprendemos muitas coisas com o manuseio do EIA/RIMA, o entendimento do processo de avaliação ambiental, do licenciamento e dos procedimentos técnicos que derivam de um projeto seja ele qual for.

Nessa fase de discussão (2003) quando estávamos preparando o documento para solicitar ao CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico, o pedido de tombamento da área de estudo para maiores averiguações e estudos, fomos procurados pelo professor Dr. Aziz Ab'Sáber, (hoje falecido) que sabendo de nossa luta e do comprometimento do Grupo Ecológico Calangos da Mata nos apresentou uma proposta de documento para o qual deveríamos dar maior ênfase no pedido de tombamento de área.

Sabendo do trabalho sério que o Prof. Aziz desempenhou no processo de tombamento da Serra do Mar enquanto era presidente do CONDEPHAAT, fizemos do jeito que o Prof. ditou no telefone e escrevemos o documento o qual anexamos com o nosso e enviamos ao CONDEPHAAT, resultando na paralisação do processo de licenciamento para averiguação do CONDEPHAAT através de diligência por parte de seus colegiados.

Na época combatemos o projeto produzindo um anti-Rima que protocolamos em diversos órgãos ligados as questões ambientais, mas foi através do Ministério Público Estadual e Federal que tivemos uma melhor resposta a nossos anseios. Na verdade a Juíza do Ministério Público federal iria arquivar nosso processo e teríamos como recorrer da proposta encaminhando vistas do processo para a 4º Vara de Meio Ambiente do Ministério Público, o que foi feito imediatamente e assim pudemos garantir vistas ao processo por outros magistrados.

Assim o Ministério Público fez uma série de exigências para o empreendedor e o projeto urbanístico foi arquivado pela Secretaria do Meio Ambiente (SMA) por falta de apresentação de documentos por parte dos empreendedores.

Em 2005 a Empresa Alphaville adquiriu a área e produziu um novo projeto urbanístico muito melhor que o primeiro, mas também cometeu graves falhas ao não apresentar diversas informações claramente e até houve tentativa de manipulação de dados e informações, o que não passou despercebido por nós que tínhamos conhecimento da área.

O EIA/RIMA do projeto foi protocolado no DAIA (Departamento de Avaliação de Impactos Ambientais) em 27/12/2007, ou seja, em um período de recesso onde não haveria possibilidade de pedir vistas ao processo, pois os técnicos precisariam analisar o documento antes de encaminhá-lo à outra seção ou departamento/órgão dentro da Secretaria de Meio Ambiente.

A Empresa Alphaville já iniciou os trabalhos de forma suspeita, como se quisesse esconder algo. Mesmo assim, quando chegou o momento das audiências públicas apresentamos as várias falhas do EIA, inclusive a tentativa de omissão de informações como sete nascentes de água na área do empreendimento.

Para todos os documentos produzidos e emitidos pela equipe do EIA/RIMA foram utilizadas as cartas de aptidão física do IPT/EMPLASA, e somente na fase de produzir os mapas com as curvas de níveis e localização do empreendimento com arruamentos e desenho dos terrenos é que a empresa se utilizou de um mapa criado pela equipe sem ter como referência a carta da EMPLASA.

Nesse interim houve a tentativa de omitir sete nascentes para que o empreendimento pudesse ser localizado em áreas não úmidas, mas de verdade estariam sendo implantados justamente sobre as nascentes omissas no documento.

Como a carta de Aptidão Física da EMPLASA é referência e consta no documento certo número de nascentes na área do empreendimento, os loteadores tomaram o cuidado de criarem mais sete nascentes em locais próximos para que o número oficial de nascentes não desse uma diferença no caso de alguma contagem por parte do setor público, político ou da própria comunidade. Apresentamos abaixo a análise comparativa entre os documentos produzidos pela empresa Alphaville e a Carta de Aptidão Física da EMPLASA.

Figura 44. Tentativa de omissão de sete nascentes na área do empreendimento.

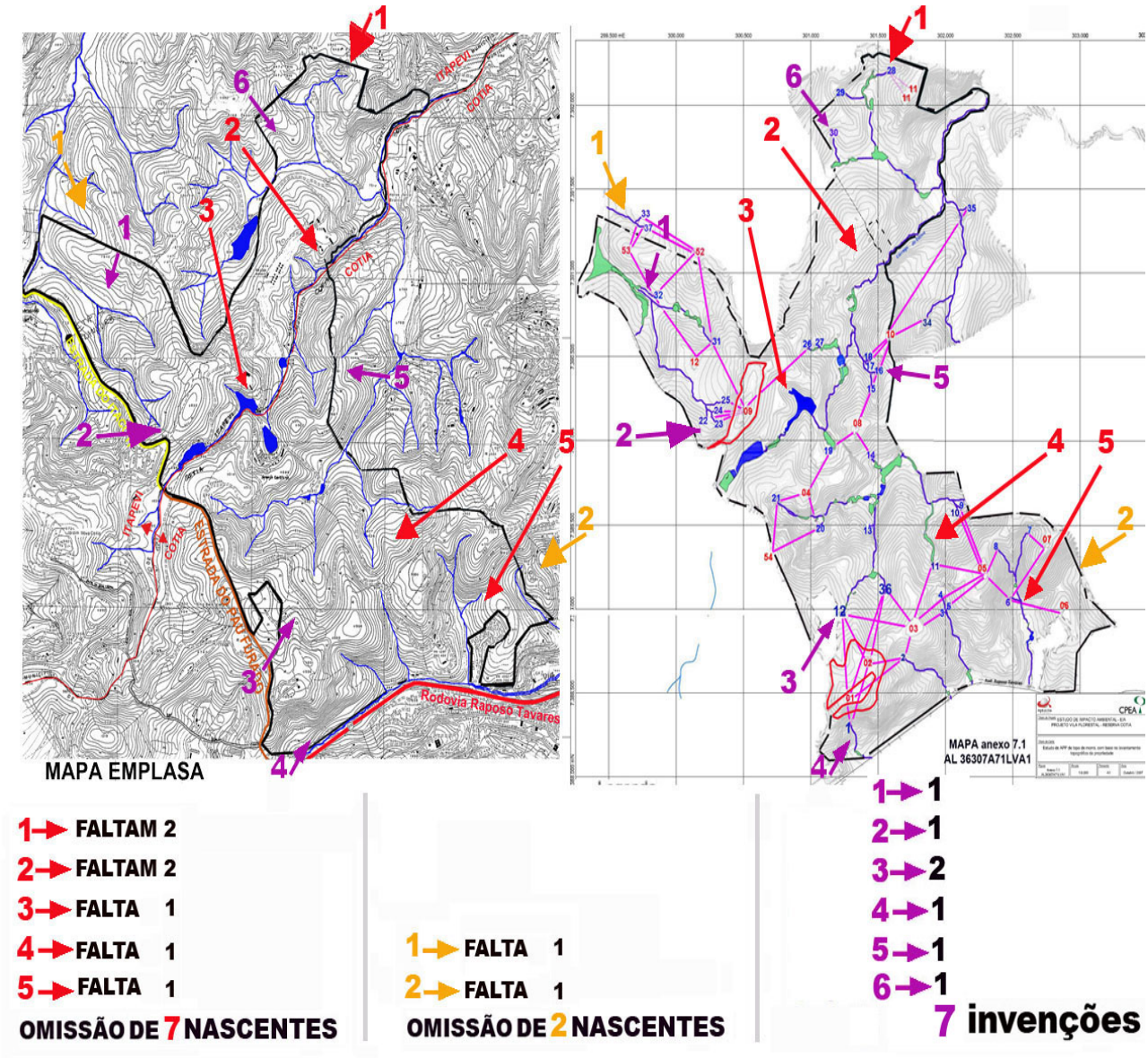


Figura 45. Sobreposição do mapa do empreendimento e da carta de Aptidão Física da EMPLASA.

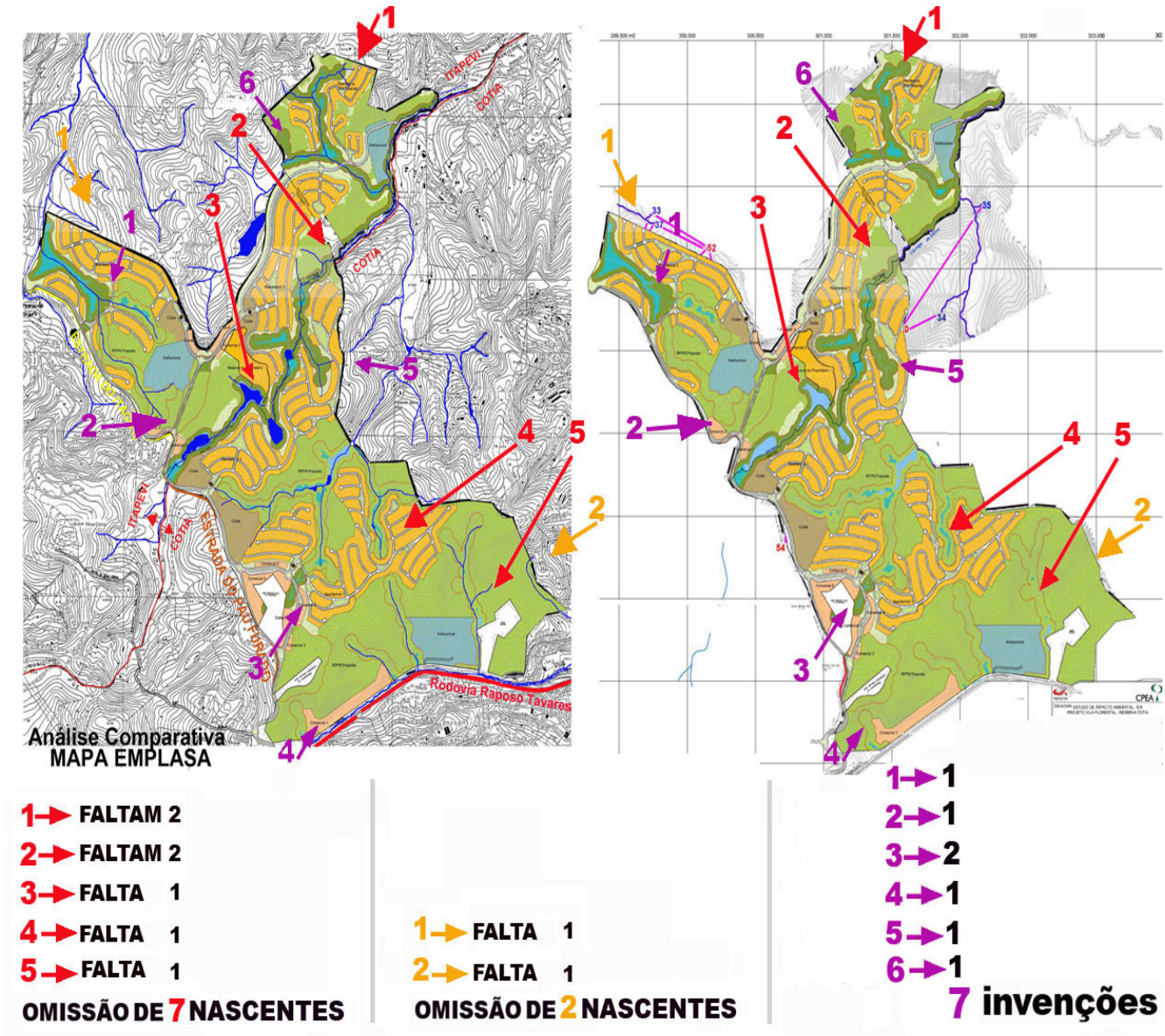
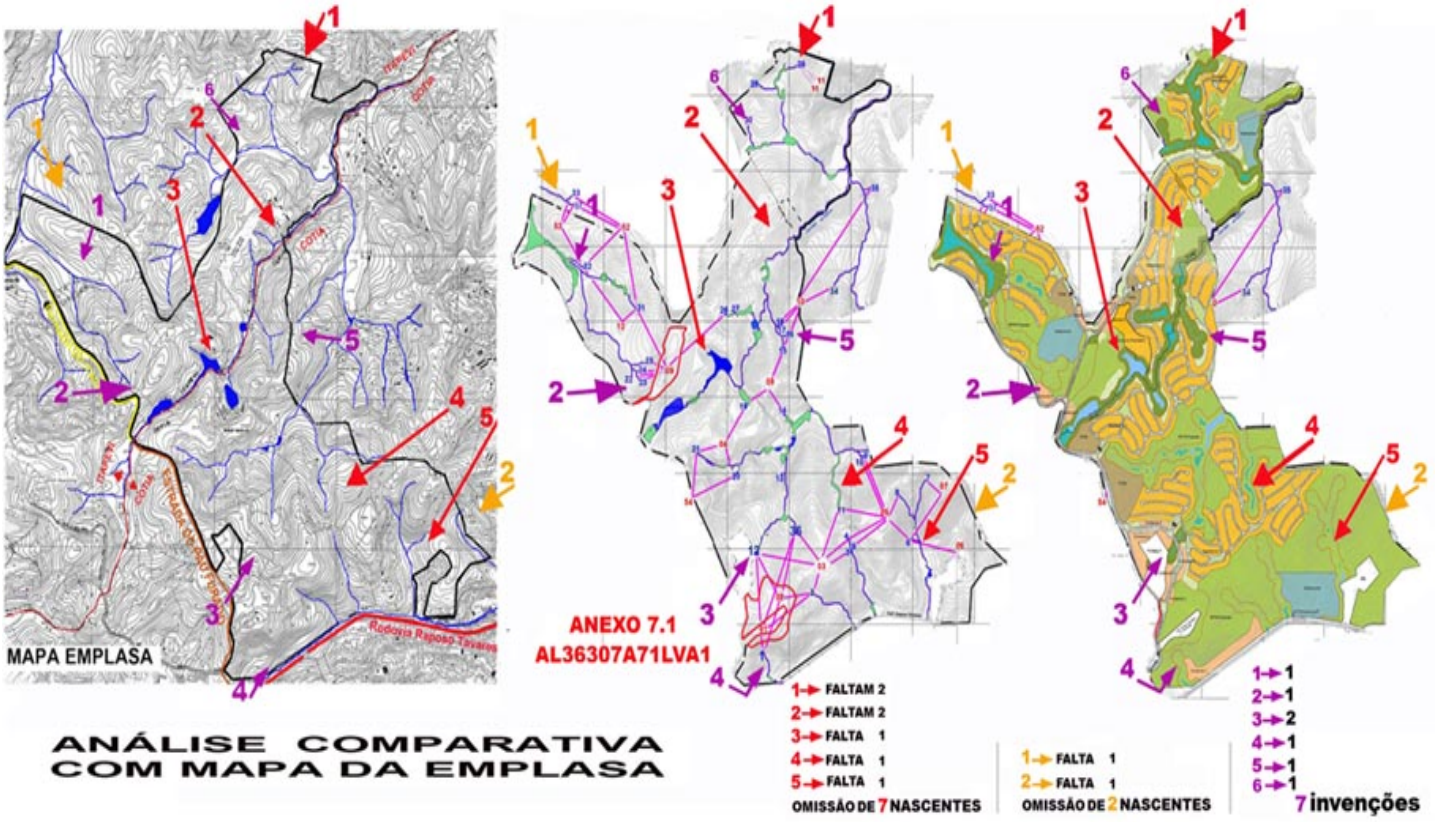


Figura 46. Análise comparativa com mapa da EMPLASA.





preservação dos maciços ambientais, os fundos de vale e os recursos hídricos locais;

Solicitamos um pedido de revisão de ao menos doze pontos no projeto e apresentamos aos órgãos de Meio Ambiente, novas denúncias de irregularidades, o que levou a Empresa a rever o projeto. As discussões prosseguem e a população esteve o tempo todo a favor de uma melhor adequação do projeto por parte dos empreendedores, o que até o presente momento não foi feito.

Enquanto esse embate acontece os municípios foram passando por mudanças estruturais em sua configuração espacial e principalmente no caso de Cotia com o advento da explosão de condomínios com a conivência do governo local que se perpetuou no poder, houve um gradativo aumento nos problemas já evidenciados por conta de políticas sem planejamento.

A falta de água para abastecimento (Ribeiro, 2004) que já se mostrava um problema grave só tem aumentado, uma vez que a Represa da Graça no Morro Grande já não atende mais as necessidades. Houve aumento da poluição, mais demandas por serviços públicos, queda na qualidade de vida da população residente de longa data na cidade, maiores problemas de saúde, demanda por escolas e demais serviços.

O trânsito na Rodovia Raposo Tavares que já era um caos total em idos de 2003, hoje se encontra praticamente intransitável por longas horas na parte da manhã e depois das 16h da tarde, nos chamados horários de pico. A novidade que já apontávamos lá atrás é que agora o trânsito não se limita mais no sentido interior – centro e sim nos dois sentidos por conta dos novos empreendimentos de serviços implantados ao longo da Rodovia Raposo Tavares.

O setor de serviços cresceu de forma desordenada e algumas aglomerações de serviços acabaram por prejudicar a dinâmica locacional das pessoas. Não há mais espaço para o cidadão que anda a pé porque os carros dominaram todo o cenário urbano e quem está de carro também não consegue se locomover porque o fluxo de veículos aumentou consideravelmente e todas as vias ficaram tomadas por veículos.

Há ruas onde não há calçadas na tentativa de aumentar o fluxo, porém as pessoas não têm onde caminhar e são obrigadas a caminharem na rua juntamente com os carros.

A cidade que já era um caos se tornou algo que ainda não sabemos denominar e exige uma intervenção por parte do poder público que traga de volta a dignidade das pessoas, o reencontro, a interação, a identificação com o lugar, com a paisagem, com os espaços de lazer, de vivência...

Só depois de muitos anos começamos a entender o que o Prof. Aziz já alertava lá atrás quando versava sobre a falta de um planejamento mais transparente e um estudo do Metabolismo Urbano das cidades para entender todos os seus fluxos e refluxos.

Essa discussão sobre o Metabolismo Urbano causava uma série de tremores por parte dos órgãos administrativos e cada vez mais era adiada uma discussão nesse sentido. São Paulo vem se afunilando a cada dia com o aumento de veículos circulando e aumento da frota sem critérios. A Rodovia Raposo Tavares já foi duplicada em alguns trechos, em vários outros houve o alargamento das faixas comendo canteiros laterais para dar vazão aos carros, mas foi inútil essa tentativa porque as obras não acompanharam o aumento dos fluxos e a Prefeitura não se mostrou eficaz na conduta da cidade.

A população sofre as mais inadmissíveis situações e desrespeito por parte da Prefeitura e a representatividade dos Vereadores se limita a aprovar cada vez mais condomínios de diversos níveis na ânsia de maiores arrecadações de impostos, sem discutir mais detidamente os problemas emergentes destas políticas de adensamento populacional e demais problemas já tão frequentes em outras cidades de diversos portes.

Estamos a repetir os erros do passado e os problemas só tem aumentado. Itapevi já vem sofrendo com enchentes a cada nova chuva porque muitos morros foram ocupados e todo o sedimento gerado vai direto para o fundo de vale que é a zona central da cidade, o que causa o transbordo do rio e consequentemente os danos a toda a população residente ao entorno.

O que assistimos atualmente é um grande jogo de interesses corporativos que tendem a corroer a opinião pública para a implantação de projetos à revelia da população, projetos que vão atender apenas aos interesses econômicos de um pequeno e seleto grupo de investidores que com a lógica da especulação (AB'SÁBER, 2003) transformam todos os espaços em mercadorias e não levam em consideração as contribuições importantíssimas que a população poderia fornecer, e assim ajudar a construir sua história do lugar e no lugar onde se encontram.

O que assistimos em qualquer cidade hoje é uma escalada da especulação e a expansão do comércio de terras e imóveis urbanos, bem como a grande importância da terra como reserva de valor, implementando e disseminando de forma voraz os problemas sócio espaciais e a deterioração cada vez mais profunda da qualidade de vida (MONTE-MÓR, 1998), o que permite identificar momentos históricos e agentes sociais de maior ou menor impacto na produção do espaço urbano.

Assim se faz necessário uma maior contribuição de estudos e subsídios da comunidade porque atualmente ainda são raros os estudos em áreas de conflito como é o caso da Granja Carolina. Há necessidade de análises eficazes que sejam balizadores de comparações com processos derivados das diversas intervenções humanas que venham direcionar a produção de instrumentos técnicos de planejamento territorial urbano.

Entre os diversos projetos urbanos implantados, o sistema viário é um dos mais importantes que se deve pensar em conjunto para evitar os constrangimentos causados pela falta de um planejamento mais participativo. Haja vista o que já ocorre na Rodovia Raposo Tavares por falta de um planejamento contundente que levou a cidade de Cotia a uma situação caótica de difícil solução.

Cotia também cresceu sem um planejamento adequado e as modalidades e fases de intervenção urbana necessitam passar por estudos de viabilidade técnica, operacional e com um grau de satisfação das comunidades envolvidas. Há necessidade de que as discussões sejam produzidas em maior escala e mais articuladas às leituras e interpretações das comunidades, o que de certa forma está inserido nos termos dos planos diretores, mas que na maioria das vezes, mesmo que sendo obrigatório por lei, é desrespeitado em muitos de seus preceitos.

A segregação e periferização seguem se reproduzindo constantemente como em um ciclo sem resolução definitiva e as cidades de Cotia e Itapevi, entre tantas outras, vem apresentando cada vez mais os problemas de deterioração de recursos naturais, paisagísticos e culturais.

Colocar esse debate na agenda da sociedade é a missão do Programa Metrópoles Saudáveis, na tentativa de lançar luzes sobre o problema, em busca de possíveis soluções, incluindo-se maior compreensão pelas comunidades com relação às situações degradantes e de risco onde há de se considerar o saber popular como forte componente de percepção social.

8. ANEXOS

ANEXO 1. Jornal que trata sobre a Granja Carolina, Jornal Cotiatododia disponível em: http://www.cotiatododia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4829:granja-carolina-risco-de-desmatamento-ainda-persiste&catid=296:meioambiente&Itemid=548 acesso em 10/12/2013.

Granja Carolina: Risco de desmatamento persiste

TER, 18 DE SETEMBRO DE 2012 14:21



Um 'fantasma' ainda ronda o dia a dia de muitos moradores de Cotia e ameaça a vida de animais e o meio ambiente: a possível construção de um condomínio em uma das poucas áreas de mata remanescentes na região central de Cotia, a chamada Granja Carolina 2.

A área tem quase 9 milhões de m² e 40% pertence à Cotia e o restante é em Itapevi. A construção de um condomínio por parte de um consórcio foi lembrado nesta semana na rede social Facebook e deu uma 'chacoalhada' em todos que temem que essa área seja devastada por mais um empreendimento imobiliário, que traria quase 20 mil moradores para a cidade e mataria fauna e flora do local.

A construção do empreendimento foi 'adiado' por tempo indeterminado, após manifestações contrárias por parte de ambientalistas. Mas, o temor de que a especulação imobiliária fale mais alto, deixa todos preocupados.

Segundo um dos membros do Conselho de Meio Ambiente de Cotia, Alex da Força, o empreendimento Projeto Vila Florestal – Reserva Cotia, se encontra na Cetesb com o status de'*aguardando manifestação de interessados'*, ou seja, *o processo não está arquivado e não houve a renúncia do empreendedor em não querer fazê-lo mais*.



Em julho de 2000, a chamada mata da Granja Carolina foi decretada 'Reserva da Biosfera' pela Unesco (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).

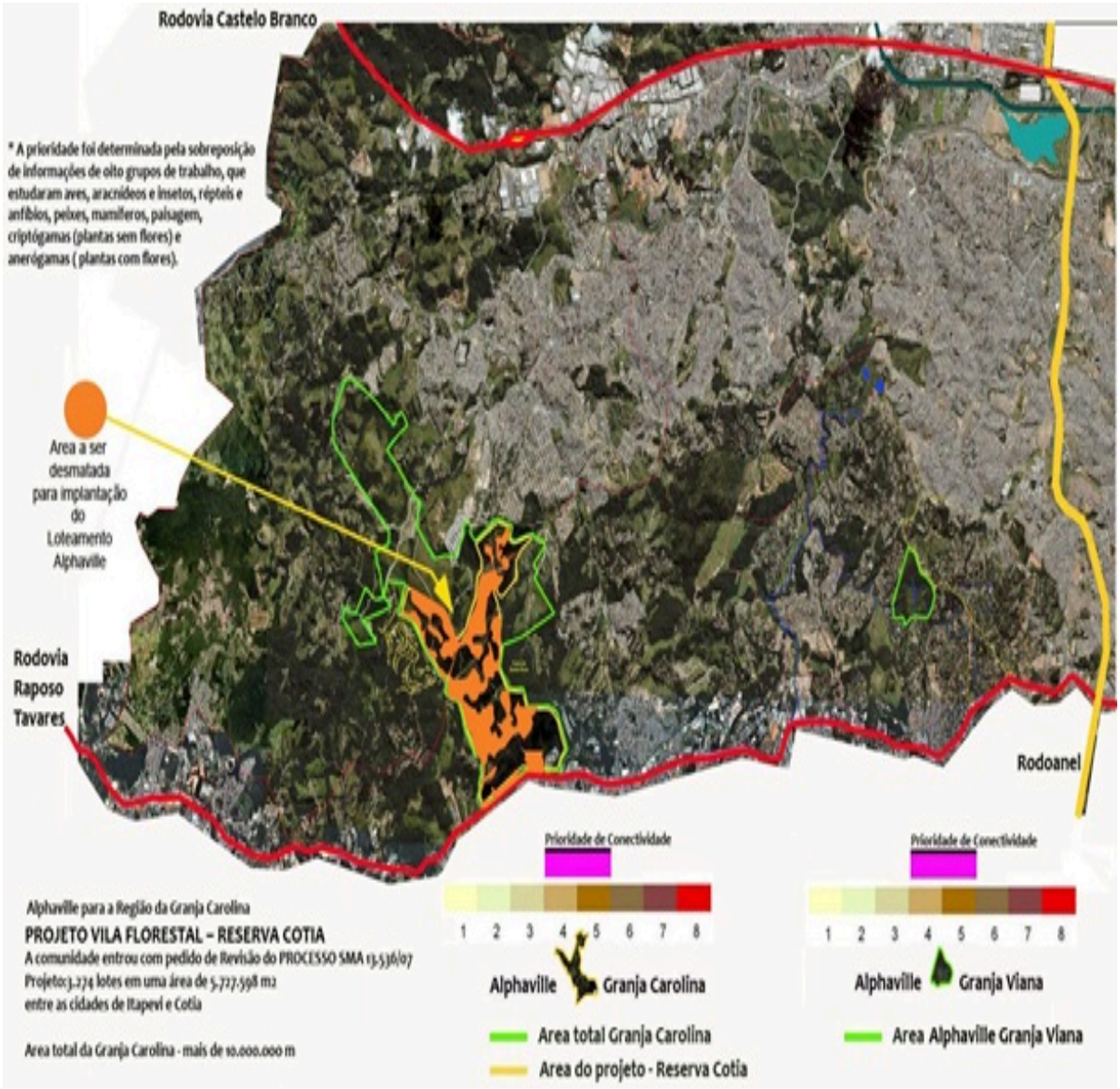
A área é habitat de seis animais ameaçados de extinção, tem 17 nascentes, cinco córregos e quatro lagos.

Porém, moradores da região contam que parte da mata foi sendo derrubada aos poucos, na calada da noite. A área, que é particular e pertence à família de Celso dos Santos - antigo proprietário da fazenda que havia no local - já perdeu parte de sua mata nativa, o que podemos ver até pelas imagens via satélite do Google (veja abaixo) e atestada por moradores do entorno e que conhecem a mata.



Obras e manobras na Lei

A mata tem 8.896.100,25 m² e está dividida em duas glebas, a de Cotia, com 3.235.780,25 m² e a de Itapevi, com 5.660.320,00 m² e que é uma ZPA (Zona de Proteção Ambiental).



Mapa da área a ser devastada. Ilustração: Jornal Alternativa (Itapevi)

Mas, a empreendedora imobiliária (que na verdade é um consórcio de grandes empresas do ramo) ainda quer implantar o 'condomínio' para 17 mil moradores no local e espera a mudança de zoneamento para ZOD (Zona de Ocupação Densa), principalmente no que se refere a Itapevi, onde a área é maior.



Incêndios constantes

Nos últimos meses, época de estiagem, vários focos de incêndios foram detectados na mata. Há cerca de dez dias o local foi atingido por um grande incêndio, que consumiu parte da vegetação, trazendo danos quase que irreparáveis à mata.



Essa imagem foi captada de dentro da mata. Ao fundo, o lado contrário e parte do Jardim Leonor

Devastação e condomínio semelhante na Granja Viana

A mesma empresa que pretende construir na mata da Granja Carolina desmatou 300 mil m² de área verde na Granja Viana, em trecho pertencente à Carapicuíba. Apesar de inúmeros protestos e brigas na Justiça, as árvores vieram abaixo e o condomínio implantado.

Por causa do desmatamento e remoção de terra, na época das chuvas do ano passado, várias famílias de ruas vizinhas foram atingidas por lama oriunda da obra.



Acima, foto do Google da área da Granja Viana antes do desmatamento.



E o que restou da área, após a derrubada da mata e antes do condomínio ficar pronto.

Comentários: Os comentários devem ser lidos de baixo para cima conforme foram sendo publicados on line. Optamos por manter a ordem original e a forma escrita das pessoas, apenas adaptando a formatação dos textos.

Silmara Oliveira 08-10-2012 16:32

Triste né Sr. Prefeito, mais 4 anos de desmatamento. Tenho Palavra ofensiva de você Carlão, aprovar esse monte de condomínios, mesmo sabendo que nossa cidade não está suportando mais, pena que você não pensa no futuro...Que tal se você procurasse arborizar um pouco a cidade, quem sabe assim poderemos te ver c/outros olhos...

Cristiane Tavares 21-09-2012 16:53

O Prefeito e Secretários da Habitação e Meio ambiente, são (.....), ninguém tá preocupado com arvores, animais e o povo, a preocupação é (.....) antes q a mamata acabe, depois entra outro e a palhaçada continua. Sr. Carlão juro que eu acreditei q o Sr. seis diferente...me enganei...votei errado mais uma vez. O Sr. ganharia muito mais se preservasse o município onde o Sr. e seus familiares também vivem, o nosso futuro infelizmente tb está em suas mãos...pêsames

Regina Tavares 19-09-2012 06:11

Citando Rafaelle:

Regina Tavares se a prefeitura não faz algo o jeito é o povo fazer, a prefeitura de Cotia precisa pensar em melhor a infraestrutura da cidade e não expandi-la mais, acabando com o único bem que nos resta "um pouco de ar puro".

De acordo, Rafaelle. Aqui foi feita uma passeata e o Movimento de Defesa da Granja Viana atuou de forma contundente para conseguir o embargo das obras; infelizmente a devastação foi feita nos finais de semana e feriados para que a fiscalização não aparecesse. Este blog ilustra bem o que faz o Alphahorror, como chamamos esta empreiteira: http://granjaviana.zip.net/
Se o (des)governo de Cotia não vai fazer nada acho que é hora da população agir.

Ricardo Jordan 18-09-2012 22:18

Citando Valerio:

Morro há 20 anos na rua Pessanha, próximo do km 21, e tem um tal aqui que já fez aterro em uma nascente, drenou outra e esta construindo na beira do córrego. Já veio aqui fiscal da Prefeitura e não fizeram nada, nem Habitação e nem Meio Ambiente.

Se não há solução, quem sabe o MP resolve meu caro, procure seus direitos.

Ricardo Jordan 18-09-2012 22:15

Citando Regina Tavares:

A Alphaville Urbanismo é conhecida por ser inimiga número 1 do meio ambiente; lembro-me bem de muitos políticos de Cotia, em 2009, quando começou a devastação no município vizinho, dizerem que aqui isso não seria autorizado, etc, etc, foi "conversa prá boi dormir"? Em Carapicuíba a empresa conseguiu, desmatou praticamente tudo, houve embargo e nenhuma casa até agora foi construída, os proprietários estão com um enorme abacaxi nas mãos. Haverá repeteco em Cotia?
Fato é que milhares de animais, árvores e plantas morreram e o entorno sofreu e sofre ainda com o impacto causado pela devastação que foi feita.
Já passou da hora das autoridades tomarem uma posição favorável ao meio ambiente - ou o poder das incorporadoras é mais forte?
E os que se diziam partidários do meio ambiente de que lado estão?

Rafaelle 18-09-2012 18:51
Regina Tavares se a prefeitura não faz algo o jeito é o povo fazer, a prefeitura de Cotia precisa pensar em melhor a infra estrutura da cidade e não expandi-la mais, acabando com o único bem que nos resta " um pouco de ar puro".

Valerio 18-09-2012 18:14
Morro há 20 anos na rua Pessanha, próximo do km 21, e tem um tal aqui que já fez aterro em uma nascente, drenou outra e esta construindo na beira do córrego. Já véio aqui fiscal da Prefeitura e não fizeram nada, nem Habitação e nem Meio Ambiente.

João 18-09-2012 16:59
NESSE MOMENTO ELEITORAL É PRECISO FAZER ALARDE... CHAMEM A TELEVISÃO, CHAMEM A IMPRENSA INTERNACIONAL. SERÁ QUE VAMOS VER ISSO OCORRE DE FORMA PASSIVA. VAMOS FAZER ESSA MATÉRIA CHEGAR AOS 4 CANTOS DO MUNDO.... PELO AMOR DE DEUS.... SE PASSAR ESSE MOMENTO ELEITORAL QUANDO VAMOS MUDAR ESSA SITUAÇÃO????????????

Regina Tavares 18-09-2012 15:20

A Alphaville Urbanismo é conhecida por ser inimiga número 1 do meio ambiente; lembro-me bem de muitos políticos de Cotia, em 2009, quando começou a devastação no município vizinho, dizerem que aqui isso não seria autorizado, etc, etc, foi "conversa prá boi dormir"? Em Carapicuíba a empresa conseguiu, desmatou praticamente tudo, houve embargo e nenhuma casa até agora foi construída, os proprietários estão com um enorme abacaxi nas mãos. Haverá repeteco em Cotia?

Fato é que milhares de animais, árvores e plantas morreram e o entorno sofreu e sofre ainda com o impacto causado pela devastação que foi feita. Já passou da hora das autoridades tomarem uma posição favorável ao meio ambiente - ou o poder das incorporadoras é mais forte?

Análise de fotografia aérea antes e depois do desmatamento realizado pela Alphaville na Granja Vianna em Carapicuíba.



Vista do terreno da Granja Viana a partir da área noroeste.

ANEXO 2.

PARECER AZIZ AB'SÁBER SOBRE O NOVO CÓDIGO FLORESTAL

Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade.
Brasil de Fato 12 de Julho de 2010
Página Inicial » Agência Brasil de Fato » Análise » Do Código Florestal para o Código da Biodiversidade. Colaboradores: Aziz Ab'Saber.

Na Amazônia Brasileira predomina um verdadeiro exército paralelo de fazendeiros que tem mais força do que governadores e prefeitos.

Aziz Ab'Saber

Em face do gigantismo do território e da situação real em que se encontram os seus macro biomas – Amazônia Brasileira, Brasil Tropical Atlântico, Cerrados do Brasil Central, Planalto das Araucárias, e Pradarias Mistas do Brasil Subtropical – e de seus numerosos mini biomas, faixas de transição e relictos de ecossistemas, qualquer tentativa de mudança no "Código Florestal" tem que ser conduzido por pessoas competentes e bioeticamente sensíveis.

Pressionar por uma liberação ampla dos processos de desmatamento significa desconhecer a progressividade de cenários bióticos, a diferentes espaços de tempo futuro. Favorecendo de modo simplório e ignorante os desejos patrimoniais de classes sociais que só pensam em seus interesses pessoais, no contexto de um país dotado de grandes desigualdades sociais.

Cidadãos de classe social privilegiada, que nada entendem de previsão de impactos. Não tem qualquer ética com a natureza. Não buscam encontrar modelos técnico-científicos adequados para a recuperação de áreas degradadas, seja na Amazônia, seja no Brasil Tropical Atlântico, ou alhures. Pessoas para as quais exigir a adoção de atividades agrárias "ecologicamente auto-sustentadas" é uma mania de cientistas irrealistas.

Por muitas razões, se houvesse um movimento para aprimorar o atual Código Florestal, teria que envolver o sentido mais amplo de um Código de Biodiversidades, levando em conta o complexo mosaico vegetacional de nosso território. Remetemos essa ideia para Brasília, e recebemos em resposta que essa era uma ideia boa mas complexa e inoportuna (…).

Entrementes, agora outras personalidades trabalham por mudanças estapafúrdias e arrasadoras no chamado Código Florestal. Razão pela qual ousamos criticar aqueles que insistem em argumentos genéricos e perigosos para o futuro do país.

Sendo necessário, mais do que nunca, evitar que gente de outras terras sobretudo de países hegemônicos venha a dizer que fica comprovado que o Brasil não tem competência para dirigir a Amazônia (…). Ou seja, os revisores do atual Código Florestal não teriam competência para dirigir o seu todo territorial do Brasil. Que tristeza, gente minha.

O primeiro grande erro dos que no momento lideram a revisão do Código Florestal brasileiro – a favor de classes sociais privilegiadas – diz respeito à chamada estadualização dos fatos ecológicos de seu território específico. Sem lembrar que as delicadíssimas questões referentes à progressividade do desmatamento exigem ações conjuntas dos órgãos federais específicos, em conjunto com órgãos estaduais similares, uma Polícia Federal rural, e o Exército Brasileiro.

Tudo conectado ainda com autoridades municipais, que tem muito a aprender com um Código novo que envolve todos os macro biomas do pais, e os mini biomas que os pontilham, com especial atenção para as faixas litorâneas, faixas de contato entre as áreas nucleares de cada domínio morfoclimático e fitogeográfico do território.

Para pessoas inteligentes, capazes de prever impactos, a diferentes tempos do futuro, fica claro que ao invés da "estadualização", é absolutamente necessário focar para o zoneamento físico e ecológico de todos os domínios de natureza dos pais. A saber, as duas principais faixas de Florestas Tropicais Brasileiras: a zonal amazônica e a azonal das matas atlânticas o domínio dos cerrados, cerradões e campestres: a complexa região semiárida dos sertões nordestinos: os planaltos de araucárias e as pradarias mistas do Rio Grande do Sul, além de nosso litoral e o Pantanal Mato-grossense.

Seria preciso lembrar ao honrado relator Aldo Rabelo, que a meu ver é bastante neófito em matéria de questões ecológicas, espaciais e em futurologia – que atualmente na Amazônia Brasileira predomina um verdadeiro exército paralelo de fazendeiros que em sua área de atuação tem mais força do que governadores e prefeitos.

O que se viu em Marabá, com a passagem das tropas de fazendeiros, passando pela Avenida da Transamazônica, deveria ser conhecido pelos congressistas de Brasília, e diferentes membros do executivo. De cada uma das fazendas regionais passava um grupo de cinquenta a sessenta camaradas, tendo à frente em cavalos nobres, o dono da fazenda e sua esposa, e os filhos em cavalos lindos.

E, os grupos iam passando separados entre si, por alguns minutos. E alguém a pé, como se fosse um comandante, controlava a passagem da cavalgada dos fazendeiros. Ninguém da boa e importante cidade de Marabá saiu para observar a coluna amedrontadora dos fazendeiros. Somente dois bicicletistas meninos, deixaram as bicicletas na beira da calçada olhando silentes a passagem das tropas. Nenhum jornal do Pará, ou alhures, noticiou a ocorrência amedrontadora. Alguns de nós não pudemos atravessar a ponte para participar de um evento cultural.

Será certamente, apoiados por fatos como esse, que alguns proprietários de terras amazônicas deram sua mensagem, nos termos de que "a propriedade é minha e eu faço com ela o que eu quiser, como quiser e quando quiser". Mas ninguém esclarece como conquistaram seus imensos espaços inicialmente florestados.

Sendo que, alguns outros, vivendo em diferentes áreas do centro-sul brasileiro, quando perguntados sobre como enriqueceram tanto, esclarecem que foi com os "seus negócios na Amazônia" (…). Ou sejam, através de loteamentos ilegais, venda de glebas para incautos em locais de difícil acesso, os quais ao fim de um certo tempo, são libertados para madeireiros contumazes.

E, o fato mais infeliz é que ninguém procura novos conhecimentos para reutilizar terras degradadas. Ou exigir dos governantes tecnologias adequadas para revitalizar os solos que perderam nutrientes e argilas, tornando-se dominadas por areias finas (estilização).

Entre os muitos aspectos caóticos, derivados de alguns argumentos dos revisores do Código, destaca-se a frase que diz que se deve proteger a vegetação até sete metros e meio do rio. Uma redução de um fato que por si já estava muito errado, porém agora está reduzido genericamente a quase nada em relação aos grandes rios do país.

Imagine-se que para o rio Amazonas, a exigência protetora fosse apenas sete metros, enquanto para a grande maioria dos ribeirões e córregos também fosse aplicada a mesma exigência. Trata-se de desconhecimento entristecedor sobre a ordem de grandeza das redes hidrográficas do território intertropical brasileiro.

Na linguagem amazônica tradicional, o próprio povo já reconheceu fatos referentes à tipologia dos rios regionais. Para eles, ali existem, em ordem crescente: igarapés, riozinhos, rios e parás. Uma última divisão lógica e pragmática, que é aceita por todos os que conhecem a realidade da rede fluvial amazônica.

Por desconhecer tais fatos os relatores da revisão aplicam o espaço de sete metros da beira de todos os cursos d'água fluviais sem mesmo ter ido lá para conhecer o fantástico mosaico de rios do território regional.

Mas o pior é que as novas exigências do Código Florestal proposto têm um caráter de liberação excessiva e abusiva. Fala-se em sete metros e meio das florestas beiradeiras (ripario-biomas), e, depois em preservação da vegetação de eventuais e distantes cimeiras. Não podendo imaginar quanto espaço fica liberado para qualquer tipo de ocupação do espaço. Lamentável em termos de planejamento regional, de espaços rurais e silvestres.

Lamentável em termos de generalizações forçadas por grupos de interesse (ruralistas). Já se poderia prever que um dia os interessados em terras amazônicas iriam pressionar de novo pela modificação do percentual a ser preservado em cada uma das propriedades de terras na Amazônia.

O argumento simplista merece uma crítica decisiva e radical. Para eles, se em regiões do centro-sul brasileiro a taxa de proteção interna da vegetação florestal é de 20%, porque na Amazônia a lei exige 80%? Mas ninguém tem a coragem de analisar o que aconteceu nos espaços ecológicos de São Paulo, Paraná, Santa Catarina, e Minas Gerais com o percentual de 20%.

Nos planaltos interiores de São Paulo a somatória dos desmatamentos atingiu cenários de generalizada destruição. Nessas importantes áreas, dominadas por florestas e redutos de cerrados e campestres, somente o tombamento integrado da Serra do Mar, envolvendo as matas Atlânticas, os solos e as aguadas da notável escarpa, foi capaz de resguardar os ecossistemas orográficos da acidentada região.

O restante, nos "mares de morros" colinas e várzeas do Médio Paraíba e do Planalto Paulistano, e pró-parte da Serra da Mantiqueira, sofreram uma destruição deplorável. É o que alguém no Brasil – falando de gente inteligente e bioética – não quer que se repita na Amazônia Brasileira, em um espaço de 4.200.000 km².

Os relatores do Código Florestal, falam que as áreas muito desmatadas e degradadas poderiam ficar sujeitas a "(re)florestamento" por espécies homogêneas pensando em eucalipto e pinus. Uma prova de sua grande ignorância, pois não sabem a menor diferença entre reflorestamento e florestamento.

Esse último, pretendido por eles, é um fato exclusivamente de interesse econômico empresarial, que infelizmente não pretende preservar biodiversidades. Sendo que, eles procuram desconhecer que para áreas muito degradadas, foi feito um plano de (re) organização dos espaços remanescentes, sob o enfoque de revigorar a economia de pequenos e médios proprietários: Projeto FLORAM.

Os eucaliptólogos perdem éticos quando alugam espaços por trinta anos, de incautos proprietários, preferindo áreas dotadas ainda de solos tropicais férteis, do tipo dos oxissolos, e evitando as áreas degradadas de morros pelados reduzidas a trilhas de pisoteio, hipsométricas, semelhantes ao protótipo existente no Planalto do Alto Paraíba, em São Paulo.

Ao arrendar terras de bisonhos proprietários, para uso em 30 anos, e sabendo que os donos da terra podem morrer quando se completar o prazo, fato que cria um grande problema judicial para os herdeiros, sendo que ao fim de uma negociação as empresas cortam todas as árvores de eucaliptos ou pinos, deixando miríades de troncos no chão do espaço terrestre.

Um cenário que impede a posterior reutilização das terras para atividades agrárias. Tudo isso deveria ser conhecido por aqueles que defendem ferozmente um Código Florestal liberalizante.

Por todas as razoes somos obrigados a criticar a persistente e repetitiva argumentação do deputado Aldo Rebelo, que conhecemos há muito tempo, e de quem sempre esperávamos o melhor, no momento somos obrigados a lembrar a ele que cada um de nós tem que pensar na sua biografia, e, sendo político, tem que honrar a história de seus partidos.

Mormente, em relação aos partidos que se dizem de esquerda e jamais poderiam fazer projetos totalmente dirigidos para os interesses pessoais de latifundiários.

Insistimos que em qualquer revisão do Código Florestal vigente, deve-se enfocar as diretrizes através das grandes regiões naturais do Brasil, sobretudo domínios de natureza muito diferentes entre si, tais como a Amazônia, e suas extensíssimas florestas tropicais, e o Nordeste Seco, com seus diferentes tipos de caatingas.

Tratam-se de duas regiões opostas em relação à fisionomia e à ecologia, assim como em face das suas condições socioambientais. Ao tomar partido pelos grandes domínios administrados técnica e cientificamente por órgãos do executivo federal, teríamos que conectar instituições específicas do governo brasileiro com instituições estaduais similares.

Existem regiões como a Amazônia que envolve conexões com nove estados do Norte Brasileiro. Em relação ao Brasil Tropical Atlântico os órgãos do Governo Federal – IBAMA, IPHAN, FUNAI e INCRA – teriam que manter conexões com os diversos setores similares dos governos estaduais de norte a sul do Brasil. E assim por diante.

Enquanto o mundo inteiro repugna para a diminuição radical de emissão de CO2, o projeto de reforma proposto na Câmara Federal de revisão do Código Florestal defende um processo que significará uma onda de desmatamento e emissões incontroláveis de gás carbônico, fato observado por muitos críticos em diversos trabalhos e entrevistas.

Parece ser muito difícil para pessoas não iniciadas em cenários cartográficos perceber os efeitos de um desmatamento na Amazônia de até 80% das propriedades rurais silvestres. Em qualquer espaço do território amazônico, que vem sendo estabelecidas glebas com desmate de até 80%, haverá um mosaico caótico de áreas desmatadas e faixas inter-propriedades estreitas e mal preservadas.

Nesse caso, as bordas dos restos de florestas, inter-glebas ficarão à mercê de corte de árvores dotadas de madeiras nobres. E além disso, a biodiversidade animal certamente será profundamente afetada.

Seria necessário que os pretensos reformuladores do Código Florestal lançassem sobre o papel os limites de glebas de 500 a milhares de quilômetros quadrados, e dentro de cada parcela das glebas colocasse indicações de 20% correspondente às florestas ditas preservadas.

E, observando o resultado desse mapeamento simulado, poderiam perceber que o caminho da devastação lenta e progressiva iria criar alguns quadros de devastação similares ao que já aconteceu nos confins das longas estradas e seus ramais, em áreas de quarteirões implantados para venda de lotes de 50 a 100 hectares, onde o arrasamento de florestas no interior de cada quarteirão foi total e inconsequente.

Aziz Ab´Saber – geógrafo e professor emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP, presidente de honra da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)

ANEXO 3.

Ofício do Grupo Calangos da Mata em resposta a solicitação de informações por parte do Ministério Público Federal referente a possível intervenção no meio ambiente da área de estudo pela empresa anterior ao novo projeto urbanístico da Alphaville/S/A.



Cotia, 13 de outubro de 2008.

REF: Ofício nº 20101/2008/PRST
P.A. nº 1.34.001.002709/2003-57
GABPR37-RCC/SP Nº 000579/2008

Prezada Senhora,

Nos termos do artigo 8º, inciso IV da lei complementar nº 75/93, vimos através desta, informar que não houve intervenção no meio ambiente local por parte dos empreendedores no que se refere ao processo SMA 13.697/2000. Porém, aproveitando a oportunidade, gostaríamos de informar que o local destinado à implantação do empreendimento "GRANJA CAROLINA" é alvo de novo processo de licenciamento:" PROJETO VILA FLORESTAL-RESERVA COTIA" da Alphaville Urbanismo (processo SMA 13.536/2007).
O EIA/RIMA do projeto foi protocolado no DAIA em 27/12/2007, mas até o presente momento não foram realizada as audiências públicas nos municípios que serão abrangidos pelo empreendimento, pois é sabido que as mesmas devem ser realizadas num prazo de aproximadamente 40 dias após o protocolo no DAIA e dada a devida ciência à população através dos meios de comunicação.
Certos da atenção de vossa senhoria, aproveitamos para expressar-lhe nossos sentimentos de apreço e consideração.

_____

JOSÉ CARLOS DA SILVA
Presidente do Grupo Ecológico Calangos da Mata
Representante do Movimento "SALVE A MATA"

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ILMO. Sra. ROSANE CIMA CAMPIOTTO - PROCURADORA DA REPÚBLICA
Rua Peixoto Gomide, 768, 10ºandar, sala 1 e 2 - Cerqueira César - São Paulo-SP
Cep 01409-904

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza no Brasil. Potencialidades Paisagísticas.** 3ª Ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

_____. **Geomorfologia do Sítio Urbano de São Paulo.** Edição Fac - Similar - 50 anos. Tese de Doutoramento. Ateliê Editorial, 2007.

_____. **Formas do Relevo.** Projeto Brasileiro para o ensino da Geografia. Edart / São Paulo, 1975.

ALMEIDA, Fernando Flávio Marques de. **Fundamentos Geológicos do Relevo Paulista.** In: "Geologia do Estado de São Paulo", boletim nº 41(1964), Instituto Geográfico e Geológico (SP), 1974.

AZEVEDO, Aroldo de. **A Cidade de São Paulo. Estudos de Geografia Urbana.** Volumes II e IV. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1958.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado e BRIOSCHI, Lucila Reis, orgs. **Na Estrada do Anhanguera: uma visão regional da história paulista** / Carlos de A. P. Barcellar; Lucila R. Brioschi, orgs. São Paulo: Humanidades FFLCH/USP, 1999.

BARRETOS, Benedito Bast. **No Tempo dos Bandeirantes.** Edições Melhoramentos, 1948.

BRUNO, Ernani Silva. História e Tradições da Cidade de São Paulo, volumes I, II e III. Livraria José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1954.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (Re)Produção do Espaço Urbano** / Ana Fani Alessandri Carlos – 1. Ed. 1. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARLOS, Ana Fani Alessandri, OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. (Organizadores) **Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI** – São Paulo: Contexto, 2004.

CASTRO, Bernadete. **Patrimônio Plural e Singular: a dupla face da mesma moeda.** In: Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder / Everaldo Batista da Costa, Leandro Benedini Brusadin, Maria do Carmo Pires (organizadores) 1. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

CAVALCANTI, A. P. B. e VIADANA, A. G. **Organização do Espaço e Análise da Paisagem.** DEPLAN / IGCE / UNESP - Rio Claro - 2007.

DAMIANI, Amélia Luisa. CARLOS, Ana Fani Alessandri. SEABRA, Odette Carvalho de Lima. (Organizadoras). **O Espaço no fim do século: a nova raridade.** 2. Ed.- São Paulo: Contexto, 2001.

FONSECA, Maria Cecília L. – O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro; UFRJ/MinC-Iphan. 2005.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do desenvolvimento Econômico.** 2ed. São Paulo, Ed. Nacional, 1968.

GONÇALVES, José Reginaldo S – "O patrimônio como categoria de pensamento" in CHAGAS, Mário e ABREU, Regina. - Memória e Patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro. DP&A. 2003.

GUIMARÃES, Solange T. de Lima. **Valoração de paisagens: campos de visibilidades e de significâncias.** In: Valor patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder / Everaldo Batista da Costa, Leandro Benedini Brusadin, Maria do Carmo Pires (organizadores) 1. Ed. São Paulo: Outras expressões, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** 8ª Ed. José Olympio Editora: Rio de Janeiro, 1975.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970).** 3 ed. Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira S.A, 1979.

LUNÉ, Antônio José Baptista de. **Almanak da Província de São Paulo para 1873**/organizado e publicado por Antônio José Baptista de Luné e Paulo Delfino da Fonseca. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado: Arquivo do Estado, 1985. Reprodução fac-similar da edição publicada pela Typographia Americana em 1873.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento Demográfico e Evolução Agrária Paulista 1700 – 1836.** Dissertação de Mestrado – 1974.

_____. **A Cidade de São Paulo: Povoamento e População 1750 – 1850.** São Paulo, Pioneira, Ed. da Universidade de São Paulo, 1973.

MARTINS, José de Souza. **O cativeiro da terra.** São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1979.

MELO, Alberto. **Ditos e Reditos em torno do desenvolvimento Local.** A Rede. Novembro de 1988, p. 5-8.

MILANI, Carlos. **Teorias do capital Social e Desenvolvimento Local:** lições a partir da experiência de Pintadas (Bahia, Brasil). In: Capital social, participação política e desenvolvimento local: atores da sociedade civil e políticas de desenvolvimento local na Bahia. Escola de Administração da UFBA (NPGA/NEPOL/PDGS), 2005.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo.** São Paulo: Ed. HUCITEC & Ed. Polis, 1977.

MONTEIRO, John Manoel. **Negros da Terra.** Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo – São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

MORAES, A. C. R. **Bases da formação territorial do Brasil:** o território colonial brasileiro no "longo" século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.

MORAES, A. C. R. 2002. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2002.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. CARLOS, Ana Fani Alessandri, (organizadores), **Geografia das metrópoles.** São Paulo: Contexto, 2006.

OLIVEIRA, Rafael Fabrício de, SILVA, José Carlos. **Metropolização, Turismo e Patrimônio Cultural:** O Olhar para a Periferia em Embu das Artes e Cotia – São Paulo, Brasil. 2013. (No prelo).

PETRONE, Pasquale. **Aldeamentos Paulista.** São Paulo: Edusp- 1995.

PRADO, Paulo. **Paulística etc** – Org. Carlos Augusto Calil –Companhia das Letras, 2004.

PROJETO Vila Florestal – Reserva Cotia - Processo SMA 13. 536/07 de responsabilidade da empresa Alphaville Urbanismo S/A). São Paulo - EIA/RIMA, 2007.

RIBEIRO, A.C.T. - Relações Sociedade– Estado: elementos do paradigma administrativo *Cadernos I PP U R*, R io de J aneiro, A no X II, N o 2, 199 8, p. 107- 125.

RIBEIRO, Wagner Costa. **Gestão das águas metropolitanas.** In: Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI / Ana Fani Alessandri Carlos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (organizadores). São Paulo: Contexto, 2004.

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **São Paulo: a cidade e as águas.** In: Geografias de São Paulo: a metrópole do século XXI / Ana Fani Alessandri Carlos, Ariovaldo Umbelino de Oliveira (organizadores). São Paulo: Contexto, 2004.

SANTOS, Hélio José dos Santos. **"Comportamento Morfodinâmico do Meio Físico: Análise das Erosões no Município de Itapevi –SP".** Tese de Doutorado em Geografia Física apresentada ao Departamento de Geografia da FFLCH – USP. 2000.

SILVA, J. C. e ACHEL, A. R. **Preservação do Patrimônio Cultural e Natural – Antigo Caminho de Itu.** In: Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos – Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças – Espaços de Diálogos e Práticas. Porto Alegre, 2010.

SOUZA, Laura de Mello e. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz.** Ed. Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. **A identidade da Metrópole.** Editora Hucitec -Edusp. 1994.

PESQUISA ELETRÔNICA

http://www.geocities.com/athens/atrium/2466/cappri.htmlhttp://www.bb.com.br/appbb/portal/hs/moeda/MoedaColonia.jsphttp://www.rootsweb.com/~brawgw/parnaiba/historia.htmlhttp://www.geocities.com/lscamargo/gp/Macieis_2.htm www.fphesp.org.br/itu/index.htm - 2007http://www.sorocaba.com.br*http://www.sorocaba.com.br - 2007*http://br.geocities.com/projetocompartilhar2/belchiorcarneiro1608.htmhttp://www.trentu.ca/admin/publications/psr/sample/1012.pdfhttp://www.ingers.org.br/coloniasacramento.htmlhttp://www.ingers.org.br/coloniasacramento.htmlhttp://www.ingers.org.br/coloniasacramento.html - 2007www.ccj.ufsc.brhttp://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/Mensagem_Veto/anterior_98/Mvep359-85.htm
http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1689
http://www.camarasaoroque.sp.gov.br/srturismo.asp
http://www.cotiatododia.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4829:granja-carolina-risco-de-desmatamento-ainda-persiste&catid=296:meioambiente&Itemid=548
http://www.rootsweb.com/~brawgw/parnaiba/sph3.html